Faculdade IGUAÇU

RECREDENCIADA PELA PORTARIA - MEC - Nº - 681, DE 26 DE MAIO DE 2017

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA FACULDADE IGUAÇU - MODALIDADE - EAD

CAPANEMA – PR

1. APRESENTAÇÃO

> *"Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores."* (Moacir Gadotti).

Para a educação, o processo de desenvolvimento contextualizado à época da globalização, das inovações tecnológicas e da informação que vêm ocorrendo contemporaneamente, se caracteriza pela necessidade indiscutível de enfrentamento dos desafios nos vários graus de ensino. Há de se considerar que a função do ensino superior, no processo de socialização do conhecimento - em face às políticas públicas sociais do Estado e às demandas sociais, tomando por horizonte a filosofia, a história, o perfil e a missão da Instituição - sinaliza para um redimensionamento deste grau de ensino, consciente do seu papel enquanto agente de transformação e orientado, sobretudo, por princípios éticos e democráticos.

Nesse contexto, o PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI - da Faculdade Iguaçu, apresenta-se de forma concisa e clara, exercitando a inovação possível e a liberdade, no processo de sua elaboração, revelando os dados e informações relevantes para a análise e mérito da proposta. Constitui-se, pois, num documento que estabelece políticas do 'fazer acadêmico', assim como se propõe a nortear as ações educacionais para a consolidação da sua missão, de seus objetivos, de suas politicas educacionais, de seus princípios, de seus valores e de suas diretrizes, a vigorar de 2015 a 2019, propiciando a boa qualidade de suas ações, visando à qualificação para o trabalho e a ampliação dos direitos de cidadania para a população da região ocupada pelo município de Capanema, localizado na Mesorregião do Sudoeste do Estado do Paraná.

Ainda neste sentido, este PDI cumpre a função para além da mera formalidade, ratificando a *práxis* caracterizada pela ação⇔reflexão⇔ação envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão como componentes essenciais do processo de formação

crítica do cidadão e do futuro profissional, buscando a articulação entre o real e o desejável, na produção e na socialização do conhecimento.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da Faculdade Iguaçu se valida ainda por ser um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico, estabelecendo o *norte* ⇔ *sul* para as práticas acadêmicas da instituição. Elaborado para um período de 5 (cinco) anos, personifica-se como o documento que empresta identidade à IES, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver, tanto em nível da modalidade regular, como na de EAD.

Logo, apresenta como objetivo principal "auxiliar a IES a enfrentar os desafios cotidianos da educação superior de forma sistematizada, consciente, científica e participativa". Assim, caracteriza-se como instrumento orientador e mediador coerente para a reinvenção contínua da instituição, ressignificando sua finalidade e seus objetivos, sempre que necessário. Igualmente visa promover a prática reflexiva sobre os compromissos dos 'atores institucionais' envolvidos na trajetória da educação superior, o que implica, sobremaneira, na necessidade da clareza acerca das forças e limites deste PDI.

Sabe-se que a corporeidade de um PDI, ocorre por meio da interação entre os seus atores: docentes, discentes, equipe de coordenação, diretoria da IES, técnicos administrativos, comunidade externa, a CPA e o NDE (Núcleo Docente Estruturante) dos cursos, responsável direto pela concepção, consolidação e contínua atualização dos Projetos Pedagógicos referentes aos cursos ofertados pela IES em regime presencial, como em EAD. Enfim, tudo o que empresta vida à instituição, haja vista propor-se a comprometer as pessoas com ideias, por intermédio de uma prática de caráter humanístico, libertador e, como decorrência, transformador em prol de atender, inclusive, o estudante que necessita ser estimulado a ter uma **postura mais ativa** diante do conhecimento, **sem a figura do professor presente o tempo todo.**

A função magna, portanto, do PDI da Faculdade Iguaçu é delinear o horizonte da *caminhada*, estabelecendo a referência geral, expressando a intenção e o compromisso consciente do colegiado institucional. Entende, portanto, que a qualidade dos referenciais teóricos de cada disciplina dos cursos ofertados, torna-se fundamental para garantir a competência técnico-profissional-pedagógica docente/discente exigindo decisões qualitativas sobre o planejamento, a metodologia de ensino sobre os conteúdos programáticos e a avaliação.

Caso contrário, a intenção de mudanças e o compromisso em fazê-las acontecer, permaneceriam no discurso - uma vez que as aproximações sucessivas em busca do ideal maior - precisam ser planejadas, executadas, realimentadas e concretizadas em função dos objetivos enunciados neste documento. Frente a isto, o Plano de Desenvolvimento Institucional da FI, como 'um todo' deve ser compreendido numa perspectiva dinâmica e em constante reformulação, ainda que algumas partes sejam de "durabilidade" maior, como seu marco referencial.

Não obstante, no seu conjunto, este PDI institui-se como manifestação de sujeitos concretos e que devem estar em sintonia com os avanços da ciência da educação e que, por isto mesmo, ousam reinventar as relações pedagógicas.

O documento aqui apresentado aponta as diretrizes, políticas e orientações gerais para a efetivação de programas, projetos e planos de ações a serem desenvolvidas na FI, na modalidade presencial e de EAD, projetando valores originados da identidade da instituição e materializados em seu cotidiano. Isto porque, sua natureza consiste em lidar de forma transformadora com o conhecimento, delineando um horizonte de longo prazo e não se limitando, portanto, a um período de Gestão em quaisquer níveis.

Para tal, compromete-se a construir o conhecimento, via exercício da prática técnico/científica articulada no aspecto humanístico, de forma que sua dinâmica se configure a partir do entendimento de que a ciência e a técnica não se apresentam apenas como meio ou dispositivo, mas, principalmente, como modo de inserção na realidade de ação e interação do homem com o mundo.

Assim, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Faculdade Iguaçu se institui como um documento definidor da missão da Instituição e as estratégias para atingir as metas e objetivos, num período de 5(cinco) anos. Concomitantemente, um instrumento de planejamento e gestão, considerando a identidade da IES, no que diz respeito à filosofia de trabalho a que se propõe, as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações em nível presencial e EAD, neste caso, caracterizada pela estrutura organizacional e as atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver.

Por fim, traduz o 'modo' pelo qual o documento foi construído e a interferência que exerce sobre a dinâmica da Instituição, contemplando a missão institucional, metas, objetivos, atividades de ensino de graduação e pós/graduação, tendo como pressuposto o atendimento ao conjunto de normas vigentes, a partir da participação de todos na elaboração, via diagnose e reflexão das expectativas e projetos de toda a comunidade universitária.

2. ORIGEM. HISTÓRICO E POTENCIALIDADES DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA E REGIÃO DE INFLUÊNCIA

2.1 ORIGEM DO NOME MUNICÍPIO

Capanema recebeu este nome em homenagem ao advogado Barão de Capanema, isso pelo fato de ter atuado no conflito entre Brasil e Argentina, quando os mesmos disputavam áreas de terras da região de Palmas. Em 5 de fevereiro de 1885, por decisão do Presidente Grower Cleveland dos Estados Unidos, a região de conflito entre a Argentina e o Brasil, que perfaz o Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina, passa a pertencer definitivamente ao território brasileiro.

2.2 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

O modo pelo qual foi ocupada a região desencadeou inúmeros conflitos, pois a ocupação das terras foi levada a efeito sem maiores preocupações com a legitimidade de sua posse e domínio. Assim, as companhias de colonização lançaram-se a uma desenfreada venda de terras dando origem a superposições de títulos com posse efetiva de posseiros, gerando os intensos conflitos que tiveram culminância em 1957, com a revolta geral no Sudoeste Paranaense.

Diante de tais fatos, entrou em ação em 1962, o GETSOP (Grupo Executivo para as Terras da região Sudoeste do Paraná), tendo Francisco Beltrão como sede, com a finalidade de resolver as demandas e legitimar a posse de terras numa extensa área ao sul do Rio Iguaçu, glebas denominadas de Missões e Chopin. Compreendendo parte dos municípios de Capanema, Pérola do Oeste, Santo Antônio, Barracão, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Planalto e totalmente os de Ampere, Realeza e Verê, foram cancelados os títulos anteriores sobre os quais pairavam dúvidas, tendo sido feita pela GETSOP a expedição de títulos aos posseiros. Mais tarde o governo declara zona prioritária para fins de reforma agrária. Finalmente, o INCRA solucionou a problemática da posse de terras e de sua respectiva titulação.

Por volta de 1950, foi que surgiram as primeiras correntes imigratórias predominantes de origem alemã e italiana, vindo do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, dando início a um pequeno povoado que hoje é Capanema.

O GETSOP viabilizou também a abertura de estradas e a construção de escolas, incentivou o reflorestamento, entre outros benefícios. Após cumprir sua missão, este grupo foi extinto, em janeiro de 1974.

2.3 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA EM RELAÇÃO AO MERCOSUL

2.3.1 Aspectos físicos e geográficos

LOCALIZAÇÃO

O Município de Capanema localiza-se na faixa de fronteira, no Sudoeste do Paraná, distante 650 km da Capital do Estado, e de Brasília 1945 Km.

Área (km²).....374.00 km²
Área urbana..... 5.78 km²
Altitude.....350 m
Latitude.....25”35
Longitude (w.Gr.)..... .....53”33

LIMITES

Capanema faz limite com os municípios de Serranópolis do Iguaçu, Matelândia, Céu Azul, Capitão Leônidas Marques, Realeza e Planalto.

CLIMA

Capanema situa-se ao Sul do Trópico de Capricórnio, com clima subtropical, com verões quentes, chuvas regulares. No inverno ocorrem geadas não muito

frequentes acompanhadas da primavera muito florida, com temperatura variando entre 20º a 30º. O outono é quente.

RELEVO

O município de Capanema apresenta um relevo suave, constituído de planaltos ondulados, com pequenas planícies costeando o Rio Iguaçu. Entre as serras existentes no município destacam-se: Serra Pelada, entre a sede e o distrito de São Luiz e os cerros do Urutu, Pinheiro e Cedro.

SOLO

Geograficamente o Município de Capanema é constituído por derrames basálticos de média e pequena espessura, contendo basaltos compactos intercalados com basaltos vesiculares e brechas anosas. Os solos apresentam potencial para o progresso e o desenvolvimento econômico, uma vez serem profundos, mecanizáveis e perfeitamente utilizáveis para agricultura e pecuária.

Apresenta altos valores de potássio, baixo de fósforo e médio de material orgânico. Também apresenta baixo teor de alumínio e necessita de correção com fósforo e calcário.

HIDROGRAFIA PRINCIPAL

Rio Iguaçu
Rio Capanema
Rio Santo Antônio
Rio Siemens
Rio Liso.

FITOLOGIA

Atualmente o município apresenta ainda matas e nelas se apresentam madeiras de lei como: peroba, cabriúva, loro, cedro, canafístula, marfim, carova, canela, angico, etc.

2.3.2 Aspectos educacionais e culturais

2.3.2.1 Orgãos de Gestão Educacional

- Núcleo Regional de Educação - Francisco Beltrão-Pr.
- Coordenação de Documentação Escolar Estadual-Capanema.
- Secretaria Municipal de Educação

2.4 MATRÍCULAS NO ENSINO REGULAR NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA SEGUNDO A MODALIDADE DE ENSINO E A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – 2016

Modalidade de Ensino	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
Educação infantil			791	45	836
Creche		-	494	26	520
Pré-Escola		-	297	19	316
Ensino Fundamental (1)		1.056	1.106	29	2.191
Ensino Médio	127	722	-	52	901
Educação Profissional	148	24		26	198
Educação Especial			9	98	107
Educação de Jovens Adultos		226	11		237
Total	**275**	**2028**	**2708**	**295**	**5.306**
Taxa de Escolarização de 6 a 14 anos	**98,2º**				
Nº de Estabelecimentos de Ensino Médio	**5**				

FONTE: MEC/INEP

2.5 CADEIA PRODUTIVA

Capanema tem sua economia baseada na agricultura. A grande distribuição agrária por todos os recantos do município concorre enormemente para o desenvolvimento da agricultura. A atividade agrícola de Capanema é bem desenvolvida e organizada, com destaques na produção do feijão, soja, milho, mandioca, trigo e a cana-de-açúcar.

Fato considerável na cadeia produtiva do município é a pecuária paralela à agricultura, concorrendo no sentido de que, no cenário estadual, Capanema se destaque no sudoeste paranaense por se situar numa região fértil. Este aspecto que favorece significativamente a fixação do homem na terra, proporciona novas alternativas de produção com qualidade, agregando valores e participação comunitária.

A exploração da cana-de-açúcar constitui-se numa iniciativa que visa transformar o município em polo de produção de açúcar mascavo e outros produtos derivados. As agroindústrias foram projetadas e construídas com objetivo de facilitar o processo de transformação, aumentar a produtividade e melhorar a qualidade do produto final.

É, consequentemente, parte integrante do processo de diversificação da pequena propriedade e agregação de valor de produto primário, beneficiando as associações rurais do município. Cada unidade agrega em média 8 (oito) famílias tendo capacidade de transformação de 100 toneladas/ano de açúcar mascavo.

A execução da programação de desenvolvimento agropecuário se efetua de forma desconcentrada, cabendo a orientação e planejamento dos seguintes órgãos:

- ✓ EMATER – Empresa de Assistência Técnica Rural;
- ✓ CLASPAR – Empresa Paranaense de Classificação de Produtos; SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

2.6 DO CARATER OFICIAL DA MANTENEDORA E DA IES

2.6,1 A Entidade Mantenedora – IECC - 2018

ESPÉCIE SOCIETÁRIA					
NÃO LUCRATIVA			LUCRATIVA		
FUNDAÇÃO	ASSOCIAÇÃO	SOCIEADE CIVIL	CIVIL - CIA. LTDA	COMERCIAL CIVIL LTDA	COMERCIAL – S/
			X		

DADOS DA MANTENEDORA				
NOME		CNPJ		E-MAIL
Instituto de Educação e Cultura d Capanema - IECC		18.739.510/0001-40		secretaria@faculdadeiguacu.ed
ENDEREÇO DA SEDE				
LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO		COMPLEMENTO
Av. Botucaris	1590	Santa Cruz		Sala 1
CIDADE	UF	CEP	DDD (Fone)	DDD (Fax)
Capanema	Pr	85760-00	046 3552 146	046 3522 1464
NOME DOS DIRIGENTES				CPF
Lilian Cristiane Brunini Posseti Pulter				018.954.159.85
Cesar Cristiano Brunini Posseti				929.358.429-87
Aparecida Elizabete Brunini Posseti				361.526.689-72

2.6.2 Instituição de ensino superior

DADOS DA MANTIDA				
NOME		CNPJ		E-MAIL
Faculdade Iguaçu		18.739.510/0001-40		faculdade.iguacu@yahoo.com.br
Credenciamento		Portaria N º 2762		Data: 6/9/2004
Recredenciamento		Portaria nº 681		Data: 26 /05/17
ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO				
LOGRADOURO		NUMERO	BAIRRO	COMPLEMENTO
Av. Botucaris		1.590	Santa Cruz	
CIDADE	UF	CEP	DDD (Fone)	DDD (Fax)
Capanema	Pr	85760-000	46- 3552-1464	46- 3552-1464
NOME DOS DIRIGENTES				CPF
Nelson Luiz Posseti – Diretor Geral				120.697.879-15
Cesar Cristiano Brunini Posseti – Diretor Administrativo				929.358.429-87
Aparecida Elizabete Brunini Posseti – Diretora Acadêmica				361.526.689-72

2.2.3 Situação do Imóvel Ocupado

SITUAÇÃO LEGAL DO IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA MANTIDA					
NOME DO PROPRIETÁRIO	TIPO DE IMÓVEL				
	PRÓPRIO	ALUGADO		CEDIDO EM COMODATO	
		DATA DO FINAL DO CONTRATO	REGISTRO	DATA DO FINAL DO CONTRATO	REGISTRO
Associação do Instituto Vocacional e Assistencial Santa Cruz				01/03/2020	2140-Livro A/03 em 09/02/07.

de Capanema					
REGISTRO DO IMÓVEL	DATA	CARTÕRIO	UF	LIVRO	FOLHA(S)
8.870	06/12/63	CRI de Capanema	Pr	03-H	

2.7 DO CARATER OFICIAL DA MANTENEDORA E DA IES

2.7.1 A Entidade Mantenedora – IECC - 2018

ESPÉCIE SOCIETÁRIA					
NÃO LUCRATIVA			LUCRATIVA		
FUNDAÇÃO	ASSOCIAÇÃO	SOCIEADE CIVIL	CIVIL - CIA. LTDA	COMERCIAL – CIVIL LTDA	COMERCIAL – S/A
			X		

DADOS DA MANTENEDORA				
NOME		CNPJ		E-MAIL
Instituto de Educação e Cultura de Capanema - IECC		18.739.510/0001-40		secretaria@faculdadeiguacu.edu.br
ENDEREÇO DA SEDE				
LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO		COMPLEMENTO
Av. Botucaris	1590	Santa Cruz		Sala 1
CIDADE	UF	CEP	DDD (Fone)	DDD (Fax)
Capanema	Pr	85760-000	046 3552 1464	046 3522 1464
NOME DOS DIRIGENTES				CPF
Lilian Cristiane Brunini Posseti Pulter				018.954.159-85
Cesar Cristiano Brunini Posseti				929.358.429-87
Aparecida Elizabete Brunini Posseti				361.526.689-72

2.7.2 Instituição de ensino superior

DADOS DA MANTIDA				
NOME		CNPJ		E-MAIL
Faculdade Iguaçu		18.739.510/0001-40		faculdade.iguacu@yahoo.com.br
Credenciamento		Portaria N º 2762		Data: 6/9/2004
Recredenciamento		Portaria nº 681		Data: 26 /05/17
ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO				
LOGRADOURO		NUMERO	BAIRRO	COMPLEMENTO
Av. Botucaris		1.590	Santa Cruz	
CIDADE	UF	CEP	DDD (Fone)	DDD (Fax)
Capanema	Pr	85760-000	46- 3552-1464	46- 3552-1464
NOME DOS DIRIGENTES				CPF
Nelson Luiz Posseti – Diretor Geral				120.697.879-15
Cesar Cristiano Brunini Posseti – Diretor Administrativo				929.358.429-87
Aparecida Elizabete Brunini Posseti – Diretora Acadêmica				361.526.689-72

2 8 PERFIL INSTITUCIONAL

2.8.1 Visão institucional

Como fator primordial de motivação organizacional a visão de uma instituição de ensino superior, proporciona à mesma uma direção para o seu futuro, ao mesmo

tempo em que estimula seus membros de forma positiva e inspiradora a se envolverem de forma comprometida e transformadora. A Visão de Futuro define o que a instituição pretende ser no futuro. Ela incorpora as ambições da comunidade universitária e descreve o quadro futuro que a instituição quer atingir. Identifica as aspirações da instituição, criando um clima de envolvimento e comprometimentocom seu futuro.

A definição de onde se pretende chegar permite entender com clareza o que é preciso mudar na instituição ou como ela precisa mudar para que a visão seja concretizada. Uma instituição sem visão de futuro é uma instituição sem direção.

Portanto, a visão de futuro deve refletir os valores compartilhados pela instituição. O enunciado deve ser claro e objetivo, positivo e desafiador; em geral é expresso com verbo no futuro. O enunciado da visão de futuro é de responsabilidade dos gestores.

A cada instituição corresponde apenas uma declaração de visão de futuro. A visão de futuro raramente muda, é estável. Deve ser capaz de, num único parágrafo, esclarecer qualquer pessoa, de dentro ou de fora da instituição, sobre o que ela pretende fazer. Deve-se evita que o seu enunciado seja genérico, sem identidade própria, ou seja, aplicável a qualquer instituição. Consequentemente definiu-se para o contexto do Projeto Pedagógico Institucional e confirmada neste PDI a seguinte **Visão** da Faculdade Iguaçu:

> **Ser reconhecida como uma instituição de ensino de qualidade organizacional e curricular nas modalidades presencial e EAD, sendo referência em educação, ciência na região sudoeste do Estado do Paraná.**

2.8.2 Missão institucional

A Missão é o papel desempenhado pela Faculdade Iguaçu em seu negócio na busca da concretização de sua Visão de Futuro. Constitui-se na razão da existência da Instituição. A Missão traduz a “cara” da IES, como se fosse sua Carteira de Identidade.: Portanto, a Missão Institucional é a declaração do propósito e do alcance da FI. Ela se refere ao papel da IES dentro da sociedade em que está inserida. A missão é uma declaração sobre o que a instituição é, sobre sua razão de ser. A definição de missão serve de critério geral para orientar a tomada de decisões, para definir objetivos e auxiliar na escolha das decisões estratégicas.

É necessário que a missão tenha certa flexibilidade, a fim de acompanhar as mudanças ambientais. A Missão deve responder as seguintes questões: Quem somos nós? Qual é a nossa finalidade? Que fazemos para reconhecer, antecipar e responder às nossas finalidades? Como devemos responder aos nossos grupos de influência? O que nos faz ser distinto e único?

Por conseguinte, periodicamente, é preciso repensar a missão da instituição. Então, a missão definida pela FI, após várias reflexões realizadas junto à comunidade acadêmica, assim se apresenta:

> **Ser uma IES surpreendente no campo do ensino superior, compromissada com a pesquisa, a extensão, a produção e a disseminação de conhecimentos, nas modalidades presencial e à distância ministrando o ensino em prol da formação de profissionais, com foco na região Sudoeste do Paraná e com ênfase no município de Capanema.**

Para concretizar sua missão e seus objetivos, a FI atuará nas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços, firmando-se como instituição capaz de interagir na busca de soluções para o desenvolvimento da região e da sociedade brasileira, fortalecendo as funções acadêmicas, científicas e sociais.

A Faculdade Iguaçu se propõe prover e disponibilizar a seus acadêmicos, via cursos de graduação e programas de pós-graduação nas modalidades presencial e EAD as condições de atuar como força transformadora da realidade local, regional e nacional, assumindo o compromisso de construir uma sociedade justa, ambientalmente responsável, respeitadora da diversidade e livre de todas as formas de opressão ou discriminação.

2.9 AÇÕES INSTITUCIONAIS PROPOSTAS

À Educação cabe preparar o indivíduo para compreender a si mesmo e ao outro, através de um melhor conhecimento do mundo e das relações que se estabelecem entre os homens e entre estes e o meio ambiente físico e social.

A Instituição de Ensino Superior entende que à Educação cabe preparar os indivíduos para compreender os impactos das novas tecnologias na cultura através da concepção de sociedade como um processo complexo e inacabado onde valores e paradigmas estão sendo permanentemente questionados. Sociedade

“global” composta por “diferentes”, cujas características terão enorme importância para a Instituição na superação do “déficit de conhecimentos” e no enriquecimento do diálogo entre povos e entre culturas. Será a partir da compreensão das diferenças individuais, da aceitação dos opostos, da tolerância com os adversos que se construirá a sociedade "global", pluralista e fraterna.

A Instituição também parte da necessidade de que, enquanto agência promotora de ensino superior deva ser possuidora de uma política de graduação teoricamente rigorosa, sólida e articulada organicamente a um projeto de sociedade e de educação.

A Instituição de Ensino Superior - Faculdade Iguaçu - está comprometida com a transmissão e construção do saber, com a pesquisa, com inovações, com o ensino e formação profissional que contemple conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à atuação do cidadão, bem como com a educação continuada e a cooperação internacional, a fim de contribuir com um desenvolvimento sustentável.

Como centro de pesquisa e criação de saber, a Instituição irá contribuir na resolução de certos problemas que se põem à sociedade através da formação intelectual e política de seus egressos. No âmbito social, provocará e participará de debates sobre as grandes questões éticas e científicas com as quais a sociedade se defronta.

Preocupada com a flexibilidade, a Instituição preservará, sempre que possível, o caráter pluridimensional do ensino superior, proporcionando ao acadêmico uma sólida formação geral, necessária à superação dos “desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção de conhecimentos”

Nesse sentido, adotará a prática de estudos independentes, na perspectiva da autonomia intelectual, como requisito à autonomia profissional e o fortalecimento da articulação da teoria com a prática através da pesquisa individual e coletiva e da participação em atividades de extensão.

Para garantir seus objetivos, a Faculdade Iguaçu pretende organizar a Educação que desenvolve em torno de 4(quatro) aprendizagens fundamentais, recomendadas pelo “Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI".

- **“Aprender a conhecer”** — caracterizado pela busca do domínio dos instrumentos do conhecimento com a finalidade precípua de descobrir, compreender, fazer ciência;

- **“Aprender a fazer”** — entendendo-se que, embora indissociável do “aprender a conhecer”, o “aprender a fazer” refere-se diretamente à formação profissional, na medida que se trata de orientar o acadêmico a pôr em prática os seus conhecimentos, adaptando a educação à configuração do trabalho na sociedade atual;
- **“Aprender a viver juntos”** — constituindo-se num grande desafio para a Educação, tendo em vista que trata de ajudar os alunos no processo de aprendizagem para a participação, a cooperação e, sobretudo, para a busca coletiva de soluções para os problemas contemporâneos;
- **“Aprender a ser”** — integrando as três aprendizagens anteriores e caracterizando-se pela elaboração de pensamentos autônomos e críticos que contribuam na formulação própria de juízos de valor, formando assim um cidadão e profissional decidido e preparado para agir nas diferentes circunstâncias da vida.

Para concretizar sua política de formação, a Instituição tem como filosofia a promoção de ensino de qualidade através da criação e desenvolvimento de atividades acadêmicas que considerem os conhecimentos, as habilidades e as atitudes essenciais à formação humana e profissional.

Essas diretrizes norteadoras requerem estratégias educativas variadas no pensar e fazer acadêmicos da Instituição que buscará gradativamente:

a) **A construção coletiva** — expressa na intenção e prática de cada segmento que constitui a Instituição, levando em conta a articulação dialética, diferenciação e integração, globalidade e especificidade;
b) **A interação recíproca com a sociedade** — caracterizada pela educação e desenvolvimento econômico-social sustentáveis, reafirmando o seu compromisso como potencializadora da formação humana e profissional;
c) **A construção permanente da qualidade de ensino** — entendida e incorporada como processual e cotidiana da graduação e da pós-graduação, indagando continuamente sobre:

- ✓ Que tipo de sociedade temos e queremos?
- ✓ Qual a função dos cursos superiores frente às novas relações sociais e de produção?
- ✓ Qual o perfil do profissional a formar frente às exigências do mercado de trabalho?

- ✓ **A integração entre ensino, pesquisa e extensão** buscando a construção de um processo educacional fundado na elaboração/reelaboração de conhecimentos, objetivando a apreensão e intervenção na realidade enquanto uma totalidade dinâmica e contraditória;
- ✓ **A extensão** voltada para seus aspectos fundamentais, quais sejam, tornar a coletividade beneficiária direta e imediata das conquistas do ensino e da pesquisa, socializando o saber universitário e a coleta do saber não-científico elaborado pela comunidade para, estruturando-o em bases científicas, restituí-lo a sua origem.
- ✓ **O desenvolvimento Curricular** — contextualizado e circunstanciado, expressão da concepção de conhecimento entendido como atividade humana e processualmente construído na produção da vida material.
- ✓ **A busca permanente da unidade teoria e prática**, o que exige a incorporação de professores e alunos em atividades de pesquisa e iniciação científica;
- ✓ **A adoção de aspectos metodológicos** — fundados nos pressupostos da **metodologia dialética** que concebe a sociedade e a educação como dinâmicas, contraditórias e partícipes da construção das relações infra e superestruturais.

Fundamentada na sua filosofia, missão e princípios gerais, a Faculdade Iguaçu traça as diretrizes didático-pedagógicas para os seus cursos. Essas diretrizes solidificarão e explicitarão a intenção e prática acadêmicas a serem desenvolvidas no decorrer das graduações da Instituição.

2.10 AÇÕES INSTITUCIONAIS À MÉDIO PRAZO:

a) Manter um quadro de docentes com pelo menos, 50% de mestres e doutores, todos com experiência de exercício profissional no curso em que atua;

b) Manter 50% dos docentes em regime de tempo parcial e ou integral e os demais como horistas devidamente registados conforme as determinantes da CLT;

c) Oferecer ensino de graduação e de pós-graduação de comprovada qualidade, expandindo os seus cursos em forte sintonia com as necessidades da sociedade;

d) Implantar e consolidar um programa de educação continuada e extensão universitária;

e) Implementar Núcleos de Pesquisas e de Extensão;

f) Proceder à atualização periódica do Acervo Bibliográfico, disponíveis na Biblioteca/sede e/ou para os alunos matriculados modalidade EAD, via on line;

g) Primar pela formação interdisciplinar e multidisciplinar de seus cursos;

h) Profissionalizar integralmente o quadro docente, gerencial, de apoio técnico/ administrativo e tutores da modalidade EAD da sede e dos polos instalados;

i) Disponibilizar a infraestrutura física e tecnológica adequada ao funcionamento das atividades acadêmicas, quer na modalidade presencial, quanto na de EAD;

j) Desenvolver e manter um modelo de organização e gestão com adequado padrão de eficácia, confiabilidade e capacidade de resposta;

k) Fazer da qualidade, flexibilidade e prontidão do atendimento à comunidade, destacadamente aos alunos, um fator de diferenciação e reconhecimento da Instituição.

2.11 DAS METAS

a) Contratação Semestral de professores mediante (análise detalhada do Curriculum Vitae e entrevista), primando pela aderência de sua titulação à área da disciplina a ser ministrada, bem como atendo-se à experiência acadêmica na mesma;

b) Inserção do Docente no quadro de pessoal da IES com regime de trabalho compatível com as atividades de classe e extraclasse desenvolvidas;

c) Incentivar a dedicação docente à pesquisa via iniciação científica e à extensão;

d) Destinar espaço físico para as atividades de pesquisa e extensão;

e) Destinar, semestralmente, 10% (dez por cento) da receita líquida à atualização do acervo bibliográfico e demais equipamentos necessários ao desenvolvimento das práticas curriculares;

f) Disponibilizar por meio dos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação da IES a formação humanística, teórico e prática interdisciplinar e multidisciplinar, necessárias ao ensino de qualidade;

g) Manter um programa informatizado de gestão acadêmico-administrativa;

h) Promover as adaptações e reformas necessárias nas instalações físicas da IES, tornando-as compatíveis com as atividades de ensino relacionadas às modalidades de ensino e a cada curso proposto;

i) Promover a integração entre a Instituição e a comunidade local.

3- DA MISSÃO DO CURSO E JUSTIFICATIVA PARA A IMPLANTAÇÃO DA EAD PELA FACULDADE IGUAÇU

3.1 MISSÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA

> Possibilitar a formação de profissionais, assegurada por uma base científica interdisciplinar, para o exercício de uma educação cidadã autônoma em sua área de atuação, bem como cuidar, educar, administrar a aprendizagem, alfabetizar em múltiplas linguagens e participar da gestão escolar, com ética, compromisso e qualificação para atuar em vários campos educativos formal, não/formal e informal, por meio da docência ou da gestão educacional.

3.2 JUSTIFICATIVA

Com o objetivo da expansão da educação e o oferecimento de Educação para todos, a EAD passou a ser vista de uma maneira positiva frente a sociedade, Instituições e alunos. A razão para tudo isso, é simples: sua viabilidade financeira e praticidade pedagógica em termos de aproximação ao ensino presencial. Para as empresas, não se entende de forma diferente, visto que as Organizações investem em cursos de capacitação em grande escala, o que gera uma economia considerável. Para algumas empresas, cursos de capacitação e aperfeiçoamento só são viáveis se forem oferecidos à distância (OLIVEIRA, 2002).

A EaD vai muito além da dimensão econômica, mesmo ocupando uma posição vantajosa pelos motivos já mencionados, a diversidade e o avanço da tecnologia que são facilmente aplicados na modalidade, o que contribui significativamente para o avanço da educação como uma melhoria de processos.

> Numa sociedade, onde a automação, a informação e o tempo correm velozes, não é possível pensar que os sistemas convencionais de ensino possam responder à formação contínua, face às necessidades dos momentos presente e futuro (MATA, 2001: 80).

Nesse sentido, a EaD além de revelar uma posição de destaque frente ao ensino convencional, revela também às exigências do mundo do trabalho, em termos de acessibilidade, habilidades e competências, sem contar no perfil autônomo do aluno egresso desta modalidade.

Além disso, vale afirmar que as condições impostas por um modelo capitalista são de competitividade, tanto em nível nacional, quanto internacional para uma “economia globalizada e altamente tecnologizada” (BELLONI, 2001: 42). Razão esta, que um modelo não convencional, como a Educação a Distância, supera os

limites, supera as barreiras geográficas e consegue de maneira clara que o aluno leve para o resto de sua vida o perfil adquirido.

Por outro lado, a EaD pode se tornar um importante instrumento da recomendação da UNESCO a fazer com que os países ofereçam *Educação para Todos*. A educação de boa qualidade para todos resultará na formação de um capital humano e social. “O capital humano significa o conhecimento e a capacitação individuais que tornam a pessoa mais autônoma, mais flexível e mais produtiva” (DANIEL, 2003: 79). Entretanto, somente capital pessoal não é suficiente. É preciso a elevação no nível de capital social, para que, no coletivo, cada um venha a usufruir desse crescimento. Para isso, alguns autores (DANIEL, 2003; LUCKESI, 2001; MATA, 2001; entre outros) defendem a EaD como portadora de um potencial capaz de atingir, de forma transversal e efetiva, os autênticos objetivos educacionais de uma sociedade democrática.

A modalidade à distância, pois, se justifica pela inegável transformação social que passamos e que instituem novos modos de ser e estar no mundo. Anthony Giddens (1991, p. 15) em sua obra “As consequências da modernidade” aponta algumas características de nossa sociedade contemporânea referindo-se, em primeiro lugar, a velocidade das mudanças sociais, ocasionada principalmente pelo avanço tecnológico. A segunda, efeito da primeira característica, é a amplitude das mudanças que nos possibilita estar conectado com mundo, transformando-nos em uma “aldeia global”, termo criado pelo filósofo canadense Herbert Marshall McLuhan a fim de justificar os possíveis efeitos das comunicações de massa sobre a Sociedade.

Assim, mudanças de ordem econômica, social, política e cultural, dentre outras, geram desafios para a Educação no que tange a configuração de novos Projetos que estejam em sintonia com as condições contemporâneas de nossa existência. Portanto, acredita-se que uma das articulações possíveis para que esta sintonia seja alcançada - está na proposição de cursos realizados por meio da educação à distância.

É no sentido de se construir ambientes de aprendizagem que impliquem em processos colaborativos na formação de professores que entende-se ser possível contribuir para uma reflexão crítica e criativa para o futuro professor em seu exercício profissional.

Por conseguinte, o curso de Pedagogia da Faculdade Iguaçu, no que tange a formação de professores para atuar na Educação Infantil, nas séries iniciais do Ensino Fundamental e suas modalidades, bem como nos processos de Gestão Escolar, assume o compromisso de ofertar um curso na modalidade a distância de qualidade que visa contribuir para a melhoria do Ensino em nosso país em consonância com a legislação vigente.

Portanto, deve ser encarada "entre outros caminhos e para além deles, como uma via que conduza a um desenvolvimento mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões e as guerras" (Relatório da UNESCO sobre Educação para o século XX).

Porquanto, necessário se faz oferecer um ensino preocupado com a qualidade a todos os estudantes, apresentando-lhes uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira; uma educação que considere os interesses e as motivações dos alunos e garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos, participativos e criativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade para solucionarem problemas na sociedade em que vivem.

Desse modo, na dimensão da construção da cidadania, a Faculdade Iguaçu assumirá a perspectiva de que os alunos devem assumir uma atitude de aprendizagem permanente, pois vivem numa sociedade de conhecimento. A cidadania também exigirá um vínculo entre o conhecimento e as situações da vida real e em especial da vida social, em que se relevam as relações com o outro. Esta educação encontra-se pautada pelas perspectivas democratizadoras e humanísticas, levando em consideração os quatro domínios da vida humana: **ser**, **inteligência**, **trabalho** e **convivência**, concordando assim com os quatro pilares da educação da sociedade contemporânea segundo a UNESCO.

Será, pois, através de uma educação humanista - que visa uma emancipação da cidadania, da qual os indivíduos terão acesso a todas as dimensões da cultura universal, científica e tecnológica acumulada pela humanidade – que se caracterizará a proposta pedagógica do curso em questão.

Comprometido, de um lado, com o novo significado do trabalho na sociedade global e do outro, com o sujeito ativo - a pessoa humana que se apropriará desses conhecimentos para aprimorar-se, como tal – o Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia, em obediência às exigências contemporâneas

do mundo do trabalho e da prática social em uma perspectiva de aprendizagem permanente, se propõe a desenvolver ações voltadas para a formação continuada, considerando como elemento central desta formação, a construção da cidadania em função dos processos sociais que se modificam.

Assim, a Faculdade Iguaçu, se apresenta como uma escola humanística e cidadã estabelecendo um forte vínculo entre o conhecimento e as situações da vida, de tal forma que a própria experiência da escolaridade seja praticada pelos sujeitos da escola no respeito de seus deveres, cuja historicidade, observância e reconstrução no espaço da vida escolar, propiciem uma experiência de cidadania a esses sujeitos e a adjetivação de cidadania.

Com tal propósito, a Faculdade Iguaçu visa à formação de personalidades democráticas, configurando o espaço público com o espaço de realização da essência do ser humano: ser social e produtor de cultura por excelência.

Para uma educação humanizadora, a Faculdade Iguaçu aponta como premissas gerais e orientadoras os quatro eixos estruturantes da educação na sociedade contemporânea – (UNESCO: a) Aprender a aprender; b) Aprender a fazer; c) Aprender a viver; e d) Aprender a ser.

Igualmente tem a IES a consciência de que o enfoque humanista - embasado nos eixos referidos - deve nortear os conteúdos e as práticas educativas, vinculando-as com o viés da educação emancipadora e cidadã, constituindo-se naquela que se funde em uma concepção para a libertação do homem, articulando unitariamente a dupla dimensão do conhecimento e firmemente compromissada com o exercício do livre arbítrio.

E isto, remete à **justificativa da necessidade social** do curso de Licenciatura em Pedagogia para a região na qual a Faculdade Iguaçu encontra instalada; mas sobremaneira, um curso centrado na concepção da ação educativa pedagógica, metodológica e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam os elevados conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia.

Ainda: Um curso que se compromete em formar profissionais conscientes e competentes para o exercício da docência na Educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, de conformidade aos dispositivos da Resolução CNE/CP N 1 de 15 de maio de 2006.

3.3 PRESSUPOSTOS LEGAIS E NORMATIVOS

A proposta referida alinha-se ao Plano Nacional de Educação - PNE (sancionado pela lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014), à Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada e, especificamente a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Pontua-se ainda, a Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana recomenda, no Art. 1° § 1°, que observa a inclusão "nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004"e a Resolução Nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, que destaca em seu Art. 6º que "A Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP)" o que está presente, implicitamente, na proposta de criação do curso em pauta, em cada um dos componentes curriculares, pois entendemos como tema essencial para a qualificação da formação de professores. Observamos ainda, a Lei 9.795/1999 que dispõe sobre a Educação Ambiental e que afirma em seu "Art. 1º: Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade." Nesta perspectiva, entendemos que o Projeto aqui Proposto atende a tal legislação principalmente nos componentes curriculares: Escola, Conhecimento e Metodologias: Ciências Naturais; Educação e meio Ambiente e A Criança e a Educação Ambiental.

Acrescenta-se a estes, os marcos normativos da Educação a Distância, Resolução CNE/CES Nº 1, de 11 de março de 2016 que Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na

Modalidade a Distância, o Decreto Nº 9.057/2017, o Art. 80 da Lei n° 9.394/1996 e os Referenciais de Qualidade para a Modalidade de Educação Superior à Distância no País, bem como os dispositivos da Portaria normativa nº 11 de junho de 2017, que estabelece normas para o credenciamento de instituição e a oferta de cursos superior a distância, em conformidade com o Decreto º 9.057 de 25 de maio de 2017.

As Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia em seu Art. 2º explicita ser o curso é destinado à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

O curso de Pedagogia, segundo as diretrizes, é permeado por estudos teórico-práticos, de investigação e reflexão crítica. Os frutos deste itinerário voltam-se para o planejamento, a execução e a avaliação de atividades educativas e a aplicação ao campo da educação contribuindo com conhecimentos no âmbito filosófico, histórico, antropológico, ambiental-ecológico, psicológico, linguístico, sociológico, político, econômico, cultural, dentre outros. Constitui-se, assim, num repertório de habilidades constituído pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos consolidados, na ótica da lei, no exercício da profissão. As atividades do magistério devem estar fundamentadas em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

Na estruturação do curso de pedagogia, dever-se-á observar com especial atenção: os princípios constitucionais e legais; a diversidade sociocultural e regional do país; a organização federativa do Brasil, a pluralidade de ideias de concepções pedagógicas, a competência das Instituições de ensino e dos docentes para a gestão democrática.

3.4 ORGANIZAÇÃO DOCENTE

O corpo docente que atuará na modalidade à distância da Faculdade Iguaçu será constituído por professores que exercem atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas na Instituição ou contratados e prestadores de serviço especificamente para integrar o projeto de EAD.

Este corpo docente deve buscar, ininterruptamente, a sua capacitação e atualização, integrando a comunidade acadêmica como um todo, devendo, no desempenho de suas funções, levar em conta o processo global de educação segundo as políticas e objetivos da IES e as especificações da modalidade à distância.

Os professores devem, em decorrência da produção autoral, aprender ao mesmo tempo em que ensinam atualizando-se continuamente tanto seus saberes 'disciplinares' como suas competências pedagógicas caracterizadas pela ação técnica ⇔ humanística ⇔ inclusiva incentivarem a aprendizagem e o pensamento do aprendiz. Mas para isso, devem estar conscientes que "o essencial se encontrarem um novo estilo de pedagogia, que favorece ao mesmo tempo as aprendizagens personalizadas e a aprendizagem coletiva em rede" (Levy, 1999) devendo também ficar entendido que:

> ...a teleducação não dispensa o professor, embora agregue a seu perfil outras exigências cruciais, como saber lidar com materiais didáticos produzidos com meios eletrônicos, trabalhar em ambientes diferente daqueles formais da escola ou da universidade, avaliação. (Demo, 1998)

Assim, visando atender as diretrizes estabelecidas para a formação e o desenvolvimento do aluno, a estrutura de docentes da Faculdade Iguaçu, para a modalidade a distância será composta por três categorias de professores:

- ✓ Tutor
- ✓ Professor Conteudista
- ✓ Professor Titular

A seguir, o Projeto descreve a função de cada um dos professores que compõem a equipe de docentes da Faculdade Iguaçu que contará com professores de seu quadro docente, os quais exercem diversas atividades, além de desempenharem as funções de Professores.

Estas atividades vão desde a elaboração das atividades, formulação de provas, acompanhamento aos alunos nas atividades, correção de provas, atividades presenciais e virtuais, bem como, a participação no colegiado curso, participação na semana de Formação Geral e, ainda, alguns dos professores têm a participação no Núcleo Estruturante.

3.5 ESTRUTURA TUTORIAL

Segundo a ANATED - Associação nacional de Tutores de EaD, a partir do momento em que os tutores são identificados como parte integrante de uma equipe multidisciplinar, e que não se insere apenas no contexto de instituições credenciadas pelo MEC, mas, também, em instituições, empresas, que ofertam cursos livres, preparatórios, corporativos ou de qualquer outra natureza, isso proporciona uma dimensão muito maior do que simplesmente discutir quem ocupa esta função por direito, mas sim, como e de que forma a ocupa.

Primeiramente, se faz importante entender a originalidade da atividade de tutoria, nos moldes em que a praticamos hoje no país e de como poderá ser planejada. Sabemos que alocar um professor em uma atividade de tutoria é insuficiente para atender a todas as expectativas de uma equipe multidisciplinar de Lead e tão pouco a satisfazer as necessidades do aluno.

Na busca em identificar quem exerce esse papel, o que aproxima o pedagogo de um juiz de direito ou o tecnólogo de um executivo? Vejamos: o pedagogo está para a tutoria do curso a distância de pedagogia; o juiz para a aplicação dos 20% a distância, no curso presencial de direito; o tecnólogo para a tutoria do curso de informática e o executivo a tutoriar sua equipe para melhorar a performance de sua empresa. Nesse caso a proximidade desprende-se de ser ou não um professor, mas une-se ao fato de cada qual no seu saber profissional servir de elo para conectar o discente ao conteúdo. Passamos então a considerar a tutoria como sendo a meta/capacidade capaz de organizar as experiências anteriores e o conhecimento intelectual pertinente ao curso.

E é justamente por esse motivo que o foco se volta para a aptidão em exercer a tutoria; é habilitar e desenvolver os profissionais, independente de que área esteja a se tratar; a adquirir novas habilidades e competências, conscientes de que estarão exercendo uma prática educacional diferenciada, seja ela no âmbito educacional, ou não.

3.5.1 Especificidades para o exercício da Tutoria

O exercer a tutoria é praticar outra linguagem, cujo instrumentos, recursos e os procedimentos metodológicos são diferentes. A relação tutor⇔aluno⇔professor deixa de ser presencial, direta e imediata para se dar de forma não presencial, indireta e mediata. A postura no acompanhamento da aprendizagem, a orientação, a avaliação e o atendimento às necessidades individuais tornam-se mais amplas e

complexas, posto que tutor à sua conveniência pode (re)modelar sua ação de um para todos e de todos para todos.

A ação tutorial é singular, por permitir a construção de um vinculo e um diálogo diferenciado, na medida em que elementos como a observação, hipótese, equilíbrio e a sensibilização são empregados sem enxergar do outro lado os gestos, o brilho-opacidade do olhar, o sorriso maroto, o choro do aprendiz. Ao contrário, são vistos, revistos e interpretados pelo estado de espírito que se extrai da escrita e da motivação pelas atividades propostas. Muitas vezes o aluno não consegue expressar por meio da linguagem escrita o que realmente deseja, tornando a função do tutor ainda mais responsável e difícil.

Portanto, para ingressar na atividade de tutoria, a Faculdade Iguaçu exige que o candidato a tutor tenha, pelo menos, pós-graduação latu senso na área do curso que pretende atuar, sabendo que, de modo geral, a função do tutor é orientar e incentivar cada aluno cursista. Além de ser o facilitador da aprendizagem, ainda é competência do tutor acompanhar juntamente com o professor conteudista, todas as atividades pedagógicas a ele impostas.

3.5.2 Das competências do(a) Tutor(a):

- Organizar a classe virtual, informando o calendário e os objetivos do curso, expondo ao aluno a expectativa esperada em relação à interação dele com o curso, promovendo contato inicial com a turma, bem como estimulando o aluno a interagir uns com os outros, gerando um senso de comunidade social;
- Interpretar o material visual e multimídia, quando o aluno tiver dúvidas, melhorando, assim, o andamento do curso;
- Incentivar a pesquisa, fazer perguntas, avaliar respostas, relacionar comentários, coordenar as discussões, sintetizar seus pontos principais e desenvolver o clima intelectual geral do curso, encorajando a construção do conhecimento;
- Acompanhar os comentários lançados no fórum de cada disciplina, participar, incentivar os alunos, motivá-los e avaliá-los;
- Orientar o acadêmico em suas atividades, fazendo o intercâmbio da aprendizagem e proporcionando um atendimento individual e personalizado por meio do AVA e/ou telefone;
- Dar feedback constante e rápido ao aluno, enfatizar ao aluno a real

importância que a formação tem para sua vida pessoal e profissional. Também cabe a ele expor ao acadêmico as habilidades de estudo autônomo e a compreender as relações do estudo com seus interesses particulares e profissionais;

- Identificar as capacidades e limitações dos alunos, atentando-se às dificuldades deles e buscando reintegrá-los ao grupo, utilizando estratégias diversificadas para intervir no processo de ensino e aprendizagem, ajudando-o a progredir em seus estudos e minimizando as desistências;
- Verificar a ausência do aluno no AVA. Caso o aluno fique ausente por uma semana, deverá fazer contato imediato com o mesmo por meio de mensagens pelo Ambiente Virtual, caso não ocorra resultado, daí então por e-mail e via telefone, mostrando a importância de cada aluno na Instituição;
- Manter contato direto com o corpo docente, trazendo as informações com fontes concretas ao aluno;
- Corrigir (em parceria com outros professores) as atividades e avaliações;
- Estimular o estudante ao hábito da leitura e a busca constante do conhecimento, indicando material bibliográfico e sites, conforme orientação dos Professores Conteudistas e Titulares da disciplina, sempre procurando mostrar ao aluno a relação dos conteúdos vistos com a realidade apresentada no mercado, mantendo uma atitude reflexiva e crítica em sua prática educativa;
- Controlar o acesso de seus alunos, mostrando a ele como estudar e a importância de ficar sempre ativo em suas atividades.

3.5.3 Professor Conteudista

O Professor Conteudista tem formação na área específica da(s) sua(s) disciplina(s), tendo titulação exigida pelo MEC, ou seja, tendo mestrado e/ou doutorado. Quando especialista, este necessita ter reconhecida competência na área, o que garante a qualidade pedagógica nos materiais impressos e/ou mídias.

3.5.3.1 Atribuições do Professor Conteudista:

- Participar dos cursos de capacitação promovidos pelas Coordenadorias Tecnológica e de Ensino;
- Elaborar Plano e Guia didático da disciplina;

- Elaborar material impresso e on-line;
- Planejar trabalhos de avaliação a distância e presencial;
- Participar das reuniões agendadas pela Diretoria e Coordenadores de Curso;
- Propor leituras e atividades auxiliares de estudo para tutores e alunos;
- Orientar tutores e tutores no desenvolvimento da disciplina;
- Acompanhar o desenvolvimento dos Objetos de Aprendizagem.

3.5.4 Professor Titular

A EaD da Faculdade Iguaçu possuirá, também, o Professor Titular que é o responsável por transmitir o conteúdo aos alunos de todos os polos, sendo eles, muitas vezes, os próprios professores Conteudistas.

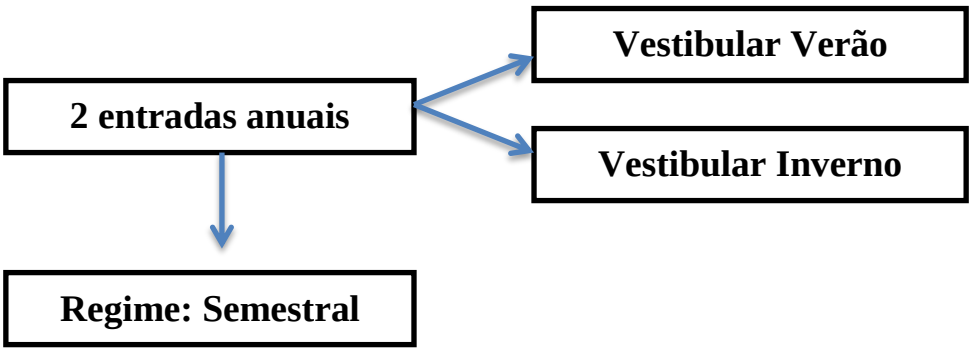
3.5.4.1São atribuições do Professor Titular:

- Ministrar/gravar a aula a ser transmitida aos alunos.
- Elaborar roteiro para aula a ser transmitida;
- Elaborar material de apoio da aula;
- Participar dos cursos de capacitação promovidos pelas coordenadorias Pedagógica e Tecnológica e demais atividades quando necessário;
- Planejar trabalhos de avaliação à distância e presencial;

4. MODELO PEDAGÓOGICO PARA EAD

O Modelo Pedagógico de uma Instituição define as características básicas dos cursos a serem oferecidos e a maneira a qual eles serão oferecidos. Os Modelos Pedagógicos são propostas educacionais elaboradas a partir de estudos de educadores nos campos da Filosofia da Educação, da Psicopedagogia e da Sócio/pedagogia. São conceitos, metodologias que visam acompanhar e apoiar as práticas pedagógicas dos professores, sejam eles presenciais ou a distância.

A seguir será apresentado o Modelo Pedagógico da Faculdade Iguaçu, desde a entrada de alunos até a descrição detalhada das atividades que farão parte de cada disciplina e consequentemente comporão a matriz curricular de cada curso oferecido na Modalidade a Distância.



A figura 1, ilustra genericamente o modelo adotado pela Faculdade Iguaçu. O modo de ingresso é semestral, com dois vestibulares: Verão e Inverno. Cada semestre serão oferecidas as disciplinas de acordo com o curso escolhido pelo aluno. Cada disciplina é composta de 80h, de modo que ao final do curso seja integralizada a carga-horária mínima exigida na legislação e nas Diretrizes Curriculares de cada curso. Quando a matriz curricular for apresentada além das disciplinas obrigatórias, haverá a apresentação de disciplinas optativas e eletivas.

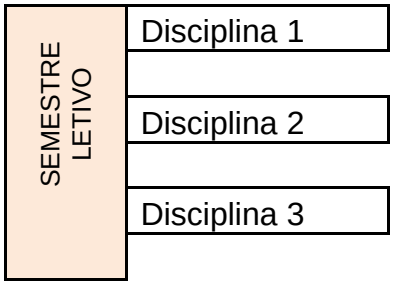


Figura 2

Conforme a figura 2 Cada semestre letivo é composto por disciplinas. Cada curso apresenta a quantidade de disciplinas de modo que obedeça as diretrizes

Curriculares nacionais ou Tecnológicas, que são apresentadas na matriz curricular de cada semestre, com suas respectivas horas.

As atividades pedagógicas que comporão cada uma das disciplinas são apresentadas na figura 3, por semanas.

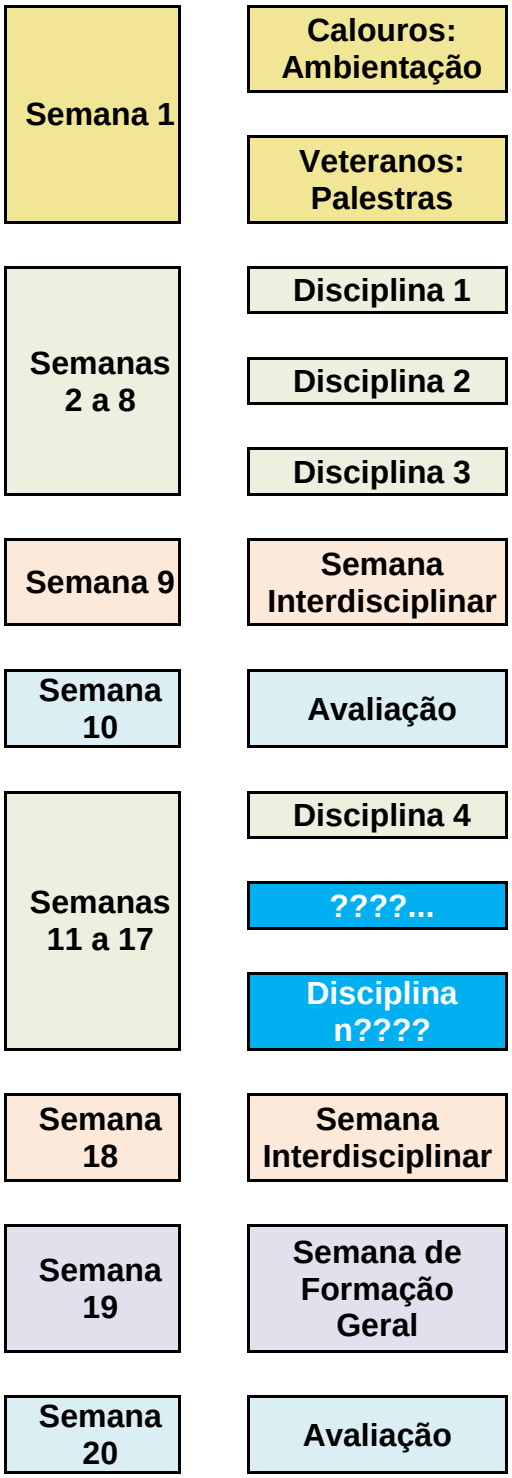


Figura 3

O Modelo Pedagógico da Faculdade Iguaçu é composto de 20 semanas letivas , conforme a figura anterior (Figura 3).

As disciplinas que compõe cada semestre são oferecidas, em grupo de no máximo 3 disciplinas, de modo que o aluno consiga uma melhor organização. Há 2(duas) semanas interdisciplinares, cujo objetivo é mostrar a interdisciplinaridade entre as disciplinas que estão sendo oferecidas.

Além das disciplinas há outras atividades que juntamente com os conteúdos específicos das disciplinas formam o oferecimento do semestre letivo, como avaliações, e Semana de Formação Geral, que serão descritas na sequência.

4.1DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

4.1.1Disciplinas

A Matriz Curricular da Faculdade Iguaçu é composta de disciplinas, onde cada disciplina para ser cumprida suas horas e atividades, apresentam atividades diversificadas que em conjunto com o material didático, cumprem as ementas conforme serão apresentadas posteriormente juntamente com as bibliografias básicas e complementares.

As disciplinas tem duração de 7 semanas conforme a Figura 4. As atividades que compõe cada disciplina são:

a) Aula gravada pelo Professor e disponibilizada no AVA- Ambiente Virtual de Aprendizagem. Estas aulas (3 vídeos) terão a duração de aproximadamente 1 hora, sendo que o vídeo 1, será sobre o conteúdo da Unidade I do material Didático. No vídeo 2, sobre a unidade 2 do material didático e no vídeo 3, da Unidade 3 do material didático.
b) Fórum - Os Fóruns constituem atividades assíncronas que tem por objetivo levar o aluno a construção de um conceito que atinja desde a reflexão do tema abordado até a concepção do conhecimento adquirido, pautado principalmente na aplicação dos conceitos na prática . Na atividade de fórum, os alunos tem a oportunidade debater com os demais colegas sobre o tema em questão e contribuir significativamente com seu conhecimento.
c) Para cada disciplina, 2 temas de discussão serão debatidos. Os Fóruns tem caráter avaliativo.
d) As atividades objetivas têm por objetivo viabilizar a aprendizagem significativa dos conceitos trabalhados nas disciplinas. São atividades

objetivas de múltipla escolha e cada Unidade de estudo terá 1 atividade objetiva. As atividades objetivas tem caráter avaliativo.

e) Material Didático – Todos os alunos tem direito ao material didático que será disponibilizado no AVA- Ambiente Virtual de Aprendizagem, em formato eletrônico, podendo ser impresso e também visualizado em diferentes dispositivos que suportam o formato PDF. Neste material, o aluno encontra os fundamentos teóricos e conceituais que lhe darão a base para todas as atividades que compõe o modelo pedagógico e principalmente a construção de seu conhecimento.

Disciplinas 1, 2, 3, ...

Semana 1	Aula Gravada	Fórum	Atividades Objetivas	Materiais Didáticos
?????..	Aula Gravada	Fórum	Atividades Objetivas	Materiais Didáticos
Semana ?????	Aula Gravada	Fórum	Atividades Objetivas	Materiais Didáticos

Figura 4

A Figura 4 explicita as atividades de compõe cada disciplina. Cada disciplina terá aulas gravadas, Fórum, Atividades Objetivas, Materiais Didáticos.

As aulas online são gravadas pelos docentes que produziram os materiais didáticos e são disponibilizados no AVA- Ambiente Virtual de Aprendizagem.

4.2 AVALIAÇÃO

A Avaliação dos cursos de Graduação da Faculdade Iguaçu em regime EAD é composta de atividades de cunho formativo as quais os alunos são submetidos de forma contínua. Estas atividades juntamente com as provas presenciais obrigatórias, compõem a Nota do aluno.

As atividades que compõem esta média final do aluno são: testes diagnósticos, atividades em forma de pesquisa bibliográfica, culminadas por meio de relatórios, Fóruns, além das provas presenciais obrigatórias.

Prova Presencial – Esta prova é de conhecimentos específicos e acontece nas semanas 10 e 20 de cada semestre letivo, conforme a figura 5.

Na semana 10 ocorrerá as provas presenciais obrigatórias das disciplinas 1, 2 e 3 do semestre corrente e na semana 20 ocorrerá as obrigatórias das disciplinas 4, a n, do semestre corrente.

Esta prova tem por objetivo permitir ao aluno mostrar que as habilidades necessárias para cada disciplina foram cumpridas no decorrer do oferecimento das mesmas. Os conteúdos específicos são se suma importância para a aplicabilidade dos conceitos na prática,

O período de realização destas provas ocorrem conforme calendário acadêmico. É obrigatória, sem consulta e deve ser realizada no Pólo de apoio presencial.

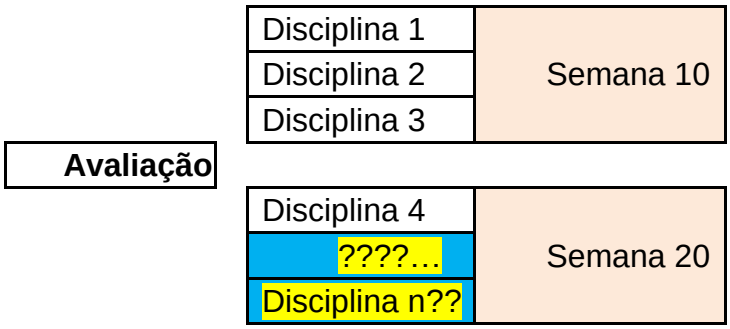
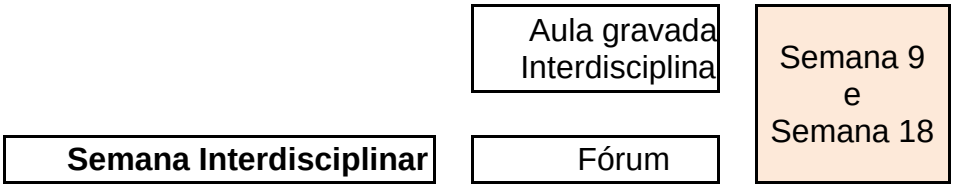


Figura 5

4.3 SEMANA INTERDISCIPLINAR

A Semana Interdisciplinar tem por objetivo promover a interdisciplinaridade entre as disciplinas que estão sendo oferecidas, conforme a Figura 6. Em cada semestre, dentro das 20 semanas propostas de atividades, haverá duas semanas interdisciplinares. A primeira onde serão trabalhadas as três primeiras disciplinas e acontecerá na nona semana do curso. A segunda semana interdisciplinar acontecerá na décima oitava semana e trabalhará as demais disciplinas que estarão sendo oferecidas.



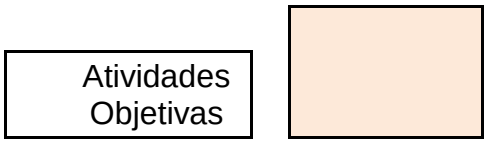


Figura 6

Cada semana interdisciplinar é composta de atividade, conforme descritas abaixo e que estão explicitadas na Figura 6.

a) AULA GRAVADA INTERDISCIPLINAR: Esta aula será gravada pelos professores das disciplinas que estão sendo oferecidas mostrando e proporcionando aos alunos a visualização da interdisciplinaridade dos conteúdos trabalhados e principalmente sua aplicação na prática mercadológica.
b) FÓRUM – Após assistir a aula interdisciplinar os alunos terão um tema de fórum interdisciplinar proposto pelos professores e relacionado ao tema da discussão feita. Na atividade de fórum, os alunos tem a oportunidade debater com os demais colegas sobre a aplicação do tema proposto na aula interdisciplinar. Os Fóruns tem caráter avaliativo.
c) AS ATIVIDADES OBJETIVAS tem por objetivo viabilizar a aprendizagem significativa dos conceitos trabalhados nas disciplinas. E na semana interdisciplinar esta tem uma função bem peculiar onde o aluno precisa saber abstrair os conceitos de cada disciplina e saber resolver uma questão interdisciplinar elaborada com este objetivo. Será composta de 5 questões e tem caráter avaliativo.

4.4 SEMANA DE FORMAÇÃO GERAL

A Semana de Formação Geral, conforme a figura 4, será realizada na semana 19 do semestre letivo corrente.

Esta semana tem uma característica diferente das demais. A Faculdade Iguaçu, preocupada com a Formação Geral dos seus alunos oferecerá a cada semestre letivo uma palestra de Conhecimentos Gerais de modo que associada aos conteúdos específicos oferecidos em cada uma das disciplinas contribuem para a Formação de seus acadêmicos.

Durante esta semana são realizadas palestras que tratam de temas relativos a futura atuação profissional. Estas palestras são proferidas por profissionais

atuantes no mercado de trabalho, contribuindo desta forma no processo de formação dos acadêmicos.

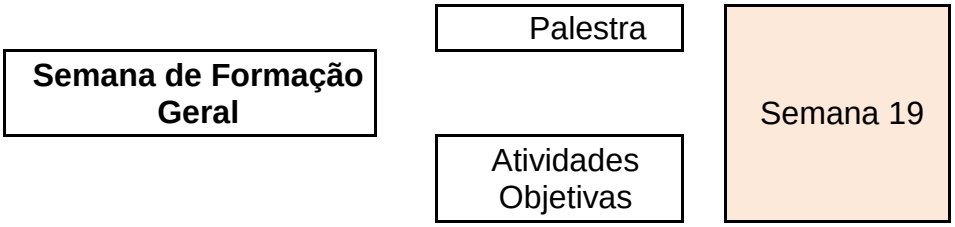


Figura 7

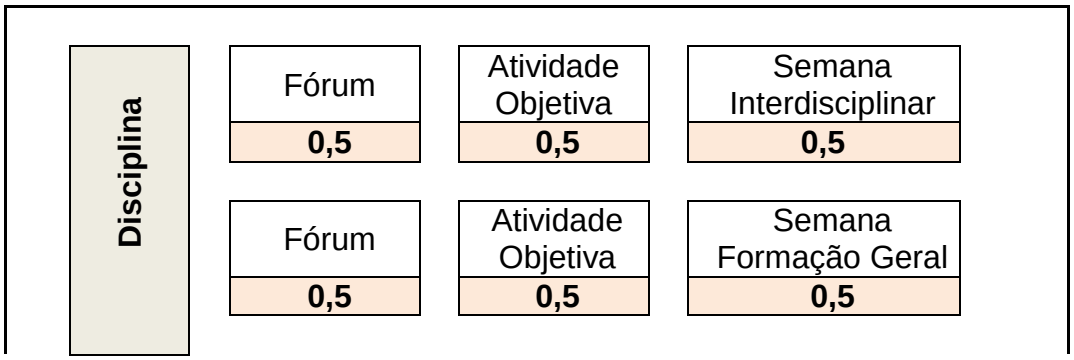
Conforme a figura 7, mostrada anteriormente, a Semana de Formação Geral oferece, além das palestras, atividade objetiva, conforme descrita abaixo:

a) PALESTRA GRAVADA: Esta aula será gravada pelos palestrantes convidados, especialistas e atuantes nas áreas propostas das mesmas. Estas palestras terão duração de 1hora e ficarão disponíveis no AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem.

b) AS ATIVIDADES OBJETIVAS tem por objetivo viabilizar a aprendizagem significativa dos conteúdos trabalhados; nesta semana se trabalhará com o tema da palestra oferecida. Serão 5 questões objetivas e de múltipla escolha e tem caráter avaliativo.

4.5 COMPOSIÇÃO DAS NOTAS

Abaixo, conforme a Figura 8 é apresentada a Composição de notas do Modelo Pedagógico EAD da Faculdade Iguaçu. Para o aluno ser aprovado ele precisa de média igual ou superior a 7,0 (sete).



	Fórum	Atividade Objetiva	Prova Presencial Obrigatória
	0,5	**0,5**	**6,0**
Tota	**10,0**		

Figura 8

4.6 VALIDAÇÃO DA CARGA HORÁRIA

A validação da carga-horária dar-se conforme as Figuras 9, de maneira generalizada e Figuras 10, 11, que explicita a validação da carga horária de cada disciplina.

Na figura 9, a carga-horária total de cada disciplina é apresentada, levando em consideração todas as atividades que o aluno tem acesso no decorrer da disciplina.

Disciplina / Horas por atividade	
	7 semanas letivas
	60 horas
	Semana Formação Geral
	5 horas
	Prova Presencial Obrigatória
	5 horas
	Semana Interdisciplinar
	10 horas
Total	**60 horas**

Figura 9

Já a figura 10 mostra detalhadamente a carga horária de cada semana de aula, onde há as disciplinas. Esta é aplicada para as semanas: de 2 a 8 e de 11 a 17.

Horas/ semana de au /Conteúdo específic		
	Aula gravada **1 hora**	
	Fórum **1 hora**	Material Didático **7 horas**
	Atividade de Estudo **1 hora**	Auto Estudo **10 horas**
Total	**20 horas**	

Figura 10

A Figura abaixo, (11) mostra detalhadamente as atividades que compõem a Semana Interdisciplinar. Este modelo é aplicado nas semanas 7 e 18.

Semana Interdisciplina		
	Fórum **1 hora**	Auto Estudo **7 horas**
	Atividade de Estudo **1 hora**	Palestra **1 hora**
Total	**10 horas**	

Figura11

Para as semanas de Avaliação, que ocorrerão nas semanas 10 e 20, estas terão duração de 5 horas para a realização da Prova Presencial Obrigatória. Estas provas apresentam questões objetivas e dissertativas e são elaboradas a partir dos conhecimentos específicos das disciplinas que as compreendem.

Semana de Formação Geral será variável com as palestras que a comporão, mas para todas as semanas, onde esta atividade for oferecida, no mínimo 5 horas serão trabalhadas. Palestras e atividades objetivas farão parte desta semana que será sempre oferecida na semana 19 do semestre corrente

5. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA FACULDADE IGUAÇU-EAD

Em decorrência das demandas educacionais e da necessidade de formação de professores, fortemente orientados para as potencialidades e especificidades da região, é proposta a oferta do Curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade a distância, da Faculdade Iguaçu, para ser ofertado tanto na sede em Capanema, quanto em seus polos futuros.

5.1 DADOS DO CURSO

1. Denominação do Curso: Licenciatura em Pedagogia
2. Diploma Conferido: Pedagogo
3. Modalidade de Ensino: EAD
4. Carga Horária do Curso: 3.200 horas
5. Tempo Mínimo de Integralização do Curso: 08 (oito) semestres
6. Tempo Máximo de Integralização do Curso: 12 (doze) semestres
7. Número de Vagas Anuais/Turnos de Ofertas do Curso: 250 (duzentos e cinquenta) vagas
8. Regime: Seriado Semestral

5.2 OBJETIVOS DO CURSO

5.2.1 Objetivo geral

O Curso de Pedagogia da Faculdade Iguaçu, tem como objetivo geral:

> **Formar um profissional da educação comprometido com a sociedade como um todo, capaz de compreender as diversidades sociais e assumir o papel que lhe cabe no processo, como elemento dinâmico e plenamente integrado ao contexto sócio/cultural.**

5.2.2 Objetivos específicos

a) Formar docentes aptos a planejar, desenvolver, avaliar e reformular as etapas do processo educativo da Educação Básica, individual ou coletivamente;
b) Propiciar uma formação teórica articulada à investigação e a prática de ensino para que se viabilize a integração entre teoria e prática;

c) Preparar profissionais voltados à busca e à difusão do conhecimento na área da educação e que possam contribuir com novas experiências em áreas emergentes como: Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Ambiental e Empresarial, Pedagogia Hospitalar com recuperação de aprendizagens de crianças internadas e em Brinquedotecas - recreação infantil.

d) Despertar no futuro profissional da educação o compromisso com a vida social, tornando-o capaz de entender as diversidades, a buscar soluções de modo individual ou coletivo, colaborando com a articulação da escola com as famílias dos alunos e a comunidade em geral e mantendo seu compromisso ético-profissional.

e) Capacitar os futuros docentes para enfrentar desafios, estando preparado e motivado para desenvolver pesquisa em educação e trabalhar com uma nova clientela e com uma tecnologia avançada e vasta.

6. PERFIL DO EGRESSO E FORMA DE ACESSO AO CURSO

6.1 PERFIL

O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;

III - fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

V - reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;

VI - ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

VII - relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;

VIII - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;

XI - desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;

XII - participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
XIII - participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;

XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;

XV - utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;

XVI - estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

No caso dos professores indígenas e de professores que venham a atuar em escolas indígenas, dada à particularidade das populações com que trabalham e das situações em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:

I - promover diálogo entre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo indígena junto a quem atuam e os provenientes da sociedade majoritária;

II - atuar como agentes interculturais, com vistas à valorização e o estudo de temas indígenas relevantes.

As mesmas determinações se aplicam à formação de professores para escolas de remanescentes de quilombos ou que se caracterizem por receber populações de etnias e culturas específicas.

6.2 FORMA DE ACESSO AO CURSO

O acesso ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Iguaçu, constam de 2 (dois) procedimentos distintos, cada um deles com características próprias de avaliação e classificação, conforme descrição a seguir:

A Faculdade Iguaçu utiliza-se de:

a) Vestibular: É o processo seletivo tradicionalmente utilizado para ingresso no Ensino Superior brasileiro, aberto a candidatos que tenham concluído

o Ensino Médio ou equivalente. Compreende provas que deverão cobrir os conteúdos das disciplinas cursadas no Ensino Médio (matemática, língua portuguesa e conhecimentos gerais), e uma prova de redação. Os alunos são convocados por meio de Edital e os exames são realizados pela própria Instituição;

b) Vestibular agendado: Nessa modalidade, o candidato pode agendar as provas em dias e horários preestabelecidos pela Instituição no respectivo Edital. O candidato poderá agendar a prova pessoalmente, pelo sistema online, por meio de telefone e ainda por e-mail;

c) Transferência externa: É concedida a matrícula a aluno transferido de Curso Superior de instituição congênere, nacional ou estrangeira, na estrita conformidade das vagas existentes, para prosseguimento de estudo no mesmo curso ou em curso afim, em conformidade da legislação vigente;

d) Ingresso de portadores de diploma: Processo seletivo para ingresso na Instituição que substitui a realização de provas e testes pela análise comprobatória dos dados pessoais por meio da apresentação do Diploma de Curso Superior em Instituição de Educação Superior reconhecida. O ingresso do candidato dependerá ainda da existência de vagas e da apresentação da documentação exigida dentro do prazo especificado no Edital de Vestibular.

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR EM FACE DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

7.1 DO CURRÍCULO PLENO

Com a evolução tecnológica e a produção de bens, serviços e conhecimentos que se presencia nas últimas décadas, houve uma mudança significativa de paradigmas em todos os segmentos sociais. O mercado de trabalho necessita de profissionais, capacitados para exercer funções que exigem conhecimentos atualizados, com senso crítico e poder de decisão. Nesse sentido, é necessário que a formação acadêmica possibilite aos alunos ingressarem-se ao mundo contemporâneo nas dimensões fundamentais da cidadania e do trabalho.

Partindo dessa premissa, a formação profissional deve ser invertida a lógica que tradicionalmente presidiu a organização curricular dos Cursos de Pedagogia: em lugar de partir de uma listagem de disciplinas obrigatórias e respectivas cargas horárias, o paradigma exige tomar como referencia inicial o conjunto das competências que se quer que o professor constitua no curso.

A seleção e o ordenamento de conteúdos dos diferentes âmbitos do conhecimento profissional, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares, serão orientados pelas competências que o profissional da educação deve ter para sua efetiva prática pedagógica. Entende-se então, que os conteúdos curriculares vêm para atender o desenvolvimento das competências necessárias para o trabalho escolar no mundo contemporâneo. Isso não significa renunciar a todo ensino estruturado e nem relevar a importância das disciplinas na formação, mas considerá-las como recursos que ganham sentido em relação aos âmbitos profissionais visados.

7.2 MATRIZ CURRICULAR

CURSO: PEDAGOGIA (EAD)
GRADUAÇÃO: LICENCIATURA PLENA

HABILITAÇÃO: GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA-LICENCIATURA

REGIME: SERIADO SEMESTRAL
DURAÇÃO: 8 (OITO) SEMESTRES LETIVOS

INTEGRALIZAÇÃO: A) TEMPO TOTAL
MÍNIMO: (OITO) SEMESTRES LETIVOS
MÁXIMO: 12 (DOZE) SEMESTRES LETIVOS
CARGA HORÁRIA :3.200H

DISCIPLINAS	C/H

	SEMESTRAL
1º PERÍODO	
Filosofia da Educação	60
Sociologia Geral	60
História da Pedagogia	60
Psicologia da Educação	60
TOTAL CARGA HORÁRIA SEMESTRAL	**240**
Prática como Componente Curricular-PCC	50
Atividades Complementares de Aprofundamento	30
2º PERÍODO	
Legislação Educacional	60
História da Educação	60
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	60
Educação: Tecnologias e EaD	60
Didática	60
TOTAL CARGA HORÁRIA SEMESTRAL	**300**
Prática como componente curricular-PCC	50
Atividades Complementares de Aprofundamento II	30
3º PERÍODO	
Literatura Infanto Juvenil	60
Arte e Educação	60
Língua Portuguesa	60
Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Língua Portuguesa	60
Fundamentos Teóricos e Metodológicos das Ciências Naturais	60
TOTAL CARGA HORÁRIA SEMESTRAL	**300**
Prática como componente curricular-PCC	50
Atividades Complementares de Aprofundamento II	30
4º PERÍODO	
Fundamentos Teóricos e Metodológicos da História e da Geografia	60
Recursos Tecnológicos na Educação	60
Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Matemática	60
Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Alfabetização e Letramento	60
Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Infantil	60
TOTAL CARGA HORÁRIA SEMESTRAL	**300**

Estágio Supervisionado I Docência da Educação Infantil	100
Prática como componente curricular-PCC	50
Atividades Complementares de Aprofundamento II	30
5º PERÍODO	
Educação de Jovens e Adultos-EJA	60
Planejamento e Trabalho Pedagógico	60
Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Especial Inclusiva	60
Leitura e Produção de Texto	60
Políticas Públicas de Educação	60
TOTAL CARGA HORÁRIA SEMESTRAL	**300**
Estágio Supervisionado II- Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I	100
Prática como componente curricular-PCC	50
Atividades Complementares de Aprofundamento II	30
6º PERÍODO	
Fundamentos da Psicopedagogia	60
LIBRAS	60
Organização e Gestão do Trabalho Pedagógico	60
Direitos Humanos e Cidadania	60
Princípios e Fundamentos de Gestão Escolar	60
TOTAL CARGA HORÁRIA SEMESTRAL	**300**
Estágio Supervisionado III- Docência na Educação de Jovens e Adultos	100
Prática como componente curricular-PCC	50
Atividades Complementares de Aprofundamento II	30
7º PERÍODO	
Planejamento Educacional: Institucional e de Ensino	60
Material Didático e Procedimentos Educacionais	60
Metodologia do Trabalho Científico e TCC	60
Métodos e Técnicas da Avaliação da Aprendizagem	60
TOTAL CARGA HORÁRIA SEMESTRAL	**240**
Estágio Supervisionado IV- Gestão Escolar	100
Prática como componente curricular-PCC	50
Atividades Complementares de Aprofundamento II	20

8º PERÍODO	
Psicomotricidade	60
Educação e Diversidade Cultural	60
Gestão de Sistemas e Unidades Educacionais	60
Jogos e Recreação	60
TOTAL CARGA HORÁRIA SEMESTRAL	**240**
Prática como componente curricular-PCC	50
TOTAL	2220

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Atividades Formativas	2.220 horas
Prática como Componente Curricular	400 horas
Estágio Supervisionado	400 horas
Atividades Complementares de Aprofundamento	200 horas
Carga Horária Total do Curso	3200 horas

7.3 EMENTAS E BIBLIOGRAFIA

1º SEMESTRE
DISCIPLINA: FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO (60 h.)
EMENTA
Filosofia e Filosofia da Educação. Pressupostos filosóficos que fundamentam as concepções de educação. O homem e suas relações com o mundo. Concepções contemporâneas da filosofia da educação com ênfase nos aspectos éticos, estéticos, antropológicos e epistemológicos. Os novos pensadores em Educação.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
CHAUI, MARILENA. Convite à Filosofia. Rio de Janeiro:Ática,2010 NOGUEIRA JUNIOR, Renato. Aprendendo a Ensinar - uma introdução aos fundamentos filosóficos. Curitiba - IBPEX OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Filosofia da Educação - Reflexões e Debates. Petrópolis: Vozes, 2006. PERISSÉ, Gabriel. Introdução à Filosofia da Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BROCANELLI, Cláudio Roberto. Introdução à Filosofia da Educação. São Paulo: Avercamp GHIRALDELLI JR., Paulo. Filosofia da Educação. São Paulo: Ática, 2006. LUCKESI, Cipriano Carlos; Filosofia da Educaçao. São Paulo: Cortez,2011 NISKIER, Arnaldo. Filosofia da Educação – uma visão crítica. São Paulo: Loyola, 2001.

1º SEMESTRE
DISCIPLINA: SOCIOLOGIA GERAL (60 h.)
EMENTA
Estudo das análises filosóficas nos problemas do homem e na sua sociedade ao longo da história humana.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
ARAÚJO, Silvana Maria de. Ensinar e Aprender Sociologia. São Paulo: Contexto, CARVALHO, Alonso Bezerra de ; SILVA, Wilton Carlos Lima da (org.) Sociologia e Educação. São Paulo: Avercamp, 2006. SOUZA, João Valdir Alves. Introdução à Sociologia da Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
DURKHEIM, Emile. Educação e Sociologia. Petrópolis: Vozes, 2011 MARQUES, Silvia. Sociologia da Educação. São Paulo: LTC, 2012. MARTINS, Carlos Benedito. O que é Sociologia. São Paulo: Brasiliense, 2005 SCOTT, John. 50 Grandes Sociólogos Contemporâneos. São Paulo: Contexto, 2007 TORRES, Carlos Alberto. Sociologia Política da Educação. São Paulo: Cortez, 2002.

1º SEMESTRE
DISCIPLINA: HISTÓRIA DA PEDAGOGIA (60 h.)
EMENTA
A história da Pedagogia . Origens e desenvolvimento nos diferentes momentos históricos. Diretrizes atuais para o curso. O papel do Pedagogo na atualidade.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. O que é pedagogia. São Paulo: Brasiliense, 2005. LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, Para Quê?** 9.ed. São Paulo: Cortez, 2007. MARCULINO, Camargo. Fundamentos de Ética Geral e Profissional. Rio de Janeiro: Vozes, 2008 MORANDI, Franc **.**Tradutor: ZATZ, Lia. Introdução à pedagogia. São Paulo: Ática, 2008.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
CUNHA, Aline Lemos da. Pedagogia em Ambientes não Escolares. Curitiba: IBPEX, 2012. FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. Pedagogia e Prática Docente. São Paulo: Cortez. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Paz e Terra, 2013 PALMER Joy A. 50 Grandes Educadores Modernos-de Piaget a Paulo Freire. São Paulo: Ática,2006.

1º SEMESTRE
DISCIPLINA: PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO (60 h.)
EMENTA
Psicologia e Educação. Aspectos do ensino-aprendizagem. Teoria e prática educacional. Processos de desenvolvimento e aprendizagem.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13ª Ed. Rio de Janeiro, RJ: Psicologias: Uma introdução ao estudo de psicologia, 2002. CÓRIA-SABINI, Maria Aparecida. Psicologia do desenvolvimento. 2 ed. São Paulo: Ática, 1998. DAVIS, Cláudia & OLIVEIRA, A. M. R. Psicologia na Educação. 2 ed. ver. São Paulo, Cortez, 1994.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
CUNHA, Marcos Vinicius. Psicologia da educação. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. LA ROSA, Jorge (org.) Psicologia e Educação - O significado do aprender. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

Rio de Janeiro: Vozes,2007
PERINI, Silvia. Psicologia da educação. A observação científica como metodologia de estudo. São Paulo: Paulinas, 2003.

2º SEMESTRE

2º SEMESTRE
DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL (60 h.)
EMENTA
Estudo analítico da organização do ensino brasileiro, a partir da contextualização sócio-histórica da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e leis complementares da Educação.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva - com os pingos nos is. Porto Alegre: Mediação,2003. GOMES, Alfredo Macedo. Políticas públicas e gestão da educação. Campinas: Mercado de Letras, 2011. LIBÂNEO, José Carlos et al. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2008.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
GENTILI, Pablo. A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. ROMANELLI, Otaiza Oliveira. História da Educação no Brasil. 17 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. SOUZA, Paulo N.P. Como entender e aplicar a nova LDB. São Paulo: Pioneira, 1999.

2º SEMESTRE
DISCIPLINA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (60 h.)
EMENTA
A gênese educacional. Origens e desenvolvimento nos diferentes momentos históricos. A educação e o contexto sócio-econômico-político-cultural da antiguidade oriental a antiguidade clássica, do cristianismo primitivo a idade média, do renascimento a idade moderna e contemporânea. Situações de atualismo pedagógico.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação e da Pedagogia. São Paulo: Moderna, 2006. PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. História da Educação. São Paulo: Ática, 2008. PILETTI, Nelson. História da Educação: de Confúcio a Paulo Freire.. São Paulo : Editora Contexto, 2013. SOUZA, Neuza Maria Marques de. História da Educação. São Paulo: Avercamp, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
FILHO, Luciano Mendes de Faria. Pensadores Sociais e História da Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. GHIRARDELLI JR., Paulo. História da Educação Brasileira. São Paulo: Cortez, 2008. HILSDORF, Maria Lucia Spedo. História da Educação Brasileira: leituras. São Paulo: Thomson Learning, 2007. NOVOA, Antonio. História da Educação Brasileira. RS: UNIJUÍ, 2010

2º SEMESTRE
DISCIPLINA: PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM (60 h.)
EMENTA

Estudo de uma ou mais abordagens teóricas em Psicologia do desenvolvimento e ensino-aprendizagem, privilegiando as suas principais explicações sobre os processos educacionais.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
CARRARA, Kester. Introdução à Psicologia da Educação. São Paulo: Avercamp, CÓRIA – SABINI, Maria Aparecida. Psicologia Aplicada à Educação. São Pauo: EPU, 1986. OLIVEIRA, Marta Kohl de; DE LA TAILLE, Yves ; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky e Wallon - São Paulo: Summus.2000
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
CUNHA, Marcos Vinicius. Psicologia da educação. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. LA ROSA, Jorge (org.) Psicologia e Educação - O significado do aprender. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. PERINI, Silvia. Psicologia da educação. A observação científica como metodologia de estudo. São Paulo: Paulinas, 2003.

2º SEMESTRE
DISCIPLINA: EDUCAÇÃO: TECNOLOGIAS E EaD (60 h.)
EMENTA
Definições e características da modalidade de educação a distância. Orientações para o estudo na modalidade a distância. Utilização da plataforma de aprendizagem As tecnologias e os fundamentos de tecnologias educacionais. Informática na educação. Mídias e educação.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
ALMEIDA, Nanci Aparecida de . Tecnologia na Escola. São Paulo: Cengage, 20016. BANNELL, Ralph Ings . Educacao no Seculo XXI - Cognição, Tecnologias e Aprendizagens. Rio de Janeiro:Vozes, 2017. MORAN José M. Novas. Tecnologias e Mediação Pedagógica . Campinas: Papirus, 2015.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ANDERSEN, Elenice Larroza. Multimidia Digital na Escola. Maringá: Paulinas,2015 CAPELLA, Sebastião. Computadores em Sala de Aula São Paulo: Penso (Grupo A),2015. LEITE, Ligia Silva. Tecnologia e Educação Rio de Janeiro: W.A.K.,2016. KENSKI, Vani Moreira. Educação e Tecnologias . O Novo Ritmo da Informação. Campinas: Papirus,2016.

2º SEMESTRE
DISCIPLINA: DIDÁTICA (60 h.)
EMENTA
A didática e as suas relações e implicações. Organização da prática docente no cotidiano escolar. O planejamento, seus diferentes níveis de ensino. A Avaliação escolar. Projetos de ensino e projetos de aprendizagem
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
CANDAU, Vera Maria (org.). Rumo a uma nova didática.Petrópolis: Vozes,2008. FAZENDA, Ivani (org.). Didática e interdisciplinaridade. Campinas: Papirus,1998. LIBANEO, Jose Carlos. Didática. São Paulo :Cortez, 1994.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. Pedagogia e Prática Docente. São Paulo: Cortez, HAYDT, Regina Célia. Curso de Didática Geral. São Paulo: Ática, 2006. RAMIRES, José Antonio. Didática para todos - Técnicas e Estratégias. Rio de Janeiro: Atheneu, 2007 SAVIANI Dermeval. A Organização do Trabalho Didático - Campinas: Autores Associados, 2010.

3º SEMESTRE

3º SEMESTRE
DISCIPLINA: LITERATURA INFANTO JUVENIL (60 h.)
EMENTA

Estudo histórico do surgimento da Literatura Infanto-Juvenil no Mundo e no Brasil. Estilos de literatura: poesia, romance, conto, peça teatral, crítica, história em quadrinho, história em cordel. Conceito e importância da Literatura Infanto-Juvenil. Critérios para se trabalhar a Literatura Infanto-Juvenil. Técnicas e métodos de ensino favoráveis à formação do leitor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FARIA, Maria Alice. Como usar a literatura infantil na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2008.

PAIVA, Aparecida; SOARES, Magda (org).Literatura infantil - políticas e concepções. São Paulo: Autêntica, 2008.

ZILBERMAN, Regina. A literatura Infantil na escola. São Paulo:Global,2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CADEMARTORI, Ligia. O professor e a Literatura. Belo Horizonte: Autêntica, 2006
COSTA, Marta Morais da. Metodologia do ensino da literatura infantil. Curitiba: IBPEX,2007.
POLO, Maria José et al. Literatura infantil-voz de criança. São Paulo:Ática,2006.
SARAIVA, Juracy Assmann; MUGGE, Ernani, et. al. Literatura na escola: propostas para o ensino fundamental. Porto Alegre: ARTMED, 2008.

3º SEMESTRE

DISCIPLINA: ARTE E EDUCAÇÃO (60 h.)

EMENTA

Artes como objeto de conhecimento; princípios básicos e funções das artes e educação; linguagens e métodos do ensino das artes; atividades referentes às diversas linguagens artísticas; vivências do fazer artístico. A aprendizagem artística nos planos perceptivos, imaginativos e produtivos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, Ana Mae . Arte-Educação no Brasil São Paulo.: Perspectiva, 2015.
READ, Herbert. A Educação pela Arte.São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2016.
DIAZ Marília. Zargonel, Bernadete (Org.). Metodologia Do Ensino De Arte. Curitiba: Intersaberes, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, Ana Mae .Arte/Educação Contemporânea Consonâncias Internacionais .Rio de Janeiro: Cortez, 2016
FUSARI, Maria F. de Rezende. Arte na Educação Escolar Rio de Janeiro: Cortez, 2016.
SCHLICHTA, Consuelo. Arte E Educaçao: Ha Um Lugar Para A Arte No...Medio? São Paulo: Aymará Edições e Tecnologia, 2017.

3º SEMESTRE

DISCIPLINA: LÍNGUA PORTUGUESA (60 h.)

EMENTA

A linguagem no processo de comunicação: a história da escrita; a língua oral e escrita no contexto sociocultural; frase, oração, período, parágrafo e texto; discursos e construção textual; recursos linguísticos gramaticais, ortografia, sintaxe, semântica e morfo-lexical; noções metodológicas de leitura e interpretação e produção de textos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BECHARAS, Evanildo. Gramática escolar da língua portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2013.
GUINSKI, Lílian Deise de Andrade. Metodologia do ensino de língua portuguesa e estrangeira. Curitiba: IBPEX, 2011.
VIEIRA, Jair Lot. Novo acordo ortográfico da língua portuguesa. Bauru: EDIPRO, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BALDI, Elizabeth. Leitura as Séries iniciais: uma proposta para formação de leitores de literatura. Porto Alegre: Projeto, 2009.

COELHO, Ligia Martha. Língua materna nos anos iniciais do ensino fundamental. Petrópolis: Vozes, 2009.
KAUFMAN, Ana María; RODRÍGUEZ, Maria Helena. Escola, Leitura e Produção de Textos. Porto Alegre: Artmed, 1995.
REIS, Benedicta Aparecida Costa dos. Manual compacto de gramática da língua portuguesa. São Paulo: Rieedel, 2010.
.

3º SEMESTRE

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA LINGUA PORTUGUESA (60 h.)

EMENTA

Concepção do ensino de língua materna. Desenvolvimento e aquisição da Linguagem. Princípios de organização do ensino da linguagem. Variação linguística. Habilidades básicas: Leitura, produção de texto ,oralidade e escrita. Processos de mediação do ensino da linguagem. Alfabetização e letramento. Métodos de alfabetização: aspectos históricos e pedagógicos. Analise critica de diferentes encaminhamentos metodológicos para alfabetização: perspectiva construtivista, a sistematização do processo de alfabetização a partir do texto. Leitura, produção de textos. Analise de livros e matérias didáticos. Avaliação na alfabetização e na língua portuguesa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BECHARAS, Evanildo. Gramática escolar da língua portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2013.
GUINSKI, Lílian Deise de Andrade. Metodologia do ensino de língua portuguesa e estrangeira. Curitiba: IBPEX, 2011.
VIEIRA, Jair Lot. Novo acordo ortográfico da língua portuguesa. Bauru: EDIPRO, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BALDI, Elizabeth. Leitura as Séries iniciais: uma proposta para formação de leitores de literatura. Porto Alegre: Projeto, 2009.
COELHO, Ligia Martha. Língua materna nos anos iniciais do ensino fundamental. Petrópolis: Vozes, 2009.
KAUFMAN, Ana María; RODRÍGUEZ, Maria Helena. Escola, Leitura e Produção de Textos. Porto Alegre: Artmed, 1995.
REIS, Benedicta Aparecida Costa dos. Manual compacto de gramática da língua portuguesa. São Paulo: Rieedel, 2010.

3º SEMESTRE

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DAS CIÊNCIAS NATURAIS (60 h.)

EMENTA

O ensino Ciências Naturais no Brasil: breve resgate histórico; O objeto de ensino da disciplina de Ciências, no Ensino Fundamental; A presença da ciência e da tecnologia no mundo contemporâneo e, os conteúdos e metodologias que permeiam o processo ensino-aprendizagem das Ciências Naturais nos anos iniciais do Ensino Fundamental; A necessidade de uma educação científica, para todos: as diferentes perspectivas e dimensões da alfabetização científica; Atividades educacionais para o ensino de Ciências Naturais nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BIZZO, Nelio. Ciências fácil ou difícil? São Paulo: Biruta, 2009.
CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (org.). Ensino de ciências. São Paulo: Cengage,2012.
TRIVELATO, Silvia Frateschi; SILVA, Rosana Louro Ferreira. Ensino de ciências. São Paulo: Cengage, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARCE, Alessandra. Ensinando Ciências na Educação Infantil. Campinas: Alínea, 2006
BIZZO Nélio. Mais Ciências no Ensino Fundamental Metodologia de Ensino em Foco. São Paulo: Editora do Brasil, 2011.
DELIZOICOV, Demétrio; et al. Ensino de ciências: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2011.
MEYER, João Frederico da Costa Azevedo; BERTAGNA, Regiane Helena. O Ensino, a ciência e o cotidiano. Campinas: Alínea, 2006

4º SEMESTRE

4º SEMESTRE
DISCIPLINA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA HISTÓRIA E DA GEOGRAFIA (60 h.)
EMENTA
Concepções de História e Geografia recorrentes no ensino na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental. O Papel dessas disciplinas no currículo escolar. Diagnóstico e crítica da atual realidade do ensino e das pesquisas na áreas de História e Geografia. Experiências e propostas metodológicas em debate e implementação. Temas recorrentes na Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental. Incorporação de diferentes fontes e linguagens no ensino de História e Geografia
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BITTENCOURT, Circe. O Saber Histórico na Sala de Aula. São Paulo-SP: Contexto, 2004 CASTELLAR, Sônia et al. Ensino de Geografia. São Paulo: Cengage Learninig, 2010. KARNAL, Leandro (Org.) História na Sala de Aula: Conceitos, práticas e propostas. 6. ed. São Paulo-SP: Contexto, 2010. PASSINI, Elza ; ALMEIDA ,Rosângela Doin de. O Espaço Geográfico; São Paulo: Contexto, 2008 RICHMANN, Roseli. Estudos Sociais: Outros Saberes e Outros Sabores. Porto alegre: Mediação, 2005
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BLAINEY, Geoffry. Uma breve história do mundo. 2. ed. São Paulo: Fundamento, 2010. BRANCO, Sandra. Meio Ambiente e Educação Ambiental na Educação Infantil e Ensino Fundamental. São Paulo: Ed. Cortez, 2007. FONSECA, Selva Guimarães; SILVA, Marcos. Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido. Campinas: Papirus.2005 GUIMARÃES, Márcia Noêmia. Os diferentes tempos e espaço do homem: Atividades de geografia e de história para o ensino fundamental. 2. ed. São Paulo-SP: Cortez, 2006. MOREIRA, Ruy et al. Pensar e Ser Geografia: Ensaios de história , epistemologia e ontologia do espaço geografico. São Paulo: Contexto, 2008. NIKITIK, Sonia Leite. Repensando o ensino de historia. São Paulo: Cortez, 2004. PONTUSCHKA, Nidia Nacib. Para ensinar e aprender geografia. São Paulo: Cortez, 2007.

4º SEMESTRE
DISCIPLINA: RECURSOS TECNOLÓGICOS NA EDUCAÇÃO (60 h.)
EMENTA
O Estudo sobre a evolução da tecnologia e suas consequências para a vida do homem e as possibilidades e limites na educação. A utilização do computador na educação. Estudo teórico-prático dos recursos computacionais aplicados na educação (aplicativos, internet, multimídia e outros). Computador como recurso tecnológico no processo de ensino aprendizagem.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
ALMEIDA, Nanci Aparecida de . Tecnologia na Escola. São Paulo: Cengage, 20016. BANNELL, Ralph Ings . Educacao no Seculo XXI - Cognição, Tecnologias e Aprendizagens. Rio de Janeiro:Vozes, 2017. MORAN José M. Novas. Tecnologias e Mediação Pedagógica . Campinas: Papirus, 2015.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ANDERSEN, Elenice Larroza. Multimidia Digital na Escola. Maringá: Paulinas,2015

CAPELLA, Sebastião. Computadores em Sala de Aula São Paulo: Penso (Grupo A),2015.
LEITE, Ligia Silva. Tecnologia e Educação Rio de Janeiro: W.A.K.,2016.
KENSKI, Vani Moreira. Educação e Tecnologias . O Novo Ritmo da Informação. Campinas: Papirus,2016.

4º SEMESTRE

DISCIPLINAS :FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA MATEMÁTICA (60 h.)

EMENTA

O desenvolvimento da Matemática como atividade humana. Pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Matemática. A aquisição dos conceitos matemáticos e suas implicações no processo de aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

D'AMBROSIO, Ubiratan. Educação Matemática. Campinas: Papirus, 2010.
GOLBERT, Clarissa. Matemática nas séries iniciais - sistema decimal de numeração. Porto Alegre: Mediação, 2011.
MUNIZ, Cristiano Alberto. Brincar e jogar - enlaces teóricos e metodológicos no campo da educação matemática. São Paulo: Autentica, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CERQUETI-ABERKANE, Françoise; BERDONNEAU, Catherine. Ensino da matemática na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 1997.
MAIO, Waldemar de; CHIUMMO, Ana.(coord.) Fundamentos de Matemática. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
PANIZZA, Mabel.et al. Ensinar Matematica na Educação Infantil e nas séries Iniciais. Porto Alegre: Artmed, 2006.

4º SEMESTRE

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO (60 h.)

EMENTA

Alfabetização e letramento: conceitos, competências e implicações pedagógicas. Alfabetização enquanto construção cognitiva no processo de aprendizagem da língua escrita. Os desafios da Prática Pedagógica no ensino da língua escrita. O ensino de 9 anos. Dimensões da proposta pedagógica para o ensino da linguagem escrita em classes de crianças de seis anos. Ensino e aprendizagem da leitura e da escrita. A organização do trabalho pedagógico: alfabetização e letramento como eixos orientadores. Alfabetização e letramento na sala de aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, Jose J. Alfabetização e leitura. São Paulo: Cortez, 2013.
FARACO, Carlos Alberto. Linguagem escrita e Alfabetização. São Paulo: Contexto,2008
FERREIRO, Emilia. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARANTES, Valeria Amorim(org.). Alfabetização e letramento. Pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2010.
CARVALHO, José Sergio Fonseca de. Construtivismo: uma Pedagogia Esquecida da Escola. Porto Alegre Artmed, 2001
FARACO, Carlos Alberto. Escrita e Alfabetização. São Paulo: Contexto, 2010.
LEITE, Sergio Antonio da Silva; COLELLO, Silvia M. Gasparian; ARANTES, Valeria Amorim(org.). Alfabetização e letramento Pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2010.
TRAVAGLIA, Luitri Carlos. Na trilha da Gramática - Conhecimento Linguístico. São Paulo: Cortez, 2013.

4º SEMESTRE

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL (60 h.)

EMENTA

Evolução histórica do conceito de infância e Educação Infantil. Concepções de Educação Infantil.

Fundamentos legais. Diretrizes curriculares. Características da etapa de educação infantil. Encaminhamento metodológico.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BROUGÈRE,Gilles. Brinquedo e cultura. São Paulo: Ed.Cortez, 2008. GONZALES-Mena, Janet. Fundamentos da educação Infantil. São Paulo: MCGRAWN HILL-Biociências, 2009 MACEDO Lino de, et al .Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artmed,2008
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
CARVALHO, Marlene Araújo de. Formação de Professores e Práticas Docentes Autêntica, ORSINO, Patricia (org.) Educaçao Infantil - Cotidiano e Politicas. Campinas: Autores Associados, 2009 OSTETTO, Luciana Esmeralda. (org.) Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores. Campinas, Papirus,2012. ROSENAU, Luciana dos Santos. Diagnósticos do Fazer Docente na Educaçao Infantil. Curitiba: IBPEX, 2012.

4º SEMESTRE
DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO I – DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL (100 h.a.)
EMENTA
Observação, participação e atuação na educação infantil. Identificação de sua realidade, problemas e dificuldades, bem como a prática docente. Planejamento, organização e aplicação e avaliação de projetos. Plano de intervenção do Estágio.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BIANCHI, Ana Cecília de Moraes. Manual de orientação: estágio supervisionado. São Paulo:Cengage,2009. CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. Construtivismo - uma pedagogia esquecida da escola. Porto Alegre:Artmed,2001. PIMENTA, Sela Garrido. O Estágio na formação de professores. São Paulo: Cortez, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
FARIA, Vitória; Salles, Fátima. Currículo na educação infantil. São Paulo:Scipione,2007. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo:Cortez,2008. OSTETTO, Luciana Esmeralda (org.) Educaçao Infantil - Saberes e Fazeres da Formação. Campinas: Papirus, 2008. SILVA, Isabel de Oliveira e. Profissionais da educação infantil-formação e construção de identidades. São Paulo:Cortez,2003.

5º SEMESTRE

5º SEMESTRE
DISCIPLINA: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-EJA (60 h.)
EMENTA
Pressupostos teóricos e metodológicos da educação de jovens e adultos. Política de formação de jovens e adultos. O estudo da Didática, de teorias e metodologias pedagógicas do processo de ensino e aprendizagem de jovens e adultos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
DURANTE, Marta. Alfabetização de adultos: leitura e produção de textos. Porto Alegre: Artmed, 2007. GADOTTI, Moacir; ROMÃO, Jose Eustaquio. Educaçao de Jovens e Adultos - Teoria, Pratica e Proposta. São PAulo:CORTEZ, 2011. LÓPEZ OCAÑA, Antonio Maria; JIMÉNEZ, Manuel Zafra. Atenção à diversidade na educação de jovens. Porto Alegre: Artmed, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BARCELOS, Valdo. Avaliaçao na Educaçao de Jovens e Adultos. São Paulo: VOZES, 2014 DIAS, Romualdo. Educaçao de Jovens e Adultos. Curitiba: APPRIS, 2015

PICONEZ, Stela C. Bertholdo. Educação escolar de jovens e adultos. Campinas: Papirus, 2002.
SOARES, Leôncio José Gomes. Educação de jovens e adultos: diretrizes curriculares nacionais. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

5º SEMESTRE

DISCIPLINA: PLANEJAMENTO E TRABALHO PEDAGÓGICO (60 h.)

EMENTA

Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de sua implementação; organização da educação escolar no Brasil. Planejamento e Projeto pedagógico e sua implementação. Elaboração do Projeto Pedagógico. Trabalho pedagógico e o cotidiano escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GRINSPUN, Mirian Paura S. Zippin (Org.). **Supervisão e Orientação Educacional.**2 ed. São Paulo: Cortez. 2005
LUCK, Heloisa. Ação integradora: administração, supervisão e orientação educacional**.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007
MAIA, Graziela Zambão Abdian. Administração e supervisão escolar: questões para um novo milênio. São Paulo: Pioneira, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GRINSPUN, Mirian Paura S. Zippin (Org.). **Supervisão e Orientação Educacional.**2 ed. São Paulo: Cortez. 2005.
LUCK, Heloisa. **Ação integradora: administração, supervisão e orientação educacional.**25.ª Ed. – Petrópolis, RJ; Vozes 2007.
MAIA, Graziela Zambão Abdian. Administração e supervisão escolar: questões para um novo milênio. São Paulo: Pioneira, 2000.

5º SEMESTRE

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA (60 h.)

EMENTA

Marcos conceitual, políticos e normativos da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Diversidade, cultura e bilinguismo: implicações no cotidiano escolar. Práticas pedagógicas inclusivas: adequações curriculares, metodológicas e organizacionais do sistema escolar. Transtorno do Espectro do Autismo: definições conceituais, aspectos legais e constructos pedagógicos. A formação de professores em Educação Especial para a inclusão escolar com vistas ao atendimento das pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação nos diferentes níveis de ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COLL, César; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro (Org.). Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007. v. 3.
MAZZOTA, Marcos, J. S. Fundamentos de educação especial. São Paulo: Pioneira, 1992.
PIMENTEL, Susana Couto. Conviver com a Síndrome de Down em escola inclusiva - Mediação pedagógica e formação de conceitos. Petrópolis:Vozes, 2012

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, E.C. Educação inclusiva com os pingos nos is. Mediação, 2004.
DOCKRELL, Julie; McSHANE, John. Crianças com dificuldades de aprendizagem: uma abordagem cognitiva. Porto Alegre: Artmed, 2007.
EUGÊNIA AUGUSTA. Direitos das pessoas com deficiência: garantia da igualdade na diversidade. WVA, 2000.
STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

5º SEMESTRE

DISCIPLINA: LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO (60 h.)

EMENTA
A prática de escrita do aluno, no processo ensino/aprendizagem de língua portuguesa, pautada no trabalho de produção de textos a partir do conceito de gêneros e reconhecimento de suas funcionalidades. Produção e revisão de textos, escrita, reestruturação de textos, retextualização e desenvolvimento de pensamento próprio. Texto: gêneros . Por que ensinar gêneros textuais na escola? Os gêneros textuais na sala de aula e a apropriação de conhecimentos. Os Temas Transversais (ética, o meio ambiente, a saúde, o trabalho e o consumo, a orientação sexual e a pluralidade cultural) transversalizados nas diversas áreas do currículo como necessidade de trabalhos significativos e expressivos frente à urgência social, abrangência nacional e participação social.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
KAUFMAN, Ana María; RODRÍGUEZ, Maria Helena. Escola, Leitura e Produção de Textos. Porto Alegre: Artmed, 1995. NUNES,Terezinha,et al. Dificuldades na Aprendizagem da Leitura-Teoria e Prática. São Paulo: Cortez, 2003. ROSA, Ester. Ler e Escrever na Educação Infantil. Belo Horizonte: Autêntica,2010
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. Produção de textos nas séries iniciais - desenvolvendo as competências da escrita.Rio de Janeiro: WAK, 2011. ALMEIDA, Rita de Cassia Santos. Práticas de Leitura e Produção de Texto. Rio de Janeiro: Vozes, 2015 BALDI, Elizabeth. Leitura nas Séries Iniciais. Porto Alegre: Projeto, 2009 FARIA, Maria Alice.Como usar a literatura infantil na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2008.

5º SEMESTRE
DISCIPLINA: POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO (60 h.)
EMENTA
As políticas dos fundamentos legais da Educação Básica no Brasil, nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal. As políticas educacionais e a legislação do ensino em uma perspectiva histórico-social. A organização dos sistemas de ensino. Análise da estrutura e funcionamento da educação fundamental e média.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
LIBÂNEO, José Carlos et al. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2008. CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva -com os pingos nos is. Porto Alegre: Mediação, 2009 GOMES, Alfredo Macedo. Políticas públicas e gestão da educação. Campinas: Mercado de Letras, 2011.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BRANDÃO, Carlos da Fonseca. LDB passo a passo. São Paulo: Avercamp, 2006 CARNEIRO, Moacir Alves. O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações. Petrópolis: Vozes, 2008. CORSINO, Patricia (org.) Educaçao Infantil - Cotidiano e Politicas. Campinas: Autores Associados, 2009 GENTILI, Pablo (org.). Pedagogia da exclusão. Petrópolis: Vozes, 1995.

5º SEMESTRE
DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO II- ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (100 h.a.)
EMENTA
Princípios teóricos metodológicos que orientam a ação docente no Ensino Fundamental (Primeiro Segmento). Observação e Participação do trabalho desenvolvido e experiências de docência (Direção/Regência) no Primeiro Segmento do Ensino Fundamental. Práticas de ensino, e procedimentos metodológicos em Língua Portuguesa e Artes, História e Geografia, Ciências, Matemática e Educação Física com fundamentação teórica nos Parâmetros

Curriculares Nacionais e nos Temas Transversais, visando a atuação, via Planos de Ação, Projetos e confecção de materiais didáticos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BIANCHI, Ana Cecília de Moraes. Manual de orientação: estágio supervisionado. São Paulo:Cengage,2009. CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. Construtivismo - uma pedagogia esquecida da escola. Porto Alegre: Artmed,2001. PIMENTA, Sela Garrido. O Estágio na formação de professores. São Paulo: Cortez,2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
FARIA,Vitória; Salles, Fátima. Currículo na educação infantil. São Paulo: Scipione,2007. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo:Cortez,2008. OSTETTO, Luciana Esmeralda (org.) Educaçao Infantil - Saberes e Fazeres da Formação. Campinas: Papirus, 2008. SILVA, Isabel de Oliveira e. Profissionais da educação infantil-formação e construção de identidades. São Paulo:Cortez,2003.

6º SEMESTRE

6º SEMESTRE
DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DA PSICOPEDAGOGIA (60 h.)
EMENTA
Histórico da Psicopedagogia. A Psicopedagogia no contexto histórico. Especificidade e conceito. Campo epistemológico e multidimensionalidade da Psicopedagogia. Campo de atuação da Psicopedagogia. Código de ética da Psicopedagogia
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BEAUCLAIR, João. Psicopedagogia: trabalhando competências, criando habilidades. Rio de Janeiro, Wak, 2004 BOSSA, Nadia A. Fracasso escolar: um olhar psicopedagógico. São Paulo: Artmed, 2002. SILVA, Maria Cecilia Almeida e. Psicodedagogia: a busca de uma fundamentação. São Paulo: Paz e Terra,2010
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
CUNHA, Eugenio. Autismo e inclusão: psicodedagogia e práticas. Rio de Janeiro: Walk, 2015 RUBINSTEIN, Edith Regina. Psicopedagogia: fundamentos para a construção de um estilo. São Paulo: Casa do psicólogo,2009 PORTO, Olivia. Bases da psicodedagogia e práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro: Walk,2015 OLIVEIRA, Gislene de Campos. Psicomotricidade: Educação e reeducação num enfoque psicopedagógico. 15. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010. SISTO; BRENELLI (Org). Atuação Psicopedagogica e Aprendizagem Escolar. Petrópolis: Vozes,2009.

6º SEMESTRE
DISCIPLINA: LIBRAS (60 h.)
EMENTA
A língua brasileira de sinais. Histórico da língua brasileira de sinais. Fundamentos legais. Parâmetros da língua de sinais. Noções de saudações, apresentação. Conversação. Vocabulário e gramática.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
LODI, Ana Claudia Balieiro. Letramento, bilinguismo e educação de Surdos Medição,2012 QUADROS, Ronice Muller de . Lingua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004 QUADROS Ronice Muller de . Educação de surdos: a aquisição da linguagem Porto Alegre:

Artmed,1977.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERNANDES, Sueli . Educação de surdos .Curitiba: Intersaberes, 2012
SANTANA , Ana Paula . Surdez e Linguagem: Aspectos e implicações neurolinguisticas. São Paulo: Plexus, 2007
BRANDÃO, Flavia . Dicionário Ilustrado de Libras. São Paulo: Global, 2011.
FERNANDES, Eulalia. Surdez e Bilinguismo.Porto Alegre: Mediaçao Editora, 2005.

6º SEMESTRE

DISCIPLINA: ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO (60 h.)

EMENTA

Fundamentos e concepções da organização e gestão do trabalho pedagógico. A unidade, a pluralidade e a autonomia no processo de construção e operacionalização do trabalho pedagógico. A pedagogia da autonomia: aprender a decidir através de prática de decisão. O trabalho pedagógico compartilhado: a relação da equipe técnica com os demais envolvidos no contexto escolar e o processo de gestão. O Plano Estratégico de Ação como balizador da execução do Projeto Pedagógico da escola. O pedagogo como articulador do trabalho pedagógico: sujeitos, tempos, espaços, conhecimentos, saberes, métodos. A escola como espaço de qualificação da atuação educador (professor, pedagogo e demais sujeitos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GRINSPUN, Mirian Paura S. Zippin (Org.). **Supervisão e Orientação Educacional.**2 ed. São Paulo: Cortez. 2005
LUCK, Heloisa. Ação integradora: administração, supervisão e orientação educacional. Petrópolis, RJ; Vozes, 2007
MAIA, Graziela Zambão Abdian. Administração e supervisão escolar: questões para um novo milênio. São Paulo: Pioneira, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GARCIA, Regina Leite (Org.). Orientação Educacional: o Trabalho na Escola. São Paulo: Loyola, 2002
GIACAGLIA,Lia Renata Angelini. Orientação Educacional na Prática. 4. ed. São Paulo: Pioneira Thonson Learning, 2003
LUCK, Heloisa. Planejamento em Orientação Educacional**.** Petrópolis, Vozes, 2009
RANGEL, Mary (org.). Supervisão pedagógica: princípios e práticas. Campinas: Papirus, 2001.

6º SEMESTRE

DISCIPLINA: DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA (60 h.)

EMENTA

Direitos Humanos, democratização da sociedade, cultura de paz e cidadanias.Educação como direitos humanos na escola: princípios orientadores e metodologias. Movimentos, instituições e redes em defesa do direito á educação. Igualdade e diversidade: O direito da maioria e o direito das minorias; direitos coletivos e direitos individuais; discriminação racial; direitos sexuais e reprodutivos; a discriminação com base no gênero; direitos dos povos indígenas. A Constituição brasileira de 1988 e os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos. O sistema internacional de proteção dos direitos humanos e a redefinição da cidadania no Brasil. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, Ulisses F.; AQUINO, Júlio Groppa. Os Direitos Humanos na Sala de Aula: A Ética Como Tema Transversal. São Paulo: Moderna, 2001.
CANDAU, Vera e SACAVINO, Susana (orgs.). Educar em Direitos Humanos. Rio de Janeiro: D& P Editora, 2000.
CORRÊA, Adriana Carranca. Malala, A Menina Que Queria Ir Para A Escola. Cia das Letrinhas. 2015

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e Direitos Humanos. In: REDE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. Construindo a Cidadania: Desafios para o Século XXI.

Capacitação em Rede. Recife: RBDH,2001.
COMPARATO, Fábio Konder. Afirmação Histórica dos Direitos Humanos. 2ª.Ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
COVRE, Maria de Lourdes Manzini. O que é cidadania. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1995.
DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo: Moderna, 2001.
Declaração Universal dos Direitos Humanos
Lei Maria da Penha

6º SEMESTRE

DISCIPLINA: PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA GESTÃO ESCOLAR (60 h.)

EMENTA

Os novos paradigmas de gestão escolar: dimensões política, institucional, pedagógica e humana. A gestão escolar como processo educativo, participativo e democrático. A construção do projeto político-pedagógico. As relações entre a escola e o contexto político, social e econômico. O papel do gestor escolar: importância, dificuldades e relevâncias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DUTRA, Joel Souza. As Pessoas na Organização. Editora Gente, 2002.
LIBANEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Cuiabá: Alternativa, 2007
MARRAS, Jean Pierre .Administração de Recursos Humanos. São Paulo: Saraiva, 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOHLANDER, George. Administração de Recursos Humanos. São Paulo:Cengage, 2009.
CARVALHO, Antonio Vieira .Administração de Recursos Humanos. São Paulo: Cengage, 2013
COVEY, Stephen R. Liderança Baseada em Princípios. São Paulo: Elsevier, 2002.
DRUCKER, Peter Ferdinand. Administrando em Tempos de Grandes Mudanças. Thomson, 2003.

6º SEMESTRE

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO III- DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA (100 h.a.)

EMENTA

Formação e compromisso do professor de jovens e adultos. Contextualização histórica, econômica e sócio-cultural dos sujeitos sociais da EJA; trajetórias de formação e de escolarização de jovens e adultos na EJA. Observação, participação no planejamento, docência e avaliação do processo ensino aprendizagem nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARCELOS, Valdo. Avaliaçao na Educaçao de Jovens e Adultos. São Paulo: VOZES, 2014
BORDENAVE, Juan Díaz; PEREIRA, Adair Martins. Estratégias de Ensino-Aprendizagem. 26. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
KUENZER, Acácia Zeneida; CALAZANS, Maria Julieta Costa e GARCIA, Walter. Planejamento Educacional no Brasil. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2003

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Alunas e alunos da EJA. Brasília - DF: Ministério da Educação,
BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Avaliação e planejamento. Brasília - DF: Ministério da
BRASIL/MEC. Proposta curricular para a educação de jovens e adultos. São Paulo: Brasília; MEC, 2002.
GADOTTI, Moacir. Escola cidadã. São Paulo: Cortez, 1997.
OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Teresa (Orgs.) Organização do Ensino no Brasil: Níveis e modalidades na constituição Federal e na LDB. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2007.
SOARES, Leôncio. Aprendendo com a diferença: estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos. 2. ed. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2006.
TORRES, Rosa Maria Torres. Educação para todos: a tarefa por fazer. Porto Alegre - Artmed, 2001.

7º SEMESTRE

7º SEMESTRE
DISCIPLINA: PLANEJAMENTO EDUCACIONAL: INSTITUCIONAL E DE ENSINO (60 h.)
EMENTA
Conceituação de Planejamento nos diferentes enfoques. Histórico do planejamento. O papel do Estado no planejamento: Fatores- econômicos - sociais e o planejamento da Educação. Elaboração, Execução, controle e avaliação do plano educacional. Considerações sobre o planejamento da Educação no Brasil num intercâmbio com outros países. Burocracia, eficiência e a teoria organizacional. Planejamento Educacional, projeto- político pedagógico e gestão escolar.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BORDENAVE, Juan Díaz; PEREIRA, Adair Martins. Estratégias de Ensino-Aprendizagem. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. KUENZER, Acácia Zeneida; CALAZANS, Maria Julieta Costa e GARCIA, Walter. Planejamento Educacional no Brasil.São Paulo: Cortez, 2003
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
DALMAS, Ângelo. Planejamento participativo na escola: elaboração, acompanhamento e avaliação. Petrópolis: Vozes, 1994. LUCK, Heloísa. A Escola Participativa: O Trabalho do Gestor Escolar. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. MENEGOLLA, Maximiliano. SANT'ANA, Liza Marins. Por que planejar? Currículo – Área – Aula. Petrópolis: Vozes, 2002 OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). Gestão Democrática da Educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. VASCONCELLOS, C. Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico. São Paulo: Libertad, 2000.

7º SEMESTRE
DISCIPLINA: MATERIAL DIDÁTICO E PROCEDIMENTOS EDUCACIONAIS (60 h.)
EMENTA
Estudo, reflexão, debates e atividades práticas sobre temas ligados a Recursos Didáticos em Educação, buscando a construção gradativa do aperfeiçoamento tanto do conhecimento individual/coletivo como do relacionamento entre pessoas, com o pressuposto de pontos de partida e de chegada em função da estrutura própria de cada tema. Operacionalidade dos procedimentos educacionais. Recursos didáticos para o desenvolvimento das atividades cognitivas da criança, do adolescente e do adulto.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a Pedagogia Histórico-Crítica. Campinas: Cortez, 2003. NEDER, Maria Lúcia C. Metodologias para Elaboração de Materiais Didáticos. Curitiba: EDIBEPEX, 2003 VALLS, E. Os procedimentos educacionais: aprendizagem, ensino e avaliação. Porto Alegre: Artmed, 1996.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos & BEHRENS, Marilda. Novas tecnologias e mediação pedagógica. São Paulo, Papirus, 2000. MORIN, E. Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. POSSARI, Lúcia Helena V. A Comunicação em Ambientes Educacionais. Cuiabá: EDUFMT, 2002. SILVA, M. Sala de aula interativa. Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

7º SEMESTRE
DISCIPLINA: METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO E TCC (60 h.)
EMENTA
Técnicas de organização e análise de dados. A coerência e normatização do texto monográfico. Conclusão do trabalho de pesquisa sobre o tema já definido, a partir da utilização de técnicas e conhecimentos adquiridos em toda a sua formação, empregando-as sob a orientação de um

professor, na elaboração e conclusão da pesquisa.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
CRUZ, Carla & RIBEIRO, Uirá. Metodologia Científica: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2004. FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Elaboração e Formatação, Explicitação das Normas da ABNT. Porto Alegre: [s. n.], 2006. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Atlas, 2002. BASTOS, Lília da Rocha et alii. Manual para Elaboração de Projetos e Relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000 MOROZ, Melania; GIANFALDONI, Mônica Helena T. A. O Processo de Pesquisa: Iniciação. Brasília: Plano, 2002. TACHIZAWA, Takeshy. Como Fazer Monografia na Prática. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

7º SEMESTRE
DISCIPLINA: MÉTODOS E TÉCNICAS DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM (60 h.)
EMENTA
Princípios e funções da avaliação educacional. Dimensões da avaliação no processo de ensino e aprendizagem. Evolução histórica da avaliação. Relacionamento da avaliação escolar e a função social da escola. A relação entre Ética e Avaliação. Instrumentos de avaliação. Dispositivos didáticos para o planejamento do ensino e a relação entre planejamento e avaliação
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2011. HAYDT, Regina Celia C. Avaliação do processo ensino aprendizagem. 5 ed. São Paulo: Ática, 1995. SANTOS, Clóvis Roberto dos. Avaliação Educacional. Avercamp, 2005.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
DEMO, Pedro. Mitologias da Avaliação. Autores Associados, 2010. FERNANDES, Claudia. Avaliação das Aprendizagens. Cortez, 2014. LUCK, Heloisa. Avaliação e Monitoramento do trabalho Educacional Rio de Janeiro: Vozes, 2013. ALVES, Julia Falivene. Avaliação Educacional: da Teoria à Prática. LTC, 2013

8º SEMESTRE

8º SEMESTRE
DISCIPLINA: PSICOMOTRICIDADE (60 h.)
EMENTA
Conceito, estruturas e elementos básicos da psicomotricidade. Fundamentos das aprendizagens motora. Avaliação psicomotora. Relação da psicomotricidade com a aprendizagem e a vida social e afetiva do indivíduo. Processo do desenvolvimento psicomotor do indivíduo. A influência da brincadeira, do jogo, dos exercícios, das expressões artísticas e do lúdico na prática psicopedagógica.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
DUARTE, Adriana Falcão. Psicomotricidade e suas Implicações na Alfabetizaçao. All Print LOVISARO, Martha. A Psicomotricidade Aplicada na Escola. São Paulo: WAK, 2011 MACHADO, Carmem. Atividades criativas e corporais para a educação infantil. São Paulo: WAK,2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
FERNA,Jorge Manuel Gomes de Azevedo; Gutierres Filho,Paulo José Barbosa. Atualidades da prática psicomotora. São Paulo: WAK FERREIRA, Carlos Alberto de Mattos, et all. Psicomotricidade Escolar. WAK FONSECA, Vitor da. Dificuldades de coordenação psicomotora na criançaA organização Práxica e a Dispraxia Infantil. WAK MACHADO, José Ricardo Martins; NUNES **,** Marcus Vinícius da Silva. 100 Jogos psicomotores - Uma prática relacional na escola. WAK

8º SEMESTRE
DISCIPLINA: EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL (60 h.)
EMENTA
A diversidade como constituinte da condição humana. Diversidade, alteridade e questões de gênero. A cultura como universo simbólico que caracteriza os diferentes grupos humanos. Multiculturalismo e/ou interculturalismo na educação. A diversidade étnico-racial com ênfase nas histórias e culturas dos povos indígenas e africanos. A diversidade na formação da cultura brasileira. A diversidade social e as desigualdades econômicas. A educação escolar como catalisadora e expressão das diversidades e o reconhecimento do outro.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
FARIAS, Patrícia Silveira de , et all. Novos Estudos em Relações Étnico-Raciais. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014 FUNARI, Pedro Paulo;Ana Piñón, Temática Indígena na Escola, A São Paulo: Contexto, 2011 LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003 Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura AfroBrasileira", e dá outras providências. RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. RIBEIRO, Ana Paula Alves ; Rezende, Maria Alice .Historia e Cultura Afro-Brasileira e Africana Na Escola. Outras Letras, 2014
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BERGAMASKI, Maria Aparecida. Povos Indígenas e Educação. São Paulo: Editora Mediação,2016 FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 18. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra,2011 RODRIGUES, Rosiane. "Nós" do Brasil: Estudos das Relações Étnico-Raciais. São Paulo: Moderna, 2013. TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. Reflexões Sobre Noções Nativas de Infância, Aprendizagem e Escolarização. Florianópolis: Editora UFSC, 2010

8º SEMESTRE
DISCIPLINA:GESTÃO DE SISTEMAS E UNIDADES EDUCACIONAIS (60 h.)
EMENTA
Gestão de Sistemas e Unidades Educacionais. Organização e função da escola. Organização e planejamento do Trabalho Pedagógico. Coordenação Pedagógica. O currículo e a avaliação. O Projeto Político Pedagógico.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BASTOS, J. B. (org). Gestão democrática. Rio de Janeiro: DP&A, 2001 LIBANEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Cuiabá: Alternativa, 2007 . LIMA, L. C. A escola como organização educativa. São Paulo: Cortez, 2001, PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez Instituto/Paulo Freire, 2003 (Guia da Escola Cidadã, v.7). VEIGA, I. V. P. (org). Projeto Político Pedagógico: uma construção possível. São Paulo: Papírus,2011.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
FERREIRA, Naura C. (Org.). Gestão democrática da educação; Atuais Tendências, Novos

Desafios. São Paulo: Cortez, 2001. PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola. 4. ed. São Paulo: Cortez Instituto/Paulo Freire, 2003 (Guia da Escola Cidadã, v.7). SOUZA, Rosa Fátima. História da Organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

8º SEMESTRE
DISCIPLINA: JOGOS E RECREAÇÃO (60 h.)
EMENTA
A gênese dos jogos e recreações. Os jogos a criatividade e sua significância. Os vários tipos de jogos. O papel da brincadeira no desenvolvimento infantil. Diferença de recreação e lazer. Classificação de jogos. Construção de recursos pedagógicos para as atividades recreativas, lúdicas e psicomotoras.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
MACEDO Lino de, et al. Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artmed, 2005. LOVISARO, Martha. A Psicomotricidade Aplicada na Escola. WAK. MACHADO,Carmem.Atividades criativas e corporais para a educação infantil. WAK
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BROUGÈRE, Gilles. Brinquedo e cultura. São Paulo: Ed.Cortez, 2008 MACHADO, José Ricardo Martins; NUNES **,** Marcus Vinícius da Silva. 100 Jogos psicomotores - Uma prática relacional na escola. Rio de Janeiro: WAK.2009. PEREIRA, Natividade. Brinquedoteca - jogos,brinquedos e brincadeiras. São Paulo: Alínea, 2004.

8º SEMESTRE
DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV- GESTÃO ESCOLAR (100 h.a.)
EMENTA
A atuação do pedagogo na gestão da escola pública. Elaboração e desenvolvimento de projetos educativos na gestão da escola pública
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
DUTRA, Joel Souza. As Pessoas na Organização. Editora Gente, 2002. LIBANEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Cuiabá: Alternativa, 2007 MARRAS, Jean Pierre .Administração de Recursos Humanos. São Paulo: Saraiva, 2011
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BOHLANDER, George. Administração de Recursos Humanos. Cengage, 2009. CARVALHO, Antonio Vieira .Administração de Recursos Humanos. Cengage, 2013 COVEY, Stephen R. Liderança Baseada em Princípios. Elsevier, 2002. DRUCKER, Peter Ferdinand. Administrando em Tempos de Grandes Mudanças. Thomson, 2003.

7.4.1 Integralização da matriz curricular

Concluirá o curso o aluno que integralizou a carga horária e os conteúdos dentro do tempo mínimo e máximo de integralização do curso e que estiver em situação regular com o ENADE.

7.4.2 Promoção de Períodos Letivos

É promovido para o período letivo seguinte o aluno que tiver sido aprovado em todas as disciplinas cursadas até o período letivo em que se encontra matriculado, admitindo-se ainda a promoção em Regime de Dependência em até 03 (três) disciplinas.

7.4.3 Aproveitamento de Estudos ou Equivalência de Disciplinas

Pode ser autorizado o Aproveitamento de Estudos, caracterizado como Equivalência entre Disciplinas cursadas na própria Faculdade Iguaçu ou em outra Instituição de Educação Superior (presencial ou à distância), exceto quando se tratar de aluno ouvinte ou especial.

O Aproveitamento de Estudos aplica-se para às disciplinas já cursadas com aprovação, nas seguintes situações:

- Transferência Interna entre Cursos da Instituição (entre cursos da Faculdade Iguaçu).
- Transferência Externa (alunos transferidos de outras Instituições de Educação Superior).
- Destrancamento de Matrícula, nos casos de mudanças curriculares ocorridas no período de trancamento.
- Matrícula de aluno Graduado em Curso de Ensino Superior.
- Matrícula de aluno aprovado no Vestibular de outra Instituição de Educação Superior que tenha cursado disciplinas com aprovação na referida instituição.

A dispensa do cumprimento de disciplina equivalente deve ser requerida pelo aluno, dentro do período estabelecido no Calendário Acadêmico, e será objeto de análise e parecer pelo Coordenador de Curso.

O aluno deverá realizar um Requerimento para cada disciplina solicitada, juntamente com a apresentação dos seguintes documentos:

- Cópia do Programa da Disciplina cursada com aprovação, devidamente *vistado* e *carimbado* pela Instituição de origem.

- Histórico Escolar que conste a disciplina cursada e respectiva carga horária, bem como o desempenho acadêmico (em caso de Transferência Externa durante o semestre letivo, o Histórico Escolar deverá conter a frequência na disciplina cursada pelo aluno na Instituição de origem).

A dispensa de disciplina pode ser concedida, desde que:

- Seja requerida dentro dos prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico da Faculdade Iguaçu.
- A disciplina tenha sido cursada com aprovação em cursos de nível equivalente ou superior, devidamente autorizado ou reconhecido pelo MEC.
- A disciplina, já estudada pelo aluno, tiver desenvolvimento idêntico, equivalente ou superior à disciplina do curso cuja equivalência é pretendida.

Nos casos em que o Aproveitamento de Estudos for concedido, o aluno fica dispensado de qualquer adaptação e suplementação de carga horária. Na hipótese de disciplina cursada com aprovação, na vigência de outro regime que não o de seriado semestral, será verificado, para efeito de Aproveitamento de Estudos, a respectiva carga horária e o conteúdo programático desenvolvido.

Quando a disciplina tiver identidade do conteúdo e carga horária mínima exigida, o Aproveitamento de Estudos será concedido computando-se a carga horária da disciplina cursada, sem prejuízo da integralização do total de horas aulas fixadas para o respectivo curso.

O Aproveitamento de Estudos de aluno transferido durante o semestre letivo deverá levar em consideração o conceito/nota e a frequência obtida à data de seu desligamento da Instituição de origem. Quando os requisitos de identidade do conteúdo da disciplina cursada não foram integralmente cumpridos ou a carga horária for insuficiente, será exigido do aluno o cumprimento do Regime de Adaptação.

7.4.4 Aproveitamento de Competências Profissionais

Pode ser autorizado o aproveitamento de competências profissionais anteriormente adquiridas pelo discente em cursos regulares ou adquiridas no trabalho como dispensa do cumprimento de disciplina da matriz curricular.

Esta possibilidade decorre da autonomia pedagógica da IES na formulação e execução de seu projeto pedagógico e não deve acontecer de forma genérica, nem tampouco ampla e irrestrita. Deve seguir criteriosa avaliação individual, à luz do perfil profissional de conclusão do curso no qual se pleiteia o devido aproveitamento de estudos, conforme estabelece o art. 41 da LDB. Esta análise é de competência da Coordenação do Curso.

7.4.5 Aproveitamento de Competências Profissionais Obtidas em Cursos Regulares

O Aproveitamento de Competências Profissionais obtidas em Cursos Regulares aplica-se para os Cursos Superiores de Tecnologia e deve ser requerido pelo aluno, dentro do período estabelecido no Calendário Acadêmico. O deferimento do requerimento, pela Coordenação do Curso, dependerá de análise detalhada dos programas desenvolvidos, à luz do perfil profissional de conclusão do curso.

O aluno deverá realizar um Requerimento para cada disciplina solicitada, juntamente com a apresentação dos seguintes documentos:

- Cópia do Programa ou Ementa da Disciplina cursada com aprovação, devidamente ‘vistado’ e ‘carimbado’ pela Instituição de origem.
- Histórico Escolar que conste a disciplina cursada e respectiva carga horária, bem como o desempenho acadêmico e frequência.

A dispensa de disciplina pode ser concedida, desde que:

- Seja requerida dentro dos prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico da Faculdade Iguaçu.
- A disciplina, já estudada pelo aluno, tiver desenvolvimento idêntico, equivalente ou superior à disciplina do curso cuja equivalência é pretendida.

Na hipótese de disciplina cursada com aprovação, na vigência de outro regime que não o de seriado semestral, será verificado, para efeito de Aproveitamento de Competências Profissionais, a respectiva carga horária e o conteúdo programático desenvolvido.

Quando a disciplina tiver identidade do conteúdo e carga horária mínima exigida, o Aproveitamento de Competência Profissional será concedido computando-se a carga horária da disciplina cursada, sem prejuízo da integralização do total de horas aulas fixadas para o respectivo curso.

O Aproveitamento de Competência Profissional de aluno transferido durante o semestre letivo deverá levar em consideração o conceito/nota e a frequência obtida à data de seu desligamento da Instituição de origem.

Quando os requisitos de identidade do conteúdo da disciplina cursada não foram integralmente cumpridos ou a carga horária for insuficiente, será exigido do aluno o cumprimento do Regime de Adaptação.

7.4.6 Aproveitamento de Competências Profissionais Adquiridas no Trabalho

O Aproveitamento de Competências Profissionais Adquiridas no Trabalho aplica-se para os Cursos Superiores e deve ser requerido pelo aluno, dentro do período estabelecido no Calendário Acadêmico. O deferimento do requerimento, pelo Coordenador de Curso, dependerá de avaliação individual do aluno, à luz do perfil profissional de conclusão do curso.

O aluno que se considerar hábil nos assuntos a serem tratados em uma determinada disciplina e/ou que os aplica no cotidiano do seu trabalho deverá fazer o requerimento de solicitação de aproveitamento de competências adquiridas no trabalho, ao qual anexará documentação comprobatória.

O aluno deverá ser submetido - uma única vez - a uma prova de conhecimentos técnicos prévios, elaborada pelo professor da disciplina.

O aluno deverá frequentar as aulas teóricas da disciplina, normalmente, até a correção da prova e o deferimento do coordenador do curso.

Para ter seu requerimento deferido, o aluno deverá obter média igual ou superior a 7 (sete) na prova de conhecimentos técnicos prévios. Do resultado da prova de conhecimentos técnicos prévios não caberá recurso.

O aluno considerado aprovado na disciplina (apto) em questão estará dispensado de cursá-la e terá os dados encaminhados para o devido registro em seu histórico escolar.

7.4.7 Regime de Adaptação

O Regime de Adaptação é caracterizado pela necessidade de complementação da carga horária ou do conteúdo programático de uma disciplina (independente da nomenclatura) já cursada pelo aluno, com aprovação, no curso de origem (presencial ou à distância).

O Regime de Adaptação aplica-se nas situações em que as adaptações curriculares são necessárias para o Aproveitamento de Estudos ou Equivalência de Disciplinas já cursadas com aprovação, tais como:

- Transferência Interna entre Cursos da Instituição (entre cursos da Faculdade Iguaçu).
- Transferência Externa (alunos transferidos de outras Instituições de Educação Superior).
- Destrancamento de Matrícula, nos casos de mudanças curriculares ocorridas no período de trancamento.
- Matrícula de aluno Graduado em Curso de Ensino Superior.
- Matrícula de aluno aprovado no Vestibular de outra Instituição de Educação Superior, que tenha cursado disciplinas com aprovação na referida Instituição.

A Instituição poderá ofertar disciplinas para os alunos em Regime de Adaptação, compatível com as suas atividades regulares, de acordo com normas aprovadas pela Diretoria Acadêmica, nas seguinte forma:

A disciplina ficará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem e o acadêmico poderá optar por fazê-la em qualquer etapa do semestre vigente, desde que comece junto com uma das disciplinas curriculares, que são cinco por semestre. A disciplina de adaptação terá os mesmos critérios de avaliação das demais, com atividades online e avaliação presencial obrigatória.

O aluno que reprovar por insuficiência de nota ou de frequência na disciplina em Regime de Adaptação, deverá cursá-la em Regime de Dependência, preferencialmente no semestre seguinte.

7.4.8 Regime de Dependência

Entende-se por Regime de Dependência quando o aluno ficou reprovado por insuficiência de nota, em alguma disciplina da Matriz Curricular do curso. O aluno reprovado deverá cursar a disciplina novamente no semestre seguinte em que esta for ofertada, ou em outro semestre, caso não seja disponibilizada no subsequente, em Regime de Dependência.

O aluno poderá cursar até 03 (três) disciplinas em Regime de Dependência, simultaneamente com o semestre imediatamente seguinte, para o qual será regularmente promovido.

O aluno reprovado em 04 (quatro) ou mais disciplinas, permanecerá retido no semestre em que se encontra até obter a devida aprovação nessas disciplinas. Nesse caso, o aluno não poderá cursar outras disciplinas dos semestres seguintes, ficando dispensado de cursar aquelas nas quais já obteve aprovação.

A Instituição poderá ofertar disciplinas para os alunos em Regime de Dependência, compatível com as suas atividades regulares, de acordo com normas aprovadas pela Diretoria Acadêmica, na seguinte forma:

A disciplina ficará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem e o acadêmico poderá optar por fazê-la em qualquer etapa do semestre vigente, desde que comece junto com uma das disciplinas curriculares, que são cinco por semestre. A disciplina de dependência terá os mesmos critérios de avaliação das demais, com atividades online e avaliação presencial obrigatória.

O aluno que reprovar por insuficiência de nota ou de frequência na disciplina em Regime de Dependência, deverá cursá-la novamente em Regime de Dependência, preferencialmente no semestre seguinte.

8. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

Trata dos programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico do discente e das condições que a Instituição oferece ao aluno.

8.1 ATENDIMENTO INDIVIDUAL

A Instituição tem como política assegurar o atendimento individualizado do aluno pelo Coordenador e/ou pelos docentes de seu curso para orientá-lo em suas dúvidas e questionamentos quanto aos objetivos do curso, perfil do profissional a ser formado, mercado de trabalho, estágios, entre outros.

8.2 PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO

Os programas de apoio pedagógico estão sustentados na perspectiva de que eventualmente, partes dos discentes poderão manifestar de maneira espontânea ou de forma indicativa por parte dos docentes, a necessidade de um acompanhamento e ou orientação específica.

O foco essencial dessa demanda se situa na perspectiva de poder complementar ou mesmo alcançar um melhor desempenho em determinadas disciplinas ou mesmo em áreas multidisciplinares que suprem o campo da Gestão de Marketing por meio de suas disciplinas específicas e componentes da grade curricular-padrão.

A proposta será operacionalizada por meio da oferta de minicursos com temas específicos conforme materialização da demanda e avaliação da coordenação de curso de forma mais detida no desempenho geral dos discentes.

Some-se ao diagnóstico de demandas, os relatos proferidos pelos docentes sobre as principais demandas e ou limitações de habilidades demonstradas pelos discentes no transcurso das disciplinas, evidenciadas pelos docentes em plenária da reunião semestral conduzida pela coordenação.

Outras atividades complementares na forma de apoio pedagógico podem se basear nas tarefas propostas pelos professores escalados que deverão preparar um roteiro na forma de um programa especial e que norteará toda a condução do processo de capacitação e apoio discente.

As tarefas, preferencialmente, deverão acontecer nas instalações da Faculdade Iguaçu. Entretanto e conforme previstos, quando for o caso, poderá em tempo parcial ser executada pelo discente em sua residência ou trabalho, conforme a conveniência.

Após executada a tarefa, a mesma deverá ser encaminhada para a secretaria de curso para repasse ao professor para leitura, avaliação e *feedback* aos alunos.

8.3 MECANISMOS DE NIVELAMENTO

O aluno ingressante pode chegar à IES com algumas deficiências em sua formação escolar. Para saná-las, a Faculdade Iguaçu oferecerá atividades relacionadas à formação básica, retomando conceitos, métodos e procedimentos, de forma que o aluno esteja melhor preparado para acompanhar as aulas do curso superior que frequenta.

Em seu ambiente virtual de aprendizagem, o aluno conta com atividades de nivelamento, onde os mesmos poderão ser feitos antes mesmo do início das aulas. VIDE NOS ANEXOS REGULAMETO PRÓPRIO

8.5 ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO

O Atendimento Psicopedagógico atuará com o objetivo de orientar os discentes em suas dificuldades de adaptação ao ambiente acadêmico. Para tanto, numa perspectiva preventiva, oferecerá aos alunos que apresentam excessivo número de faltas, ou persistente aproveitamento deficiente, acompanhamento profissional para revisão da metodologia de estudo ou para a investigação de outras dificuldades que eventualmente possam estar presentes.

Com esta mesma ótica preventiva, entrevista os alunos que solicitam trancamento ou cancelamento de matrícula. Também são realizadas orientações profissionais e ensinadas estratégias de direcionamento e de defesas psicodinâmicas, comportamentais e afetivas.

O Atendimento Psicopedagógico tem em vista a promoção da saúde mental e do bem-estar para a melhora do processo ensino-aprendizagem em seu aspecto global. VIDE REGULAMENTO do NAPPP NOS ANEXOS

8.6 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

Os alunos regularmente matriculados têm representação garantida nos diferentes órgãos colegiados da administração superior, bem como no Colegiado de Curso, que compõe a estrutura organizacional da Instituição, com direito à voz e voto, de acordo com o Regimento Geral da Faculdade Iguaçu.

Os acadêmicos têm a liberdade de se organizarem por meio de um Diretório Acadêmico como via de discussão, organização e reivindicação de direitos.

8.7 OUVIDORIA

A Ouvidoria da Faculdade Iguaçu é um elo entre as comunidades acadêmica e externa e as instâncias administrativas da Faculdade, visando agilizar a administração e aperfeiçoar a democracia, via on line.

A Ouvidoria tem a finalidade de assegurar ao usuário o direito à informação e à defesa de seus interesses por meio da captação de relatos de suas insatisfações, da apuração de fatos, da cobrança de soluções, da proposição de alteração ou inclusão de novos procedimentos e da recepção de críticas, elogios e sugestões referentes aos serviços prestados pela Faculdade Iguaçu.

A Ouvidoria da Faculdade Iguaçu atua pautada pelo sigilo, impessoalidade, imparcialidade, transparência e autonomia.

No exercício de suas atribuições a Ouvidoria deverá, com eficiência, facilitar o acesso ao usuário na:

- Recepção de demandas: reclamações, sugestões, denúncias, divulgações, consultas, agradecimentos ou elogios provenientes tanto de pessoas da comunidade acadêmica quanto da comunidade externa;
- Investigação: ao apurar denúncias sobre a prestação de serviços da Faculdade;
- Inspeção: acesso a documentos e informações, bem como visitas às unidades e setores do campus da Faculdade;
- Comunicação dos agradecimentos ou elogios: divulgar para as unidades ou setores mencionados;

- Críticas e recomendações: apresentação como forma construtiva ao aperfeiçoamento institucional.

A Ouvidoria funciona como porta-voz do usuário, recebendo suas manifestações, cadastrando-as e encaminhando-as aos setores competentes da Faculdade para averiguação e providências. A Ouvidoria procura agir como mediadora das questões apresentadas, uma vez que não tem poder de decisão.

A Ouvidoria não atende a solicitações anônimas, garantindo, no entanto, o sigilo sobre o nome e os dados pessoais dos usuários. MELHORES INFORMAÇÕES ESTÃO NOS ANEXO QUANTO A REGULAMENTÇÃO DA OUVIDORIA.

8.8 MONITORIA ACADÊMICA

O Programa de Incentivo à Monitoria Acadêmica da Faculdade Iguaçu, representa uma importante iniciativa para a melhoria da qualidade do ensino e dos conteúdos ministrados nas disciplinas, assim como da relação professor aluno.

O programa visa reduzir problemas como a reprovação e abandono de disciplinas, que necessitam de orientação extraclasse através de um (a) monitor (a). Esta orientação pode resultar na motivação do aluno e no aproveitamento melhor do conteúdo das disciplinas.

Além disso, o programa contempla disciplinas que exigem uma maior carga de leitura, e aquelas consideradas de conteúdo mais aplicativo/prático, que exigem do aluno orientação em pesquisas, seminários, ciclos de estudos e aplicação de exercícios.

A monitoria é um exemplo da dinâmica da Faculdade Iguaçu, em prol da institucionalização de programas de excelência em formação acadêmica.

Considerando que algumas das disciplinas oferecidas regularmente no curso, podem apresentar complexidades em seus conteúdos, a Faculdade Iguaçu através do curso de Administração, Pedagogia e Processos Gerenciais entende a necessidade de se admitir monitores para auxiliarem os professores ministrantes no atendimento aos acadêmicos que apresentam dificuldades de aprendizagens. O regulamento relativo as ações de monitoria encontram nos anexos deste projeto.

8.9 NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO – NAPP

No âmbito de Educação a Distância da Faculdade Iguaçu, existirá um Núcleo de Apoio Pedagógico (NAPP), que terá a função de acompanhar, controlar e avaliar a qualidade dos cursos oferecidos pela Faculdade Iguaçu, analisando os documentos, dados e procedimentos relativos ao ensino e aprendizagem encaminhados pela Instituição, quer presencial ou on line.

São atribuições deste núcleo:

- Analisar informações de documentos de variadas fontes, com o objetivo de alimentar e/ou qualificar sistematicamente os processos educativos do sistema de ensino da Faculdade Iguaçu;
- Atender aos professores sobre questões acadêmicas, de caráter pedagógico – didático.
- Acompanhar a dinâmica pedagógica institucional.
- Levantar dados sobre professores e coordenadores sobre questões pontuais, expressivas da dinâmica de ensino-aprendizagem;
- Divulgar e/ou informar aos docentes sobre medidas e/ou diretrizes acadêmicas que têm por objetivo a formação do aluno enquanto cidadão, ético, responsável, profissional com domínio dos conhecimentos científicos;
- Identificar Cursos e/ou treinamentos para a permanente qualificação dos professores, assim como a elaboração de projetos para a execução dos mesmos durante o ano;
- Oferta de Cursos de acordo com a Programação do NAPP-EaD e /ou por solicitação dos coordenadores, professores e/ou alunos;
- Preparar em conjunto com os professores, nivelamentos nas áreas básicas para alunos ingressantes, como nivelamento em PORTUGUÊS, MATEMÁTICA E INFORMÁTICA. Seu regulamento encontra-se nos anexos

8.10 DA COORDENAÇÃO DE CURSO

A administração acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia é responsabilidade do sua Coordenadoria, cuja designação é feita por Ato Executivo da Diretoria Geral para um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido.

A Coordenação de Curso tem um papel central no desenvolvimento de todas as atividades ligadas ao Curso de graduação. Entre as atribuições da Coordenação encontram-se atividades administrativo-pedagógicas que devem oferecer suporte ao Curso visando o seu pleno funcionamento com qualidade e dinâmica transformadora.

Também compete à Coordenação de Curso acompanhar todos os processos que envolvem o Curso de Graduação, por isso é de fundamental importância a sua participação na elaboração e no acompanhamento do desenvolvimento de todas as atividades relacionadas ao mesmo, descritas no Projeto Político Pedagógico do Curso.

Por esta razão, professores, alunos e funcionários do Curso de Licenciatura em Pedagogia devem conhecer e estar em contato com a Coordenação do Curso com frequência. O regulamento do exercício de Coordenação de curso encontra-se nos anexos deste projeto.

8.11 DO COLEGIADO DE CURSO

Conforme Capítulo VI, artigo 31 parágrafo 5.º, do Regimento da Faculdade Iguaçu, cada Curso conta com um Colegiado de Coordenação Didática, ao qual compete segundo o artigos 39 e 40:

I - elaborar, pelos seus Docentes, os Planos de Ensino, Programas, Bibliografia e Ementas de cada disciplina, conforme as exigências do projeto pedagógico do Curso, antes do início do período letivo, com a devida atualização, para aprovação do Conselho Pedagógico;

II - propor adequações no Projeto Pedagógico do Curso, bem como o respectivo currículo e suas alterações para homologação pelo Conselho Diretor ou órgão colegiado por ele designado, conforme proposições do NDE;

III - coordenar as atividades de auto-avaliação do curso sob a supervisão da Comissão Própria de Avaliação (CPA);

IV - sugerir medidas para aperfeiçoar o perfil profissional de cada Curso, em função de suas características profissionais e sociais;

V - planejar a distribuição equitativa, ao longo do período letivo, dos trabalhos acadêmicos a serem exigidos dos alunos, nas várias disciplinas do Curso, de acordo com o Calendário Geral;

VI - organizar e propor para aprovação do Conselho Pedagógico, Cursos extraordinários, Seminários ou Conferências julgadas necessárias ou úteis à formação profissional dos alunos;

VII - indicar ao seu Coordenador, Bibliografia específica necessária aos Planos de Ensino, em tempo hábil para constar do Plano Orçamentário;

VIII - promover o entrosamento das matérias e/ou disciplinas de sua área com as demais, propiciando o bom andamento dos Conteúdos Programáticos;

IX - compatibilizar os Conteúdos Programáticos necessários à formação profissional prevista no perfil do Curso;

X - zelar pela execução das atividades e dos Planos de Ensino das disciplinas que o integram;

XI - propor medidas para o aperfeiçoamento e integração do ensino, pesquisa, extensão e gestão do curso à luz dos resultados da avaliação institucional;

XII - exercer as demais funções previstas neste Regimento ou que lhe sejam delegadas.

XIII- homologar a oferta de vagas novas e remanescentes no curso, para cada período letivo, e encaminhá-la ao Conselho de Administração Superior, dentro do prazo do Calendário Acadêmico;

XIV - propor normas específicas de Estágios e/ou Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), quando necessário, para homologação pelo Conselho de Administração Superior, respeitadas as normas vigentes;

XV - estabelecer equivalências de estudos e indicar as disciplinas a serem adaptadas ou dispensadas, em casos de aproveitamentos de estudos;

XVI - examinar, decidindo em primeira instância, as questões acadêmicas suscitadas tanto pelo corpo discente quanto pelo corpo docente, cabendo recurso à Direção Geral (ou órgão colegiado por ela designado);

XVII - aprovar o plano e o relatório anual de atividades do Colegiado, para envio à Direção Geral (ou órgão colegiado por ele designado) e divulgação institucional;

XVIII - exercer as demais atribuições que lhe sejam delegadas pela Diretoria Geral, as previstas na legislação ou neste Regimento e inclusive sugerir os membros para a composição do NDE (Núcleo Docente Estruturante).

8.11.1 Das competências do Colegiado de Curso sob a supervisão do NDE (Núcleo Docente Estruturante):

I - elaborar, pelos seus Docentes, os Planos de Ensino, Programas, Bibliografia e Ementas de cada disciplina, conforme as exigências do projeto pedagógico do Curso antes do início do período letivo, com a devida atualização, para aprovação do Conselho Pedagógico;

II - sugerir medidas para aperfeiçoar o perfil profissional de cada Curso, em função de suas características profissionais e sociais;

III - planejar a distribuição equitativa, ao longo do período letivo, dos trabalhos acadêmicos a serem exigidos dos alunos, nas várias disciplinas do Curso, de acordo com o Calendário Geral;

IV - organizar e propor para aprovação do Conselho Pedagógico, Cursos extraordinários, Seminários ou Conferências julgadas necessárias ou úteis à formação profissional dos alunos;

V - indicar ao seu Coordenador, Bibliografia específica necessária aos Planos de Ensino, em tempo hábil para constar do Plano Orçamentário;

VI - promover o entrosamento das matérias e/ou disciplinas de sua área com as demais, propiciando o bom andamento dos Conteúdos Programáticos;

VII - compatibilizar os Conteúdos Programáticos necessários à formação profissional prevista no perfil do Curso;
VIII - zelar pela execução das atividades e dos Planos de Ensino das disciplinas que o integram;
IX - propor medidas para o aperfeiçoamento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão;
X - exercer as demais funções previstas neste Regimento ou que lhe sejam delegadas.

Além dos professores que compõem o Colegiado, o mesmo complementa-se com um representante/membro do corpo discente - sendo sua escolha realizada por meio dos acadêmicos representantes de cada do Curso. Após informações dadas pela Coordenação do Curso quanto: a*o que é* e *quais os objetivos* do Colegiado, os acadêmicos de cada uma das turmas conferem autonomia para que entre os seus representantes possa ser escolhido o acadêmico a participar do Colegiado.

8.12 PESSOAL DE APOIO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

No Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Iguaçu, alunos, professores e funcionários participarão de forma efetiva buscando um ensino de qualidade, dentro de uma filosofia de trabalho coletivo.

Assim a Coordenação do Curso contará com um grupo de alunos, representantes de seus respectivas cursos ou seja, os líderes de turma e professores colaboradores, além dos que compõem o Colegiado de Curso. Os alunos, como representantes de curso e eleitos pelos próprios colegas, atuam de forma a apresentar à Coordenação do Curso propostas e reivindicações. Os professores colaboradores, trabalhando e auxiliando a Coordenação do Curso no desenvolvimento de atividades de ensino, extensão, serão os maiores incentivadores do corpo discente.

Como pessoal de apoio para o bom funcionamento o Curso ainda dispõe do:

- ✓ Pessoal da Secretaria Acadêmica;
- ✓ Pessoal da Biblioteca;
- ✓ Pessoal dos Recursos Audiovisuais;
- ✓ Pessoal responsável pelo Laboratório de Informática;
- ✓ Pessoal da Tesouraria;

- ✓ Pessoal da Reprografia;
- ✓ Pessoal de serviços gerais;
- ✓ Profissional encarregado da manutenção do laboratório de informática;
- ✓ Profissional encarregado de dar suporte ao pleno funcionamento da estrutura necessária à oferta da EAD;
- ✓ Apoio Tutorial

9-DA ESTRUTURA FÍSICO-MATERIAL PARA O FUNCIONAMENTO DO CURSO

9.1 - INSTALAÇÕES DA UNIDADE SEDE (CAPANEMA-PR)

Com Relação aos recursos materiais e de infra-estrutura, O Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Iguaçu - Capanema, dispõe de:

1. - Sala de Direção com WC.
2. - Sala de Coordenador de Colegiado de Curso,
3. - 12 salas de aula,
4. - Sala para os professores com WC masculino e feminino,
5. - Biblioteca com ambiente de acervo para consulta
6. - Ambiente de estudos individuais e acesso a internet
7. - Ambiente de estudos em grupo e acesso a internet
8. - Salas de aula com suporte para utilização de Vídeos
9. - Laboratório de informática
10. - Ambiente de atendimento acadêmico,
11. - Ambiente de Tesouraria,
12. - Sala de Secretaria Acadêmica,
13. - Ambiente para atividades relativas ao desenvolvimento dos Estágios,
14. - Área de Convivência com praça de alimentação,
15. - WC masculino e feminino com adaptações para deficientes físicos,
16. - Rampa de acesso para portadores de deficiência
17. - Ambiente para atividades de Tutoria
18. - Gabinetes para professores em tempo integral
19. - Brinquedoteca

9.2 - SALAS DE AULA, ANFITEATRO

As 12 (oito) salas de Aula, têm cada uma 58,15m^2 de área útil, com 50 (cinquenta) carteiras universitária, escrivaninha para professores, ventilação artificial, quadro branco, quadro verde, tela para projeção.

Anfiteatro: O curso dispõe para uso, 2 (dois) o anfiteatro situado no ambiente da Secretaria Municipal de Educação, e no Centro de eventos do Parque de Exposição e cedidos respectivamente mediante ato de compromisso firmado

entre a Secretaria Municipal de Educação a Faculdade Iguaçu, com capacidade para 300 (trezentos) e 200 (duzentos) lugares respectivamente, para atividades de Colação de Grau, realização de palestras, aulas magnas, oficinas, debates, shows e demais apresentações artístico-culturais.

9.3 DA INFRA-ESTRUTURA PARA ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO DE ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

A Faculdade, sensível à inserção dos portadores de necessidades especiais no convívio social, cumprirá o que prescreve a Portaria Ministerial nº 1679/99, facilitando a acessibilidade dos portadores de necessidades especiais, uma fez garantir em seu projeto arquitetônico a construção de rampas; construção de lavatórios com portas amplas e banheiros adaptados com portas largas e barras de apoio; bebedouros acessíveis aos usuários de cadeiras de roda; reserva de vaga no estacionamento para desembarque e embarque.

A Instituição, conforme portaria nº 3.284/2003, compromete-se a oferecer aos alunos portadores de deficiência visual e auditiva, a infra/estrutura necessária, conforme descrição abaixo:

a) Manter sala de apoio equipada como máquina de datilografia braile, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, réguas de leitura, scanner acoplado ao computador;
b) Propiciar, sempre que necessário for, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
c) Adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
d) Estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;
e) Proporcionar aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva.

9.4 SALA CENTRAL DOS PROFESSORES

O curso também de dispõe de (01) uma sala central para os professores medindo 58,15 m^2, contendo: 01 (uma) mesa grande com 20 cadeiras, bebedouro de água, mesa de café, banheiros masculino e feminino e armários.

9.5 LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

O Laboratório de informática com acesso a Internet ocupa o espaço físico de 77,85 m^2, composto de 30 computadores.

O Sistema Operacional instalado nos computadores é o Windows, e o pacote de ferramentas contendo editor de textos, planilhas e apresentações é o Office.

O Laboratório

O Laboratório possui capacidade para 60 pessoas sentadas.

O Laboratório contém:

- ✓ Ar condicionado.
- ✓ Tela de projeção.
- ✓ Aparelho de projeção.
- ✓ Quadro Branco.

Para facilitar o acesso e organizar o uso dos Laboratórios de Informática, há o Regulamento próprio, o qual encontra-se anexo a este projeto

9.6 BIBLIOTECA

A Biblioteca da Faculdade Iguaçu, como suporte básico da produção do conhecimento, atende sua finalidade na medida em que promove *condições* para a pesquisa e o ensino. Assim sendo, a atenção dispensada a aquisição e atualização do acervo por parte da IES, se reflete na preocupação incontestável da mesma pela sua importância e contribuição ao desenvolvimento pleno do currículo dos cursos oferecidos.

O espaço físico reservado inicialmente à Biblioteca é de 77,85 m^2 acompanhado de uma sala de estudos com 58,15 m^2 apresentando um suporte de acesso de 08 (oito) computadores, ou seja, no balcão de atendimento para consulta direta dos alunos ao acervo; para controle da bibliotecária com acesso a

internet e 06 (seis) para acesso de pesquisas à internet pelos alunos na sala de estudos.

A sala de estudos constitui em um ambiente anexo a biblioteca, oportunizando aos alunos um ambiente para estudos individualizados e/ou em grupo dos acadêmicos ou mesmo consulta individual dos mesmos à internet.

O Acervo disponível atende aos mínimos estabelecidos para o funcionamento dos cursos de uma IES, respectivamente, ofertados, uma vez que a preocupação da mantenedora em relação a sua constituição, constitui preocupação constante em buscar a bibliografia atualizada em atendimento, inclusive ao campo de conhecimento das disciplinas que compõem os currículos dos cursos oferecidos.

O acervo de periódicos constitui-se na medida e proporção em que as *assinaturas* forem realizadas de acordo com as exigências e necessidades das disciplinas que compões o currículo dos cursos ofertados.

O acervo da biblioteca é informatizado pelo programa JACAD BIBLIOTECA, controlando cadastro, consultas, o empréstimo e devolução.

A aquisição e atualização de livros e periódicos ou outros materiais pertinentes ao acervo, bem como os serviços da biblioteca, serão reguladas conforme o disposto no Regimento da Biblioteca (anexo do PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional).

9.7 DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

9.7.1 regulamento do núcleo de educação à distância-NEAD

CAPÍTULO I
Do Objetivo

Art. 1°. O presente regulamento institucional tem por objetivo organizar e disciplinar o Núcleo de Educação a Distância - NEAD da Faculdade Iguaçu

CAPÍTULO II
Da Definição

Art. 2º O Núcleo de Educação a Distância - NEAD é um órgão de apoio acadêmico, tecnológico e administrativo ao desenvolvimento das atividades de educação a distância da Faculdade Iguaçu, subordinado à Direção Geral, com competência para implementar as diretrizes para a educação a distância (EAD), bem como para garantir a implantação, implementação, desenvolvimento e aperfeiçoamento do processo educativo na modalidade a distância, por meio de ações didático-pedagógicas, tecnológicas e administrativas adequadas.

CAPÍTULO III
Das Finalidades

Art. 3º - O Núcleo de Educação a Distância (NEAD) tem como finalidades:

I – Disseminar a cultura da educação a distância (EAD), na Faculdade Iguaçu, implementando e dinamizando o uso de recursos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.
II – Acompanhar e assessorar as atividades do ensino a distância, utilizando como suporte a tecnologia, os recursos e a metodologia da educação a distância, articulado à pesquisa e à extensão.
III – Disponibilizar apoio técnico e pedagógico, para docentes e discentes que utilizam o ambiente virtual .
IV – Promover formações, visando à utilização de novas tecnologias da informação e comunicação no ensino e aprendizagem, bem como a permanente qualificação dos docentes, discentes e corpo técnico funcional.
V – Elaborar e definir cronograma de datas e prazo das avaliações presenciais, segunda chamada e exames das disciplinas ofertadas na modalidade EAD.
VI – Oferecer um espaço aos docentes para elaboração das aulas e atendimento aos discentes.

CAPÍTULO IV
Da Composição Do NEAD

Art.4º. O NEAD é constituído por uma equipe de no mínimo, 05 (cinco) professores/tutores e funcionários técnico-administrativos .

Parágrafo Único. A coordenação do NEAD será nomeada pela Direção Geral.

Art. 5º Compete ao coordenador do NEAD:

I - Convocar e presidir as reuniões do núcleo;
II - Implantar, coordenar e divulgar ações;
III - Representar o NEAD em todas as instâncias ou delegar sua representação;
IV - Encaminhar à Direção Geral planos de trabalho e relatório anual de atividades do NEAD;

CAPÍTULO IV
Das Atribuições Do NEAD

Art.6º. O NEAD é responsável pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Educação a Distância, por meio da Plataforma Moodle que disponibiliza suporte para essa modalidade de educação e que é de uso obrigatório, tanto para professores/tutores, como para discentes das disciplinas a distância.

Art.7º. São atribuições do NEAD, via coordenação didático/pedagógica e da equipe que o compõe:

I - Analisar semestralmente os resultados obtidos pelas disciplinas a distância por ele apoiadas na Avaliação do Processo Acadêmico dos cursos que compreende a Avaliação do Desempenho Docente e das Disciplinas à distância e a Auto/avaliação do aluno, detectando fragilidades a serem corrigidas e potencialidades a serem reforçadas.
II - Realizar reuniões com as Coordenações de Cursos, tendo em vista a análise dos resultados obtidos pelas disciplinas a distância por eles apoiadas na Avaliação do Processo Acadêmico dos cursos, o levantamento de alternativas de soluções para as fragilidades detectadas e as possibilidades de apoio do NEAD.
III - Estimular os docentes para a realização de projetos de pesquisa científica relacionados com a utilização da modalidade de Educação a Distância (EaD) na graduação.
IV - Manter articulação com a Comissão Permanente de Avaliação (CPA), responsável pela avaliação institucional interna da Faculdade Iguaçu, com a finalidade de integrar ações.
V - Elaborar Relatório Semestral das ações desenvolvidas pelo NEAD.
VI- Propor projetos de capacitação do pessoal técnico/administrativo e dos profissionais docentes envolvidos com o EAD.

CAPÍTULO V
Do Funcionamento

Art.8º. O NEAD realizará acompanhamento mensal da utilização das ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem em Educação a Distância, via emissão de relatórios, tendo em vista detectar as dificuldades de acesso aos recursos disponibilizados para professores/tutores e discentes e tomar as devidas providências.

Art. 9º O NEAD reunir-se-á mensalmente e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação de seu Coordenador .

§ 1º Será excluído do NEAD o membro que, sem motivo justificado, faltar a três reuniões consecutivas ou alternadas.
§ 2º As decisões do NEAD serão tomadas por maioria simples, observado o quórum de maioria absoluta, e em caso de empate, caberá ao Coordenador do NEAD o voto de desempate.

Art. 10. Situações não contempladas neste regulamento serão resolvidas pelo NEAD

Art. 11. Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Administração Superior-CAS, da Faculdade Iguaçu.

9.7.2 Do ambiente virtual do NEAD

Há a crença de que ao se adotar a utilização de tecnologias educacionais para apoio às suas aulas presenciais, determinados professores, estarão acrescentando mais um trabalho no seu dia a dia já tão ocupado. Isso porque há

uma ideia de que os alunos passariam a apresentar demandas não só nas salas de aula, mas também no ambiente de aprendizagem on-line. O que eles não sabem é que, ao contrário, isso pode, sim, otimizar o tempo deles. Por exemplo, imagine-se que um professor tenha preparado uma aula complexa, na qual ele já tenha percebido que muitos alunos possuem uma dúvida frequente em determinado ponto. Ele passa um bom tempo da aula explicando este conceito. Por que não utilizar o ambiente de aprendizagem e deixar disponível aos alunos a explicação desse conceito polêmico, para que eles possam acessar quantas vezes quiserem? Isso faria com que todos ganhassem tempo no momento presencial.

Uma sala de aula virtual funciona utilizando-se de um sistema e-learning, uma modalidade de educação através da qual se faz necessário o uso de um ambiente virtual de aprendizagem, na maioria das vezes disponibilizada através de uma plataforma EAD (educação a distância). A sala de aula virtual tem o intuito de proporcionar um fácil acesso ao conhecimento.

Basicamente, uma sala de aula virtual funciona com o ensino realizado através de meios eletrônicos. Transmite via Internet, informações e instruções aos alunos visando agregar conhecimento específico.

Na sala de aula virtual, as etapas de ensino EAD são pré-programadas, divididas em módulos e são utilizados diversos recursos como o e-mail, textos e imagens digitalizadas, aula gravadas pelos professores, fóruns de dúvidas, chats e links para fontes externas de informações, vídeos e teleconferências, entre outras.

A sala de aula virtual tem, normalmente, uma estrutura modular que permite a adaptabilidade e flexibilidade necessária da aprendizagem. A concepção dos conteúdos e os recursos tecnológicos escolhidos obedecem a uma metodologia pedagógica específica. Em particular, a utilização de áudios, de vídeos e de ferramentas de interatividade é crucial para criar engajamento e permitir uma experiência de aprendizagem ativa. Em muitos casos, a participação síncrona ou assíncrona de um tutor EAD é das mais benéficas para o processo de ensino e aprendizagem, que assim se torna muito personalizado.

Isto porque, o avanço tecnológico alterou profundamente a forma como as pessoas podem interagir entre si, visto que tudo ficou mais interativo e virtual. Deste modo, a educação também sofreu grandes transformações nesse sentido, visto que evoluiu a um patamar onde o ensino online passou a se tornar referência

e sinônimo de eficiência no processo de aprendizado. Assim como o avanço tecnológico mudou a forma com que as pessoas interagem entre si, na sala de aula virtual, por meio da tecnologia na educação, mudou a forma como as pessoas adquirem novos conhecimentos e habilidades.

São muitas as vantagens encontradas na **sala de aula virtual**, próprias para a EAD, das quais se destacam:

- Flexibilidade de horário, disponibilidade em tempo integral;
- Ritmo de aprendizagem definido pelo próprio aluno;
- Redução do tempo necessário para o aprendizado;
- Aprendizagem de um grande número de pessoas ao mesmo tempo;
- Facilidade de atualização dos conteúdos.

A sala de aula virtual atende alunos com disponibilidade de horários reduzida, otimizando assim todo o tempo livre, visto que a modalidade ainda promove uma combinação eficaz entre estudo e trabalho. Ela permite a permanência do aluno em seu ambiente profissional, cultural e familiar, oferecendo formação fora do contexto da sala de aula presencial tradicional.

Na sala de aula virtual, a gestão de tempo pode ser adaptada às necessidades de quem frequenta a formação. Assim como algumas empresas que possuem horários de funcionamento não correspondentes aos horários mais comuns, a sala de aula virtual poderá ser uma excelente adaptação.

A sala de aula virtual tem o poder de alcançar um público muito maior e mais variado que a presencial. Além disso, ela reduz barreiras de acesso de diferentes níveis de estudo, assim como aumenta a oferta de cursos. Oferece a oportunidade de formação adaptada às exigências atuais, principalmente para pessoas que não tiveram acesso à escolas tradicionais ou que não teriam como voltar a continuar a estudar se não fosse por esta modalidade.

O alcance da sala de aula virtual pode levar oportunidades a regiões onde a oferta de educação presencial é precária ou até mesmo inexistente. Cidades que não tem um grande desenvolvimento, por exemplo, podem ter um polo de uma IES à distância, beneficiando assim toda a população local. A sala de aula virtual pode ser considerada uma ferramenta de inclusão social, pois dá oportunidades também

à portadores de deficiências físicas, por exemplo, que não tem a facilidade de deslocação de suas casas até uma instituição de ensino presencial.

Na sala de aula virtual há ainda uma menor necessidade de contratação de novos colaboradores, e não existem despesas de deslocação ou de dispensar os colaboradores do seu local de trabalho durante o horário de trabalho.

A sala de aula virtual funciona a partir de um sistema de gestão de aprendizagem, também conhecido como LMS, ou Learning Management System. A partir de uma plataforma LMS, por exemplo, é possível simular uma verdadeira sala de aula virtual através de diversos recursos e funcionalidade que tornam essa modalidade de educação cada vez mais eficiente e inovadora bem como o novo perfil de pessoas desenvolvido com o avanço dos modelos tecnológicos.

O ponto fundamental desta é a possibilidade total de interatividade a partir de diversos recursos tecnológicos que proporcionam um excelente meio de comunicação entre um aluno, o seu tutor EAD e o próprio ambiente de aprendizagem virtual no que se refere a conteúdos, as etapas de conhecimento, entre outros.

Os Benefícios de uma sala de aula virtual própria para EAD, proporciona:

- Maior foco no aluno e em suas necessidades de aprendizagem;
- Conteúdos atualizados de forma simples e rápida;
- Possibilidade de personalização de conteúdos;
- Flexibilidade de tempo e espaço;
- Possibilidade de ter alunos de qualquer lugar do Brasil;
- Possibilidade do tutor EAD personalizar suas ações de acordo com cada aluno;
- O próprio aluno escolhe o ritmo de aprendizado (não é necessário definir datas e horas para aprender);
- Possibilidade de mensuração do rendimento de alunos através de relatórios EAD;
- Desenvolvimento de capacidades e habilidades de auto-aprendizagem.

9.8 DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DE PROFESSORES

À medida que o tempo passa a Educação à distância vem ocupando espaço. Para assegurar a qualidade do ensino nesta modalidade, o Ministério da Educação elaborou referenciais para que as instituições possam se guiar. Entre essas referências, está criação da "Equipe Multidisciplinar", encarregada em desenvolver o Projeto e efetuar os demais processos no desenvolvimento e execução dos cursos. Por desempenhar um papel fundamental na EAD, a Equipe Multidisciplinar deve ser cuidadosamente formada para que possa desempenhar seu papel com eficácia.

Observa-se que no decorrer dos trabalhos a equipe multidisciplinar é fundamental do desenvolvimento dos cursos na modalidade à distância, mesmo ainda não sendo uma prática concreta em todas as instituições devendo, portanto, ser adotada como condição sine qua non para formação dos cursos na modalidade EAD.

Há de se considerar, que na equipe multidisciplinar:

a. Há uma soma dos conhecimentos setorizados de forma que cada profissional possa colaborar igualmente no processo de inclusão, cada um com seu conhecimento específico.

b. O trabalho é feito por um conjunto de especialistas, em diversas áreas, trabalhando em equipe, em busca de um objetivo comum.

c. O trabalho realizado por cada um dos profissionais envolvidos deve ser interligado por uma postura de cooperação, pela composição de um diálogo conjunto e participativo.

d. As discussões devem ser legitimadas como importantes para que exista uma soma de saberes para criar estratégias para beneficiar os alunos

A equipe multidisciplinar se valida na medida em a educação a distância constitui-se numa modalidade de ensino que requer preparo e não admite improvisação. A equipe que atua nos processos de EaD precisa aprender a lidar com uma nova forma de ensinar e aprender, afinal o currículo na modalidade EaD requer uma dinâmica diferenciada em relação ao presencial

Portanto, há de se prover uma capacitação bem estruturada que proporcione aos envolvidos na equipe a aquisição de competências técnicas,

desenvolvimento de habilidades e atitudes, enfatizando o desempenho individual e coletivo..

Entende-se que os resultados de um plano de capacitação são colhidos ao longo do tempo. O importante, é que cada colaborador ao entrar na instituição, consiga entender o seu trabalho e como ele pode contribuir com a missão organizacional e agregar diferenciais nas atividades de educação a distância desenvolvidas. Ao produzir aprendizado contínuo, é possível alavancar novas oportunidades.

9.8.1 Composição da Equipe Multidisciplinar do Curso de Administração

Lisiane Gruhn Colussi	Mestrado em Educação
Sandra Luzia Justen Amaral	Especialização em Educação Especial: Área da Deficiência Intelectual
Nelson Luiz Posseti	Mestrado em Educação
Rita de Cassia dos Santos Lima	Mestrado em Educação
Kelly Lissandra Bruch	Doutorado em Direito Privado.

9.9 DA EQUIPE DE PROFESSORES DO CURSO DE PEDAGOGIA -EAD

Nome	Titulação	Regime de Trabalho	Experiência Mag. Superior	Experiência Não Acadêmica
Andrea Carla Guimaraes de Meira	Mestrado em Educação	Parcial	4	16
Andreia Schallenberger	Especialização Em Gestão Na Educação Do Campo	Horista	5	2
Cacilda Zafaneli	Mestrado em Comunicação e Semiótica	Integral	38	5
Daize Raquel Pereira	Especialização em Neuropsicopedagogia.	Parcial	2	7
Ines Tochetto	Especialista	Parcial	1	5
Ivani Maria Quanz da Rosa	Especialização em Educação Especial e Inclusiva	Integral	1	5
Jussieli Gregol Steinhorst	Mestrado Em Gestão Organizacional e Desenvolvimento Regional	Integral	6	3
Lisiane Gruhn Colussi	Mestrado em Educação	Horista	2	5
Lucas Wolf	Doutorado em Química	Parcial	7	5
Morgana Garda de Oliveira	Mestrado em Educação	Parcial	2	4
Nelson Luiz Posseti	Mestrado em Educação	Integral	46	20
Rita de Cassia dos Santos Lima	Mestrado em Educação	Parcial	4	10
Sandra Luzia Justen Amaral	Especialização em Educação Especial: Área da Deficiência Intelectual	Parcial	1	5
Alan Ricardo Parckert Bruch	Especialização em Tecnologia JAVA.	Integral	5	7

9.10 DA COORDENAÇÃO DO CURSO

SÍNTESE CURRICULAR	
PROFESSOR (A): RITA DE CASSIA DOS SANTOS LIMA	
CPF: 886.568.107-15	
1. TITULAÇÃO ATUAL: Mestrado	
2. FORMAÇÃO ACADÊMICA:	
2.1. Graduação: **Pedagogia**	**2.2. Pós-Graduação:** **- Mestrado em Educação – UNOESTE/PR.** **- Especialização em Educação para as Relações Etnicorraciais. UNOESTE/PR**

3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:	
3.1. Docente: - Professora na Educação Básica e Fundamental. - Professora no Ensino Superior	**3.2. Não-Docente:** Chefia de Gabinete - Prefeitura Agente Técnico Administrativo
3.3. Disciplina (s) que leciona ou já lecionou: **CURSO DE GRADUAÇÃO** Educação de Jovens e Adultos Educação para as Relações Etnicorraciais Planejamento Educacional no Brasil	**3.4. Outras Informações Relevantes:** -

10-AVALIAÇÃO DO CURSO

No tocante ao processo de avaliação institucional a ser adotado pela Faculdade Iguaçu, serão considerados os seguintes elementos norteadores: O PAIUB (Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras), as Comissões de Especialistas da SESu, o Exame Nacional de Cursos hoje efetivados via ENADE e SINAES, o INEP sob os efeitos da recente legislação sobre avaliação institucional, mediante processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento.

A Faculdade Iguaçu considera que estes são instrumentos e mecanismos que estão levando as instituições a *prestar contas* de suas ações à sociedade em geral, aos pais dos alunos e aos próprios alunos em particular. Estes últimos são, na verdade, os maiores interessados em saber *qual o tipo de ensino que cada instituição está oferecendo, antes de decidir se inscrever no processo seletivo (vestibular).*

A avaliação, ou avaliação interna dos cursos é desenvolvida pelos integrantes da própria instituição e coordenada pelos colegiados de professores, NDE e CPA. Ë um momento de reflexão e um estudo crítico de cada curso, sobre suas diversas dimensões, resultando num relatório crítico que reflita a percepção de si mesmo.

Estas preocupações se juntam a Auto/avaliação institucional realizada nos seguintes níveis: Cursos, disciplinas, desempenho dos docentes, de alunos, desempenho técnico-administrativo e gestão universitária.

No Projeto de Avaliação Institucional apresentado pela Faculdade Iguaçu, considera-se que a arte do ensinar a fazer e resolver situações novas e nunca vividas, o professor compartilha seus conhecimentos respeitando as diferenças culturais, habilidade motora e capacidade de expressão de cada aluno.

Por conseguinte, o professor precisa estar atento as inovações, as necessidades do mercado e as condições de aprendizagem dos alunos, tornando-se dinâmico e motivador. Por isso, anualmente, o Colegiado do Curso de Pedagogia, promoverá junto a comunidade acadêmica a avaliação da coordenação do curso, do rendimento geral e individual dos professores, dos pontos positivos e negativos de cada disciplina do Curso.

As considerações apresentadas com maior frequência serão repassadas aos professores para que os mesmos possam *refletir sobre sua prática pedagógica*, objetivando aperfeiçoar, consequentemente, seu *fazer docente*.

Ainda é proposta do Curso de Administração, Pedagogia e Processos Gerenciais, a realização de avaliação dos serviços prestados pelos Cursos aos alunos e à comunidade, bem como a auto/avaliação do corpo docente, reconhecendo suas habilidades, capacidades e *fraquezas*.

Como forma de manter a qualidade do ensino, o Curso de Pedagogia, estará permanentemente avaliando suas atividades através de informações colhidas habilmente, visando obter indicadores precisos acerca do padrão de qualidade do ensino oferecido.

Para o atendimento deste requisito, o curso de licenciatura em Pedagogia apresenta em seu PP o projeto de avaliação interna que objetiva constituir-se num processo de discussão permanente entre a comunidade acadêmica, visando obter uma auto/avaliação de todas as atividades compreendidas no ensino, na pesquisa e na extensão.

A avaliação consequente da implementação do projeto e efetivado pelo próprio curso, será uma prioridade, uma vez oportunizar a reflexão concreta sobre o aprendizado e crescimento do Curso. O valor pedagógico desse processo será proporcional ao empenho de quem o executará e à participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, tornando-o mais democrático e participativo. Seus resultados servirão de referência à adoção de práticas para a melhoria de processos e resultados do Curso.

Assim, a avaliação interna do Curso de Pedagogia se caracteriza de conformidade ao disposto no próprio projeto já mencionado, por entender que uma avaliação, tanto como forma de prestação de contas à sociedade quanto como parte componente do planejamento estratégico direcionador de mudanças, é um processo institucional de reflexão.

Espera-se que, considerando um conjunto de informações e opiniões coletadas, a IES possa analisá-las e dimensioná-las para planejar uma melhor adequação das atividades acadêmicas, administrativas e sociais.

A Faculdade Iguaçu sabe que a Avaliação Institucional e de seus cursos, por si só, não irá resolver seus problemas macro estruturais, mas sua comunidade acadêmica não pode alienar-se do processo avaliativo. Cabe, portanto, a todos nela envolvidos, darem conta deste objeto antes que a concepção sobre o valor da IES estreite-se perigosamente, ficando restrita aos limites da Instituição.

A Avaliação Institucional no seu todo, como organizador forte, quando legitimada pela IES traz por dentro do processo, o fenômeno do *repensar-se*, fruto

da reflexão e da análise crítica de suas forças e fraquezas frente à sociedade com a qual a comunidade acadêmica precisa estar sempre comprometida.

Cabe, portanto, à Faculdade Iguaçu, reafirmar sua Cultura de Avaliação onde o processo tenha como finalidade a construção de uma IES voltada para os desafios do século XXI e cada vez melhor.

Entende-se que o êxito de uma Instituição, principalmente *daquela* inserida no âmbito da educação, está diretamente associado à sua capacidade de auto/percepção de estar constantemente ouvindo as "novas vozes" interno-externas envolvendo sua organização e a dinâmica de seus procedimentos.

Ao instituir seu programa de avaliação permanente, a Faculdade Iguaçu descortina o alcance de seus propósitos e as implicações que estes evidenciam com a sociedade na qual se insere e à qual deve apresentar resultados positivos. Melhor dizendo:

A- O sucesso de uma instituição o de um curso está amplamente condicionado aos esforços e investimentos voltados à avaliação de si mesmo;

B - de seus processos e da análise crítica de seus resultados, e

C - da fidelidade dos objetivos a que se propõe.

Neste contexto, o projeto de avaliação do curso de Pedagogia apresenta-se como instrumento delineador da política de Avaliação Institucional da Faculdade Iguaçu, objetivando o *caminhar* em direção à melhoria da qualidade de seus *serviços educacionais*.

Outrossim, atende também à política de avaliação das instituições de ensino superior estabelecidas pelo MEC, cumprindo os princípios básicos que devem regê-la, tais como:

a) da **credibilidade**, fundado na competência técnica e na fidedignidade dos dados e evidências usadas;

b) o da **legitimidade**, decorrente de sua relevância social e instrumental para a Qualidade da formação oferecida;

c) o da **transparência** dos procedimentos, critérios e resultados, e;

d) o da **participação**, a começar pelo caráter voluntário e aberto que as avaliações devem ter.

Salienta ainda que os órgãos diretivos da Faculdade Iguaçu têm consciência de que é preciso empreender um projeto didático-pedagógico diferenciado para se conseguir galgar os graus de qualidade, construído de maneira segura e em termos progressivos, o seu amanhã curricular.

A Faculdade Iguaçu faz a opção pela avaliação institucional permanente, forma de busca incessante por melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão de maneira democrática, dialogada e resultante de procedimentos organizados, executados e avaliados, sobretudo, pela CPA.

A qualidade almejada será a consequência natural desse processo, seja no ensino oferecido, seja nos projetos de extensão, e mesmo na dimensão da pesquisa. Isto implica na interação entre dirigentes, corpo docente – discente, funcionários e comunidade externa, todos os irmanados no ideal de apresentar à sociedade, um ensino superior condizente às expectativas e apto em responder aos desafios do mundo contemporâneo.

A Avaliação permanente aludida, poderá ser compreendida dentro de um processo mais amplo de avaliação a ser implementado na Instituição visando criar uma *cultura de avaliação permanente* será desenvolvida em 6 (seis) etapas, detalhadas mais adiante.

Confirma-se que tanto a Direção da Faculdade, como professores, alunos e demais agentes envolvidos, deverão colaborar ativamente com as atividades de avaliação, de maneira a tornar o processo participativo, coletivo, autônomo, livre de ameaças, crítico e transformador dos sujeitos envolvidos e da instituição.

Professores, alunos, funcionários administrativos, deverão constituir a tríade de um processo, respondendo questionários, registrando os aspectos positivos e negativos da Instituição, assim como de seus cursos, discutindo em grupo os problemas de ensino e também dando sugestões sobre as mudanças que devem ser introduzidas no ensino e na instituição como um todo.

Numa perspectiva futura, participarão como convidados, empregadores e ex-alunos, para colaborarem nesse processo de Avaliação Institucional, dando a sua opinião sobre o papel social da instituição. Os seminários de avaliação serão realizados semestralmente, de conformidade ao estabelecido no projeto próprio.

Por exemplo: os projetos didático-pedagógicos dos cursos da Faculdade Iguaçu serão objeto de Seminários a serem realizados antes do início de cada semestre letivo. Nessas ocasiões, usando os indicadores estabelecidos pelo

Ministério da Educação, serão realizados debates e painéis sobre o estado em que se encontrar o curso e o ideal a ser alcançado.

De maneira prática, será feita uma revisão dos conteúdos e procedimentos curriculares do período anterior, bem como o planejamento para a etapa seguinte, estando aberta a discussão para a (re)formulação dos cursos oferecidos pela instituição.

Logo, na qualidade de processo permanente, a avaliação será utilizada como um instrumento para identificar problemas, para corrigir erros e para introduzir as mudanças que signifiquem uma melhoria imediata da qualidade do ensino e da instituição.

O uso de *portfólios* para avaliar os docentes e os alunos, deverá ser um procedimento estratégico a ser utilizado para melhorar a qualidade do ensino e da instituição como um todo.

Em editais públicos, serão divulgados os resultados significativos paralelamente ao processo de avaliação institucional. O Núcleo de Apoio Pedagógico, a par dos resultados desenvolverá um conjunto de atividades, tais como cursos de curta duração, seminários e reuniões, com o objetivo de capacitar os docentes visando a introdução das mudanças necessárias no currículo e outras providências necessárias.

A sistemática de avaliação adotada visa atender ao aprimoramento da qualidade dos diversos cursos ofertados pela Instituição, buscando realizar um trabalho de avaliação de desempenho através da aplicação de questionários destinados a coletar informações que respondessem às inquietações acadêmicas pertinente ao desempenho docente, aproveitamento discente da aprendizagem, meios e recursos necessários ao desenvolvimento das atividades educacionais.

10.1 Objetivos

a) Identificar o significado de avaliação institucional no âmbito educacional, através de procedimento de avaliação formativa (contínua) que venha possibilitar a melhoria da qualidade no desenvolvimento das atividades da IES.
b) Selecionar e aplicar instrumentos de avaliação facilitadores do processo de realimentação educativa para as mudanças da qualidade institucional.

c) Realizar investigações contínuas no âmbito de todas as áreas de funcionamento da IES com ênfase no desempenho dos coordenadores, professores e alunos.
d) Avaliar os projetos pedagógicos dos cursos visando a melhoria da qualidade dos mesmos, das atividades desenvolvidas nos projetos de ensino, pesquisa e extensão.
e) Diagnosticar constantemente cada curso, visando a identificação de seus problemas, das mudanças necessárias e as inovações exigidas pelo mercado de trabalho.
f) Sensibilizar os diferentes segmentos: professores, funcionários e alunos, para a importância da avaliação como instrumento de melhoria da qualidade e como recurso a ser utilizado para prestar contas aos próprios alunos, seus pais e a sociedade em que o curso a ser reconhecido está inserido.
g) Diagnosticar, permanentemente, as atividades curriculares e extra/curriculares a fim de verificar de que maneira elas atendem as necessidades do mercado de trabalho.
h) Propor mudanças do projeto pedagógico ouvindo os alunos, professores e funcionários técnico-administrativos e estimulando-os a participarem ativamente do processo.

10.2 MODELO ILUSTRATIVO DE QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E AUTO/AVALIAÇÃO DOCENTE

QUESTIONÁRIO AUTO-APLICATIVO DE AVALIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA, SERVIÇOS DE APOIO E ATENDIMENTO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Questionário de auto-avaliação do professor e de sua disciplina

Sr(a) Professor(a),

Cremos que você provavelmente gostaria de colaborar para a consolidação da qualidade da Faculdade Iguaçu. Respondendo a este instrumento de investigação você estará apontando para questões relevantes deste processo participativo. Pela colaboração, muito obrigado!

Professor(a):

Disciplina:	**Curso:**	**Período:**		
Classifique como: O = ÓTIMO B = Bom R = Regular I = Insuficiente	**O**	**B**	**R**	**I**
1 Os conteúdos 'trazidos' pelos alunos necessários para o bom andamento de sua disciplina.				
2 A relação ética professor/aluno em sala de aula.				
3 O desempenho dos alunos na aprendizagem teórico-prática.				
4 A predisposição dos alunos à interdisciplinaridade no desenvolvimento dos conteúdos de sua disciplina.				
5 A participação e colaboração dos alunos em sala de aula.				
6 O espírito de iniciativa, a criatividade e a produtividade da turma				
7 O cumprimento do horário e assiduidade da turma como 'um todo'.				
8 A melhoria do ensino/aprendizagem fruto da análise realizada com a turma, após as avaliações.				
9 O alcance dos objetivos enunciados para a disciplina.				
10 O aproveitamento da infra/estrutura dos laboratórios na disciplina.				

INSTITUCIONAL				
11 A sua produção científica e atividades de extensão.				
12 O acervo bibliográfico da Instituição, referente à disciplina.				
13 Os recursos audiovisuais disponibilizados aos procedimentos metodológicos no atendimento às aulas.				
14 Os recursos em novas tecnologias (TICs) para a melhoria do ensino/aprendizagem na disciplina.				
15 A atuação da coordenação didático/pedagógica do curso.				
16 A participação na Gestão acadêmica colegiada no curso.				
17 A condução das questões acadêmicas institucionais pelos gestores acadêmico/administrativo.				
18 A discussão e implementação do Projeto Pedagógico do Curso.				
19 O seu envolvimento e colaboração profissional com a Instituição.				
20 A qualidade do atendimento dos serviços dos órgão de apoio (secretaria, biblioteca...).				

11 - AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

A avaliação do Projeto Pedagógico ocorre a partir da sua elaboração até a sua execução, juntamente com o desenvolvimento das atividades descritas no projeto, ou seja, uma avaliação formativa e não apenas somativa.

Assim, considerando que deve ser resultado de um trabalho em equipe, envolvendo setores 'chaves' da IES, professores e representantes discentes, o Curso promoverá Fóruns de Discussões para avaliação do Projeto Pedagógico.

Nestes eventos serão considerados aspectos como desempenho dos trabalhos, comprometimento da comunidade na elaboração do projeto, sua abrangência, sua adequação à realidade da escola e principalmente se este projeto está dando perspectiva à IES de ser produtora de Ensino, Pesquisa e Extensão, de serviços de qualidade e eficiência para sua comunidade.

Dentre os fatores a serem avaliados em reuniões para que se atinjam os objetivos explicitados no Projeto Pedagógico, tem-se:

- Avaliação do perfil do aluno ingressante no Curso de modo a integrá-lo perfeitamente no ambiente acadêmico;
- Analisar as perspectivas de mercado de trabalho e direcionar o aluno durante sua formação para que este possa chegar ao término do Curso em condições de atuar técnica, cientifica, ética e moralmente;
- Avaliar e acompanhar as tendências evolutivas das áreas de conhecimento para fomentar o aluno durante sua formação;
- Avaliar se as finalidades a que se presta o Curso estão sendo atingidas, como os objetivos, diretrizes de trabalho, programas institucionais, políticas públicas e publicações de órgãos de classe;
- Avaliar se os programas, planos de gestão e a avaliação institucional estão sendo efetivos;
- Avaliar as estruturas de apoio ao discente, como instalações, equipamentos, materiais e funcionários no desempenho de suas funções;
- Avaliar por meio dos instrumentos pertinentes os processos de ensino/aprendizagem, relação aluno/professor, programas de ensino e rendimento escolar;

- Avaliar os resultados, padrões de desempenho dos alunos ao final de cada ano e, inclusive, a avaliação dos mesmos no exame nacional de Cursos;
- Reavaliar periodicamente o índice de evasão e reprovação, identificando suas causas;
- Acompanhar, avaliar e auxiliar o comportamento profissional dos egressos;
- Auto/avaliação de alunos e professores.

12-DAS ATIVIDADES TEÓRICO/PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO E COMPLEMETARES DO CURSO DE PEDAGOGIA VIA EAD - LICENCIATURA

12.1 DAS ATIIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares são componentes curriculares enriquecedores e implementadores do perfil do formando, possibilitam interação teoria e prática e o incentivo à construção de conhecimentos, consubstanciando a flexibilização curricular e a interdisciplinaridade por meio da formação complementar do estudante.

CAPITULO I
DA REGULAMENTAÇÃO

Art. 1º O presente Regulamento disciplina os procedimentos para oferta, validação e registro das atividades teórico-práticas de aprofundamento do Curso de Pedagogia EaD – Licenciatura e fixa suas diretrizes.

CAPÍTULO II
DAS ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO

Art. 2º. As Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento devem ser cumpridas durante a integralização do Curso, devendo o estudante entregar à Coordenação do Curso, os comprovantes de participação para exame, aprovação e registro.

§ 1º. Os comprovantes devem ser entregues à Coordenação do Curso .

§ 2º. Somente serão aceitos dos estudantes, os comprovantes emitidos com data a partir do seu ingresso no curso.

CAPÍTULO III
DOS CONCEITOS, OBJETIVOS E FINALIDADES

Art. 3º. Consideram-se Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento as realizadas de forma a complementar a formação profissional, humana e ética do estudante, atividades de pesquisa, extensão, ensino, de fundos sociais, culturais e filantrópicos.

Art. 4º. As Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento possuem os seguintes objetivos:

I. Permitir o desenvolvimento de habilidades teórico-prática, visando uma melhor qualificação do futuro profissional;
II. Permitir o desenvolvimento cultural, humano e ético por meio da aquisição de conhecimentos em outras áreas de atuação profissional e interação com outros profissionais.

Artigo 5º. As Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento têm a finalidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem envolvendo:

I- a complementação da formação social e profissional;
II- as atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo;
III- as atividades de monitoria e de iniciação científica e tecnológica;
IV- as atividades esportivas e culturais, além de intercâmbios com instituições congêneres.

CAPÍTULO IV
DA NATUREZA DAS ATIVIDADES

Art. 6º. Compete à Coordenação do Curso de Pedagogia EaD a aprovação das propostas de Atividades Teórico- Práticas de Aprofundamento apresentadas pelo estudante, respeitando os critérios adotados pelo Regulamento vigente.

Art. 7º. Compete à Coordenação do Curso a validação das atividades mediante comprovação por documentação ou declarações, devidamente autenticados pelo órgão promotor do evento, contendo:

I. Nome do estudante que realizou e/ou participou da Atividade;
II. Assunto
III. Período do evento;
IV. Carga horária;
V. Assinatura do Responsável pelo evento;
VI. Carimbo e assinatura do responsável pelo setor e/ou proprietário da empresa.

Parágrafo único. As fotocópias dos documentos comprobatórios das Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento dos estudantes, devidamente conferidas, ficam anexadas nos arquivos da Coordenação do Curso.

Art. 8º. As Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento não podem ser realizadas em empresas e/ou instituições com vínculo familiar ou vínculo empregatício, exceto se a atividade complementar for realizada em setor distinto da área de atuação na empresa.

CAPÍTULO V
DOS CAMPOS DAS ATIVIDADES

Art. 9º. Constituem campos para a realização das Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento:

I. instituições de ensino;
II. escolas de ensino infantil e ensino fundamental;
III. congressos, jornadas, simpósios e cursos;
IV. projetos de pesquisa, extensão e/ou ensino;
V. centros comunitários;
VI. monitoria, projetos e estágios não-obrigatórios em instituições educacionais;

VII. participação em ações sócio/educativas;
VIII. realização de cursos, minicursos, oficinas, workshops como participante, organizador ou ministrante;
IX. publicação de resenhas e artigos em periódicos científicos da área;
X. participação em conselhos, comissões e diretório acadêmico;
XI. atividades filantrópicas (projetos, campanhas, serviço eleitoral, participação em corpo de jurados e outros eventos de caráter comunitário).

CAPÍTULO VI
DA CARGA HORÁRIA

Art. 10. A distribuição da carga horária das Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento e suas respectivas equivalências dar-se-ão, obrigatoriamente, da seguinte forma:
1

GRUPO 1 - ATIVIDADES DE ENSINO - ATÉ 50 Horas		
ATIVIDADES	**CARGA HORÁI**	**COMPROVANTES EXIGIDOS**
Visitas Técnicas (visitas em estúdios, empresas, feiras e eventos relacionados ao curso).	Até 05 horas por visita	Apresentação do relatório escrito e declaração de visita expedido pelo responsável pela visita.
Trabalhos/artigos publicados em revistas, jornais, anais de eventos científicos, individual ou em grupo, de assuntos relativos à área do curso	Até 05 horas por artigo	Cópia de 1(um) exemplar do trabalho publicado.
Participação efetiva na empresa Júnior do Curso por período não inferior a um semestre.	Até 10 horas	Xerox de atas sobre reuniões nas quais se fez presente e/ou de eventos organizados e realizados pela Empresa Junior
Exercício de monitorias em disciplinas que compõem o currículo do curso.	Até 10 horas	Apresentação do relatório descritivo sobre o cumprimento do cronograma de atendimento.
Participação em Semanas Acadêmicas em áreas afins na própria instituição.	Carga horária proporcional à frequência.	Certificado emitido pela instituição.
Participação em Semanas Acadêmicas em áreas afins em outras instituições.	Até 05 horas se houver 100% de frequência	Certificado emitido pela instituição.
Participação em cursos do programa de nivelamento proporcionado pela IES	Até 05 horas por curso	Declaração emitida pela instituição responsável pelo programa.
Leitura de livros técnicos ou outros, sugeridos por professores ou pela Coordenação de Curso	Até 05 horas por livro	Resenha, incluindo título, autor, editora e opinião crítica sobre o mesmo.
Leitura de capítulos de livros técnicos ou outros sugeridos por professores ou pela Coordenação de Curso	Até 02 horas por capítulo.	Dados: Título do livro, autor, editora e o resumo crítico de cada capítulo lido. Máximo 5 capítulos.
Leitura de matérias publicadas em jornais, revistas ou periódicos, referentes ao área do curso ou disciplinas da grade.	Até 01 hora por artigo. No máximo 5 matérias.	Anexar o recorte original ou cópia do artigo e/ou matéria publicada. Apresentar resumo crítico com no mínimo 10(dez) linhas, máximo 02(duas) páginas
Disciplinas cursadas em outras instituições e não aproveitadas para equivalência	Até 20 horas	Histórico escolar

Assistir defesas de TCC (trabalhos de conclusão de curso) na instituição, desde que pertinentes à área do curso.	Carga horária proporcional à frequência	Assinatura das listas de frequência
Participação em grupos de estudos	01 ponto por hora	Comprovante expedido pelo professor organizador
GRUPO 2 - ATIVIDADES DE PESQUISA - ATÉ 50 H/A		
Atividades culturais: Análise de filmes temáticos e documentários assistidos no cinema, em DVD ou pela internet.	Até 02 horas por atividade. No máximo 5 atividades	Apresentação de relatório com, no mínimo 1(uma) página, revelando o título, atores e a contextualização aplicativa do conteúdo do roteiro.
Pesquisa⇔ação sobre atividades culturais: teatro, feiras, exposições.	Até 05 horas por atividade	Apresentação de fotos e análise crítica sobre o evento.
Apresentação de trabalhos de iniciação científica e painéis em eventos científicos ou seminários na área de formação	Até 05 horas para cada apresentação	Declaração ou certificado emitido pela comissão organizadora
Participação em projetos de pesquisa e/ou de iniciação científica orientada por docente da Faculdade	Até 10 horas por projeto	Declaração de participação e relatório em forma de 'paper'.
GRUPO 3 - ATIVIDADES DE EXTENSÃO - ATÉ 50 H/A		
Participação em cursos extra-curriculares (línguas, extensão, treinamento), congresso, confe-rência, palestra...	Máximo de 05 h para cada curso ou evento.	Atestado ou Certificado comprovando a participação, carga horária, frequência e grau de desempenho.
Trabalho realizado por convocação da Justiça Eleitoral.	Até 5 horas por evento.	Apresentação da declaração da Justiça Eleitoral
Participação efetiva em júris, como jurado	Até 5 horas por júri	Apresentação da ata ou declaração emitida pelo juiz responsável.
Participação em eventos internos e externos: participação em seminários, cursos, palestras, minicursos, oficinas, laboratórios ou outros eventos organizados pela Instituição de Ensino	Até 05 horas por evento. Máximo 3 (três) eventos	Atestado ou Certificado comprovando a carga horária e a participação, especificando frequência e desempenho.
Organização de eventos internos e externos: participação na organização de seminários, cursos, palestras, minicursos, oficinas, laboratórios ou outros eventos externos.	Até 5 horas por evento. Máximo de 3 eventos.	Atestado ou Certificado comprovando a carga horária e a participação, especificando frequência e desempenho.
Entrevistas (gravadas) com pessoas consideradas referências em assuntos relativos ao curso.	Até 02 hora por entrevista, sendo no máximo 3 entrevistas	Declaração emitida pelo entrevistado .e copia em CD da entrevista.
Atuação como Representante de turma ou representante acadêmico em órgãos colegiados, CPA e outros, mediante convocação da Direção ou Coordenadoria de Curso por período não inferior a 1(um) ano	Até 05 horas	Comprovante da designação, via cópia da Resolução ou Ato Executivo emitida pela Diretoria Geral da IES.
Palestras ou cursos acessados *on line* disponibilizadas em sites	Até 02 hora por evento. Máximo de 3 eventos.	Apresentação de resumo crítico da palestra ou curso assistido, nome e mini/currículo do(a) pales-trante, horário, tema da palestra ou curso, endereço na web e data do acesso.
GRUPO 4 - ATIVIDADES TRANSDISCIPLINARES, DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E INTERESSE COLETIVO - ATÉ 50 H/A		

Comissão organizadora de campanhas de solidariedade e cidadania	Até 05 horas por evento. Máximo de 3 eventos	Declaração de participação emitida pela Instituição promotora do evento, mais o relatório descritivo do evento, número de horas e o parecer sobre os benefícios proporcionados pela atividade.
Atividades beneficentes, tais como: doações: para instituições filantrópicas, desde que, sejam elas previamente cadastradas junto à IES.	Os artigos doados deverão ser conver-tidos em horas conforme tabela abaixo: 05 livros 05 kg alimentos 05 peças de roupas 05 brin-quedos	Declaração emitida pela entidade cadastrada sobre as doações e relatório descritivo sobre os itens e a quantia respectiva.
Realizações de atividades de Responsabilidade Social, Ambiental ou Cultural, tais como: campanhas de arrecadação de alimentos, doação de sangue ou qualquer outro trabalho social relevante à formação cidadã do estudante.	Até 05 horas por evento. Máximo de 3 eventos	Comprovante de realização da atividade
Participação efetiva em atividades de trabalho voluntariado/ comunitário tais como: ONGS, Projetos de responsabilidade social nas empresas, questões ligadas à cidadania, educação, qualificação e formação profissional, saúde, creches, asilos, etc.	Até 5 horas por evento. Máximo de 3 eventos.	Declaração expedida pela Instituição respectiva. conteúdo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, a data, horário e o local.
Prestação de serviços à comunidade: participação em atividades que possibilitem a transferência à comunidade do conhecimento gerado no âmbito do curso.	Até 05 horas	Declaração expedida pela instituição/órgão beneficiado pela prestação de serviços, constando, a natureza, a carga horária utilizada e o (s) dia (as).
Participação em atividades artísticas, culturais e esportivas, tais como: Grupo de teatro, de dança, coral, círculo literário, grupo musical ou membro de equipe esportiva, envolvendo ensaios, treinos e apresentações ou torneios.	Até 02 horas por evento. Máximo de 3 participações.	Ingressos, certificados e/ou outro material impresso oficial que comprove a ida do estudante aos eventos ou declaração de participação emitida pela Instituição organizadora e promotora. Apresentação de relatório.
Qualquer outra atividade que o discente julgue importante para sua formação complementar poderá ser individualmente avaliada pela coordenação de curso e, se aprovada, merecerá atribuição de carga horária.	Até 02 horas por evento. No máximo 2 eventos.	Comprovante de participação no evento.
Realização de atividades de incentivo à inclusão social, educacional, empregabilidade.	Até 02 horas por atividades. Máximo de 2 eventos.	Comprovante de participação no evento.
Participação em projetos de pesquisa e/ou de iniciação científica orientada por docente da Faculdade.	Até 05 horas por projeto.	Declaração de participação e relatório em forma de paper.
Participação em campanhas de arrecadação de livros ou brinquedos para doação à instituições escolares, desde que previamente cadastradas junto à IES.	Os artigos doados deverão ser convertidos em horas conforme tabela	Declara emitida pela entidade cadastrada sobre as doações e relatório descritivo sobre os itens e a quantia respectiva.

	abaixo: 05 livros de litera-tura geral 10 revistas 05 brin-quedos 05 livros infanto-juvenil	
Realizações de atividades de Responsabilidade Social, Ambi-ental ou Cultural, tais como: Campanhas de arrecadação de alimentos. Doação de sangue ou qualquer outro trabalho social relevante à formação ética do estudante.	Até 05 horas por evento. Máximo de 3 eventos	Comprovante de realização da atividade
Participação efetiva em atividades de trabalho voluntariado- comunitário envolvendo ONGS, Projetos de responsabilidade social, questões ligadas à cidadania, educação, qualificação e formação profissional, saúde, creches, asilos, etc.	Até 5 horas por evento. Máximo de 3 eventos.	Declaração expedida pela Instituição atendida contendo o *tipo* de atividade e a carga horária desenvolvida, a data, horário e o local.
Participação em atividades artísticas, culturais e esportivas, tais como: Grupo de teatro, de dança, coral, círculo literário, grupo musical ou membro de equipe esportiva, envolvendo ensaios, treinos e apresen-tações ou torneios.	Até 05 horas por evento. Máximo de 2 participações.	Ingressos, certificados e/ou outro material impresso oficial que comprove a ida do estudante aos eventos ou declaração de participação emitida pela Instituição organizadora e/ou promotora. Apresentação de relatório.
Atividades de iniciação à docência em salas do ensino fundamental (anos iniciais do Ensino Fundamental e nos cursos de Magistério – Ensino médio.	Até 5 horas por evento. Máximo 5 (cinco) eventos.	Plano de atividades e declaração da regente de classe.
Atuação como Representante de turma ou representante acadêmico em órgãos colegiados, CPA e outros, mediante convocação da Direção ou Coordenadoria da IES, por período não inferior a 1(um) ano.	5 horas pela partici-pação em cada colegiado. Máximo em 2 colegiados.	Comprovante da designação, via cópia da Resolução ou Ato Executivo emitida pela Diretoria Geral da IES.
Exercício de monitorias em disciplinas que compõem o currículo do curso	Até 10 horas	Apresentação do relatório descritivo sobre o cumprimento do cronograma de atendimento.
Trabalhos/artigos publicados em revista, jornais, anais de eventos científicos, de maneira individual ou em grupo, de assuntos relativos à área do curso	Até 05 horas por artigo.	Cópia de 01 exemplar do trabalho publicado
Participação em Jornadas Acadêmicas em áreas afins na própria instituição	Até 5 horas em cada Jornada. Máximo de 3 jornadas.	Certificado emitido pela instituição responsável pelo evento
Participação em Jornadas Acadêmicas em áreas afins em outras instituições	Até 05 horas se houver 100% de frequência. Máximo 2 Jornadas.	Certificado emitido pela instituição responsável pelo evento.
Participação em cursos do programa de nivelamento proporcionado pela IES	Até 05 horas por curso. Máximo 2 cursos.	Declaração emitida pela instituição responsável pelo programa.
Participação em cursos extra-curriculares (línguas, extensão, treinamento)	Máximo de 05 hs para cada curso. No máximo 2 cursos.	Atestado ou Certificado comprovando a participação, carga horária, frequência e grau de desempenho.
Participação efetiva em júris, como jurado.	Até 5 horas por júri	Apresentação da ata ou declaração emitida pelo juiz responsável.

Participação em eventos internos e externos: participação em seminários, cursos, palestras, minicursos, oficinas, laboratórios ou outros eventos organizados pela Instituição de Ensino	Até 05 horas por evento. Máximo de 3 participa-ções	Atestado ou Certificado comprovando a carga horária e a participação, especificando frequência e desempenho.
Palestras ou cursos acessados 'on line' disponibilizadas em sites	Até 01 hora por evento. Máximo 3.	Apresentação de resumo crítico da palestra ou curso assistido, nome e mini currículo do palestrante, horário, tema da palestra ou curso, endereço na web e data do acesso.
Participação em campanhas de solidariedade e cidadania, para arrecadação e doação a insti0tuições filantrópicas, tais como: alimentos, roupas.	Até 05 horas. Máximo 2(duas) participações.	Declaração de participação emitida pela Instituição promotora do evento, mais o relatório descritivo do evento, número de horas e o parecer sobre os benefícios proporcionados pela atividade.
Realização de atividades de Responsabilidade Social, Ambiental, Direitos humanos, Cultura afro/brasileira e indígena ,doação de sangue ou qualquer outro trabalho social relevante à formação ética do estudante)	Até 05 horas por evento. Máximo 2 eventos.	Comprovante de realização da atividade
Realização de atividades de incentivo à inclusão social, educacional, empregabilidade	Até 05 horas por atividades.	Comprovante de participação no evento.

Art. 11. Na hipótese de as atividades previstas nos itens 09 e 10 do art. 9º se assemelhar a uma das outras situações previstas no mesmo artigo, reger-se-ão pelas mesmas normas.

Parágrafo único. No caso de atividades que não se assemelham a nenhuma outra prevista, fica reservada a Coordenação do Curso de Pedagogia EaD, a análise individual de cada caso, aplicando-se a legislação atinente à espécie;

Art. 12. Atividades com cargas horárias que não atinjam os valores estipulados nesse regulamento poderão ser consideradas e somadas, a critério da Coordenação de Curso.

Art. 13. Não havendo indicação de carga horária, devem ser computadas 3 horas por dia de evento de que o aluno participou.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Os casos omissos deste regulamento serão avaliados pela Coordenação do Curso .

Art. 15. Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

13- ABORDAGENS CURRICULAES TRANSVERSAIS EM PROL DA EAD

13.1 CONTEXTO

Para acompanhar as mudanças que ocorrem no mundo, torna-se necessário o desenvolvimento de temáticas de interesse da coletividade, extrapolando, a abrangência dos conteúdos programáticos das disciplinas. Nesse contexto, conforme preconizado no PPI, os temas transversais ampliam a ação educativa, adequando-se a novos processos exigidos pelos paradigmas atuais e as novas exigências da sociedade pós-industrial, do conhecimento, dos serviços e da informação visando promover a educação de cidadãos conscientes do seu papel no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil.

Desse modo, é por meio da transversalidade que são abordadas as questões de interesse comum da coletividade, dentre os quais Educação das Relações Étnico- Raciais e os afrodescendentes, ecologia, formação humanista e cidadã, desenvolvimento sustentável, preservação cultural e diversidade, inclusão social, metas individuais versus metas coletivas, competitividade versus solidariedade, empreendedorismo, meio ambiente, ética corporativista versus ética centrada na pessoa etc., todos comprometidos com a missão institucional, com a educação como um todo e com o Projeto Pedagógico Institucional

Por conseguinte**,** os temas transversais para o curso de Pedagogia, modalidade EAD consideram os seguintes aspectos:

- ✓ Clara associação com demandas sociais e institucionais nos âmbitos nacional, regional e local;
- ✓ Identificação de temas atuais e complementares às políticas públicas, tais como Educação Ambiental, Direitos Humanos, Estudos sobre a cultura afro/brasileira e indígena, Diversidade cultural, Violência sobre jovens/adolescente, Educação Alimentar, etc.

Em conformidade com a legislação vigente, o curso de Pedagogia - EAD fundamenta-se na premissa de que o licenciado deve estar consciente do seu papel profissional e de sua responsabilidade social. Desse modo, encontram-se inclusos nos conteúdos das diversas disciplinas do currículo do curso, temáticas que envolvem competências, atitudes e valores, atividades e ações voltadas às questões relativas à diversidade cultural, questões ambientais, entre outros.

Para ratificar o acima aludido, de acordo com a Lei Federal de 27/04/1999, a educação ambiental, instituída pela Política Nacional de Educação Ambiental, pelo

Parecer CNE/CP nº 14/2012, de 6 de junho de 2012 e pela Resolução Nº 2 de 15 de junho de 2012, veem-se estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, tornando-se portanto, uma dimensão representada por processos nos quais cada indivíduo e coletividade edificam valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e valores voltados para a construção de uma consciência ambiental, pautada na ética e sustentabilidade.

Desta forma, a estrutura curricular do curso de Pedagogia apresenta, principalmente, as abordagens sobre Direitos Humanos e a Educação Ambiental, desenvolvidas de diferentes formas, tais como: transversalmente nos diversos componentes curriculares, como temática a ser desenvolvida nas disciplinas, nas Práticas de Pesquisa e nas demais ações a serem desenvolvidas no curso, a exemplo das Jornadas Acadêmicas e outras ações institucionais.

Quanto à Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais próprias (CNE/CP Resolução 1/2004), o curso de Pedagogia trata destas questões incluindo em conteúdos de disciplinas e atividades curriculares pertinentes; como tema de iniciação científica e pesquisa, extensão, entre outros; em disciplina como Educação e Diversidade Cultural que trata de questões socioculturais, por meio de desenvolvimento de temas que abordarão as questões socioculturais e História dos Povos Indígenas e Afrodescendentes, dos Movimentos sociais como fruto do comportamento coletivo, entre outros, de modo a promover a ampliação dos conhecimentos acerca da formação destas sociedades.

Em relação aos Direitos Humanos, a proposta pedagógica de um curso de bacharelado e licenciatura supõe a concepção de homem e visão de mundo que, de certa forma, determinam sua estruturação, impondo-se com decorrência e aprofundamento constante sobre a natureza e os objetivos específicos do próprio curso. Assim sendo, os cursos de Pedagogia, Administração e Processos Gerenciais em regime EAD devem ser compreendidos como parte de um contexto social global, inserido na “sociedade para todos” e preocupado com a problemática que analisa os *condicionamentos sociais*, as *relações educacionais* e por extensão, a *formação profissional dos seus acadêmicos*.

Isto porque, o processo educacional, indiscutivelmente, tem que estar vinculado aos Direitos Humanos, um dos eixos fundamentais do direito à educação, referindo-se às concepções e práticas educativas fundadas nos processos de promoção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas, acompanhado do desenvolvimento técnico, não como um processo neutro na sociedade e sim como um processo que contempla a formação dos profissionais inseridos numa comunidade que potencializa transformações sociais e políticas.

Há de se reconhecer, pois, que os Direitos Humanos, internacionalmente reconhecidos como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, referem-se á necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana. Portanto, há uma implicação sistemática da adoção dessas diretrizes estabelecidas nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Administração, Sistemas de Informação e Pedagogia da FI.

Por conseguinte, a formação técnico/científica, humanística e política devem estar intimamente ligadas com a educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamentando-se nos seguintes princípios, vinculados inclusive ao Comitê de Direitos Humanos, instituído através de resolução própria:

a) Dignidade humana;
b) Igualdade de direitos;
c) Reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
d) Laicidade do Estado;
e) Democracia na educação;
f) Transversalidade, vivência e globalidade, e
g) Sustentabilidade socioambiental.

Assim sendo, a formação do profissional de Pedagogia, se dará como *sujeito* capaz de atuar na área respectiva de forma a planejar e gerenciar processos decisórios com *responsabilidade social*, para o que se requer a formação de um o profissional vinculado ao contexto histórico e sócio-econômico, comprometido com a sociedade contemporânea, visando aplicar seus conhecimentos teórico-práticos voltados para os avanços, quer cientifico e/ou econômico, tão necessários ao país.

Isto demanda a necessidade de desenvolver conteúdos curriculares que contribuam de forma mais direta para a análise e aplicação objetiva da identidade

da educação embasada em Direitos Humanos nas seguintes dimensões, sob a responsabilidade do Comitê de Direitos Humanos, acima mencionado:

a) Apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;

b) Afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;

c) Formação de uma consciência cidadã capaz de ser fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;

d) Desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagem e materiais didáticos contextualizados, e

e) Fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

Considerando-se, portanto, os aspectos enumerados, subentende-se que a FI, reveste-se de elevada significação para o concurso do aumento do potencial sócio-econômico-cultural da mesorregião do Sudoeste do Paraná, probabilizando com suas ações, as acalentadas aspirações das comunidades do entorno de Capanema-Pr.

14- A INTERDISCIPLINARIDADE COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA

15.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE NA ESTRUTURA CURRICULAR

A interdisciplinaridade é operacionalizada por meio da complementaridade de conceitos e intervenções entre as unidades programáticas de um mesmo campo do saber e entre diferentes campos, dialeticamente provocada através de conteúdos e práticas que possibilitam a diminuição da fragmentação do conhecimento e saberes, em prol de um conhecimento relacional e aplicado à realidade profissional e social. Busca, desse modo, favorecer uma visão contextualizada e uma percepção sistêmica da realidade, de modo a propiciar uma compreensão mais abrangente.

As disposições das disciplinas na estrutura curricular possibilitam um percurso formativo que contribui com a transversalidade e a interdisciplinaridade e dessa forma, há uma busca permanente de aproximação da teoria à prática, na medida que se proporcionam paulatinamente no transcorrer do curso, oportunidades de vivenciar situações de aprendizagem diferenciadas. Dentre tais atividades interdisciplinares podemos mencionar as que são desenvolvidas pelos componentes curriculares, via projeto integrador, um dos principais catalisadores da integração os conteúdos das matérias conceituais e instrumentais que antecedem as mesmas.

O Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia – EAD, entende que o desenvolvimento de atividades de cunho interdisciplinar favorece a formação de profissionais pluralistas e ao mesmo tempo com domínio adequado do saber técnico em sua área de atuação. Este é um caminho viável para a superação da fragmentação, contribuindo para a construção de um perfil de egresso que tenha domínio sobre seu campo de conhecimento e seja capaz de dialogar com outros saberes, num processo permanente de auto/formação.

É fundamental que a execução dos currículos supere o *fechamento da grade disciplinar* e parta para o desenvolvimento de Projetos interdisciplinares consistentes que integrem também a Pesquisa e a Extensão. É também importante que os cursos de graduação e pós-graduação explicitem, em seus Projetos político-pedagógicos, os eixos de integração temática, as linhas de pesquisa e a integração com a extensão, com vistas a trabalhar a construção da interdisciplinaridade, a iniciação científica e a inserção crítica do estudante no contexto social.

Segundo Francisca S. Gonçalves,

> ...do ponto de vista epistemológico a interdisciplinaridade consiste num método de pesquisa e de ensino voltado para a interação em uma disciplina, de duas ou mais disciplinas, num processo que pode ir da simples comunicação de ideias, até a integração recíproca de finalidades, objetivos, conceitos, conteúdos, terminologia, metodologia, procedimentos, dados e formas de organizá-los e sistematizá-los no processo de elaboração do conhecimento.

Assim, a prática curricular ao adotar a interdisciplinaridade como metodologia no desenvolvimento do ensino/aprendizagem de um curso, não significa o abandono das *disciplinas*, nem supõe para o professor uma "pluri-especialização" bem difícil de se imaginar, com o risco do sincretismo e da superficialidade para a maior consciência da realidade, para que os fenômenos complexos sejam observados, vistos, entendidos e descritos, o PPI da FI. Portanto, entende ser importante às confrontações de *olhares plurais* na observação da situação de aprendizagem.

Entendendo que entre os princípios pedagógicos, que estruturam as áreas de conhecimento, destaca-se como eixo articulador a **interdisciplinaridade**, é preciso também entender que as disciplinas escolares, de seleções e recortes arbitrários, historicamente constituídos, e expressões de interesse de poder que resultam, muitas vezes ocultam ou negam muitos saberes.

Portanto, o objetivo dessa metodologia no contexto curricular do curso é muito mais profundo do que procurar interconexões entre as diversas disciplinas, já que para Ivani Fazenda, "a interdisciplinaridade serve para dar visibilidade e movimento ao talento escondido que existe em cada um de nós". Assim, uma das maneiras de tocar nesse talento oculto, seria formar indivíduos que saibam *como* perguntar e reconhecer a importância desse ato, para não serem induzidos à reprodução das informações dos livros didáticos.

Isto exige, sobremaneira, por parte do professor, a elaboração e proposição de "perguntas existenciais" e não intelectuais, objetivando a obtenção de respostas inusitadas, inesperadas, de seus alunos e, assim, trazer a tona seus talentos.

Nos cursos da IES o ensino baseado na interdisciplinaridade, proporcionará uma aprendizagem mais estruturada e rica, pois os conceitos estão organizados em torno de unidades mais globais, de estruturas conceituais e metodológicas compartilhadas por várias disciplinas.

Na proposta interdisciplinar apresentada objetiva-se uma interação entre duas ou mais disciplinas, podendo ser *um tanto mágica*; nela há a fórmula em que podem se misturar os conteúdos de várias disciplinas abraçadas por um tema

comum acabando com os *pequenos quintais* de cada matéria abrindo, pois, a visão dos alunos ao mostrar o que eles aprendem em uma disciplina e que pode ser usada em outra, tornando as disciplinas do currículo do curso uma experiência eletrizante.

Concluindo, pode-se dizer que a aprendizagem caracterizada de forma interdisciplinar durante o curso:

a) concorrerá para a derrubada dos muros que *separam* as matérias;
b) aguçará os caminhos da criatividade;
c) inspirará o trabalho coletivo via Projetos para se elucidar dúvidas e ideias surgidas nas experiências, melhorando inclusive, o relacionamento aluno ⇔ aluno ⇔ professor ⇔ aluno;
d) ensejará a elaboração e aplicação de avaliações coletivas, caracterizadas;
e) proporcionará a melhoria da questão da *indisciplina* nas relações de ensino/aprendizagem; e
f) estimulará alunos e professores a estarem sempre aprendendo, obrigando-os a ficarem atentos às oportunidades.

Estes aspectos se validam uma vez que a interdisciplinaridade, segundo Avelino Romeiro S. Pereira.

> "começa no entendimento de que a complexidade dos mundos físico e social requer que as disciplinas se articulem, superando a fragmentação e o distanciamento, para que possamos conhecer mais e melhor", portanto diferindo da concepção de pluri ou multidisciplinaridade, as quais apenas justapõem conteúdos.

Então, o Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia - EAD supõe um processo de ensino-aprendizagem dinâmico, integrador e, sobretudo, dialógico, caracterizado pela intensidade das trocas entre os acadêmicos e pela integração das disciplinas num mesmo Projeto de pesquisa via iniciação científica, numa relação de reciprocidade, de mutualidade ou, melhor dizendo, um regime de co/propriedade, de interação, o que por certo irá possibilitar um diálogo concreto entre os interessados.

A ação interdisciplinar no currículo dos cursos será o ponto de partida e de chegada num processo dialético com o intuito de promover o questionamento constante das posições assumidas, dos procedimentos adotados, no respeito à individualidade e na abertura a investigação em busca da totalidade do conhecimento. Esta mesma ação terá o propósito de continuamente criar movimentos que propiciem o estabelecimento de relações entre as disciplinas,

tendo, contudo, como ponto de convergência, a ação que se desenvolve num trabalho cooperativo e reflexivo.

Nesse processo a formação profissional dos alunos da IES será caracterizada pela ousadia da busca da reflexão, da sistematização do pensar e do construir de um novo perfil para o profissional da área de pedagogia, bem como, a construção de um novo Projeto de assistência social no qual as questões curriculares pertinentes as políticas públicas e pedagogia, sejam tratadas de forma comprometida.

Por fim, tem-se então a interdisciplinaridade como um campo aberto para que de uma prática fragmentada por especialidades, seja possível estabelecer novas competências e habilidades através de uma postura pautada em uma visão holística do conhecimento e uma porta aberta para os processos trans-disciplinar.

Assim sendo, os resultados pretendidos e a serem alcançados, a partir da ação interdisciplinar exercida nos curso, se caracterizam no sentido de:

a) tornar capazes alunos e professores sujeitos de sua própria ação para engajarem-se em processos de investigação, re/descoberta e construção coletiva de conhecimento, ignorando a divisão do conhecimento em disciplinas e sim compartilhando ideias, ações e reflexões sendo pois “atores e autores” do processo, aumentando a capacidade de expressarem-se através de múltiplas linguagens e novas tecnologias, posicionarem-se diante da informação e interagirem de forma critica e criativa com o meio físico-social;

b) incitar o pensamento dos envolvidos em direção ao enfrentamento de tensões que se criam durante o processo de elucidação do conhecimento e das práticas curriculares, bem como das atitudes profissionais, possibilitando-lhes a superação de dicotomias tradicionais da visão de mundo mecanicista;

c) possibilitar aos aprendizes a formalização de seu pensamento para *outrem*, para serem capazes de apropriarem-se da palavra, atribuindo-lhe significado segundo sua própria experiência, reelaborando-a e revelando-se ao outro, e assim, elaborando um comportamento sócio-participante-cidadão.

13- O ESTÁGIO SUPERVISIONADO

13.1 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Os conhecimentos, saberes e práticas adquiridas externamente ao ambiente acadêmico, inclusive, experiências profissionais anteriores e concomitantes à formação, devem ser valorizados e reconstituídos à luz da ciência e da técnica pertinentes à área considerada. Essas estratégias e suas atividades convergem para o que está demonstrado no PPI quando estabelece que as práticas ativas com ênfase na aprendizagem significam o desenvolvimento de atividades em que os alunos participam ativamente por meio de desenvolvimento/construção de projetos, definição de estratégias de intervenções, execução de tarefas supervisionadas, avaliação de procedimentos e resultados, e análises de contextos.

As atividades de estágio estão ligadas ao Eixo Estruturante de Práticas Profissionais previstas no PPI e compreende as unidades orientadas para o exercício e inserção dos estudantes em atividades inerentes a sua profissão, bem como promover a interação multiprofissional, culminando na apreensão de habilidades e competências do seu campo de atuação.

De acordo com Diretrizes Curriculares Nacionais, Resolução do CNE/PC nº 02/2015 de 1º de julho/2015, o Estágio Curricular é obrigatório e com carga horária mínima de 400 (quatrocentas) horas, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas especificas.

A caracterização e a definição do campo de estágio dependem de instrumentos jurídicos (acordo de cooperação ou convênio), celebrado entre a parte concedente (escola/instituição) e a instituição de ensino, em que se acordam as condições de realização do estágio. Esta realização faz-se mediante Termo de Compromisso celebrado entre o estudante e a parte concedente (escola/instituição), com interveniência obrigatória da IES.

O Estágio Supervisionado de Ensino não estabelece vínculos empregatícios de qualquer natureza, permitindo ao estagiário receber bolsa, ou outra contraprestação que venha a ser acordada, ressalvando-se o disposto na legislação previdenciária. Deve haver compatibilidade de horário entre jornada de atividade de estágio do graduando, seu horário de aula e o horário de funcionamento da escola que oferece o estágio.

É de fundamental importância que os alunos compreendam as estruturas e funcionamento das unidades de ensino, vivenciem a sala de aula e entendam a importância de sua formação. Ao desempenhar o seu papel de professor, o estagiário deverá compreender o que já foi vivenciado durante o curso, que ser professor não é ser um mero transmissor do conhecimento, mas, sobretudo, um profissional comprometido e como tal deve, dentro de seus padrões sociais e morais, empregar os seus saberes na procura de soluções alternativas para construção de uma sociedade justa e igualitária.

A relação das vertentes teórico - prática no Curso de Pedagogia é promovida pela aproximação das disciplinas com questões discutidas nos processos de ensino e aprendizagem nas escolas das redes pública e particular, mais especificamente nas disciplinas de estágios supervisionados do ensino, onde o aluno tem a oportunidade de iniciar a sua prática docente na Educação Infantil, nas séries iniciais do Ensino Fundamental .

A realização dos estágios é desenvolvida em 3 (três) etapas. A primeira etapa denominada de Observação com a finalidade de realizar um diagnóstico da realidade, a segunda se constitui do Planejamento, e tem como objetivo instrumentalizar o aluno para as atividades inerentes à regência de sala e finalmente a Regência propriamente dita, na qual o aluno vivencia situações reais da prática docente proporcionadas pelo curso, tais como: a definição de objetivos, a pesquisa, a seleção de técnicas e materiais didáticos, a execução e a avaliação do processo pedagógico.

O Estágio da Educação Infantil ocorre no quarto período. Esse estágio pretende tornar o acadêmico conhecedor dos estudos e pesquisas na área da Infância, da formação de educadores de crianças, das políticas dirigidas a esse segmento etário, visando aperfeiçoar a compreensão do desenvolvimento infantil, de uma nova significação sobre o ensinar e o aprender na infância, no diálogo constante com as teorias vivenciadas. Tem como finalidade fomentar a formação teórica e prática como docente e como pedagogo, capaz de contribuir para a produção de ações qualificadas em instituições de educação infantil.

O Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental I – Anos iniciais ocorre no quinto período. Este estágio tem como objetivo preparar o futuro educador para vivenciar o espaço da sala de aula, compreendendo que a criança do Ensino Fundamental passa por diferentes fases de desenvolvimento, necessitando dos conhecimentos básicos da leitura, da oportunidade de pensar, do interpretar, do

domínio das operações fundamentais da matemática, de tempo, de espaço, das relações de afetividade, da tecnologia, enfim dos requisitos para sua atuação no mundo letrado e informatizado. Do mesmo modo, oportuniza-se no 6º período, o Estágio na Educação de Jovens e Adultos, como uma fase que requer uma abordagem pedagógica diferenciada.

O Estágio Supervisionado em Gestão Escolar (Pedagógica e Administrativa) ocorrerá no 7º período, tendo como finalidade consolidar saberes teóricos e práticos no campo da Gestão Escolar em seus aspectos administrativos e pedagógicos. Está concebido de modo integrado prevendo ações comuns ao trabalho pedagógico privilegiando o olhar integrador da gestão de práticas educativas escolares.

Os discentes do Curso de Pedagogia, durante todo o período dos Estágios, são orientados e acompanhados sistematicamente pelo Tutor. O estágio proporciona o desenvolvimento de atitudes, habilidades, competências e conhecimentos necessários à formação do educador para exercício da cidadania, a partir da criação na escola de condições de aprendizagem para:

a) desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do currículo;
b) compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
c) o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
d) o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Deverão ser apresentados, em mídia eletrônica, à Tutoria do Curso, relatórios comprobatórios referentes a cada etapa dos estágios, contendo a explanação clara e objetiva das atividades de estágio desenvolvidas, constituindo-se requisito parcial para a conclusão do Curso de Pedagogia.

O trabalho final deve seguir rigorosamente as normas de elaboração estabelecidas pela ABNT e pelo Regulamento de Estágio. Esse trabalho é avaliado pelo tutor e encaminhado para a biblioteca pela coordenação do Curso.

ANEXOS DO PROJETO PEDAGÓGIDO DO CURSO DE PEDAGOGIA – EAD DA FACULDADE IGUAÇU

ANEXO I

REGULAMENTO DISCIPLINAR DO CORPO DISCENTE DA FACULDADE IGUAÇU

CAPÍTULO I
SEÇÃO I
DO REGIME DISCIPLINAR

Artigo 1º- O regime disciplinar, a que está afeto o corpo discente da Faculdade Iguaçu o definido neste Regulamento Disciplinar.

Artigo 2º- O ato de matrícula importa em compromisso formal de respeito aos princípios Éticos que regem a FACULDADE IGUAÇU à unidade acadêmica, às normas contidas na legislação em vigor, em seu Estatuto e Regimento, neste Regulamento e às determinações complementarmente baixadas pelos órgãos competentes e às autoridades que eles emanam.

Artigo 3º- Aos membros da comunidade acadêmica cabe manter o clima de trabalho com respeito e cooperação solidária, buscando por sua conduta dignificar a vida acadêmica, promover a realização dos objetivos comuns e observar as normas condizentes com a dignidade pessoal e profissional.

SEÇÃO II
DAS SANÇÕES DISCIPLINARES

Artigo 4º- Aos membros do Corpo Discente serão aplicadas as seguintes sanções disciplinares:

I - advertência, oral e em particular;
II - repreensão por escrito;
II- desligamento.

Artigo 5º- Impor-se á advertência ao aluno que:

I - faltar à urbanidade e compostura em suas relações acadêmicas com qualquer membro da comunidade universitária;
II – deixar de cumprir os preceitos estatutários e regimentais, ou as normas emitidas pelos órgãos da administração universitária em suas respectivas áreas de competência, se não for cominada sanção mais grave.

Artigo 6º- Impor-se-á a repreensão por escrito ao aluno que:

I - reincidir em falta cominada com advertência;
II - desobedecer à ordem de qualquer membro da comunidade universitária;

III - portar-se, no recinto da Faculdade Iguaçu de forma ofensiva aos preceitos morais e legais.

Artigo 7º- Impor-se-á suspensão ao aluno que:

I - reincidir em falta cominada com repreensão;
II - atentar contra os bens de qualquer natureza colocados a serviço ou sob a guarda da IES;
III - participar, no âmbito universitário de atos que atentam contra a moral e dignidade pessoal ou profissional de qualquer pessoa;
IV - utilizar-se ou permitir a utilização de meios ilícitos ou fraudulentos de aproveitamento da vida escolar, em provas, exames, trabalhos de avaliação ou quaisquer outros;
V - desacatar membros dos corpos docente, discente e técnico-administrativo;
VI - ofender fisicamente qualquer membro da comunidade universitária;
VII - fazer uso de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou bebidas alcoólicas;
VIII - adentrar às salas, interrompendo a aula para comunicados, chamamentos e manifestações, de seu interesse particular ou que tenha interesse, sem autorização escrita da Secretaria Acadêmica.

Artigo 8º- Impor-se-á desligamento ao aluno que:

I - reincidir em falta cominada com suspensão;
II - incitar à subversão da ordem ou do bom andamento das atividades escolares;
III - caluniar, injuriar ou difamar oralmente ou através de qualquer meio, membro da comunidade universitária;
IV - causar danos ao patrimônio moral, científico, cultural ou material da IES;
V - não ressarcir de imediato, os danos ao patrimônio da IES ou de qualquer de seus membros, independentemente do disposto no item II do artigo anterior;
VI - incitar ou participar de movimentos que tenham por finalidade manifestações discriminatórias de caráter político, social e religioso;
VII - praticar, no âmbito da IES, delitos ou contravenções puníveis com pena privativa de liberdade, independentemente da responsabilização criminal.

Artigo 9º- Entende-se por comunidade universitária, para efeito das infrações tipificadas neste regulamento a própria IES, sua Entidade Mantenedora, os que as dirigem em qualquer nível, o corpo docente, o pessoal técnico-administrativo e contratados ou prepostos de qualquer nível, o corpo docente, o pessoal técnico-administrativo e contratados ou prepostos de qualquer das duas entidades, assim como o corpo discente.

Artigo 10º- A penalização do aluno com sanção de suspensão não será superior a 30 (trinta) dias e importará na perda automática do mandato acadêmico assim como na impossibilidade de participar, pelo prazo de 1 (um) ano, de órgãos universitários de deliberação coletiva.

§ 1º- Ao aluno suspenso é vedado praticar atos da vida escolar, obter guia de transferência ou trancamento da matrícula.

§ 2º - A suspensão importará em impossibilidade de realização de provas substitutivas àquelas não efetuadas no período do cumprimento da penalidade.

Artigo 11º- Tendo em vista a gravidade da infração, qualquer dos fatos tipificados como penalizáveis com suspensão poderá importar em desligamento.

Artigo 12º- Sem prejuízo de outras cominações legais, as sanções disciplinares serão impostas atendendo à gravidade da infração, à vista dos seguintes elementos:

I - primariedade do infrator

II - dolo ou culpa;

III - valor do bem moral, cultural ou material atingido;

§2º Ao acusado será sempre assegurado o direito de defesa, no prazo fixado.

§3º A aplicação a aluno ou docente, de penalidade que implique afastamento temporário ou definitivo das atividades acadêmicas, será precedida de Processo Administrativo, mandado instaurar pelo Diretor de Faculdade.

§4º Em caso de dano material ao patrimônio da Faculdade, além da sanção disciplinar aplicável, o infrator estará obrigado ao ressarcimento.

ANEXO II

REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS DO CURSO LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

CAPÍTULO I

DA REGULAMENTAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 1º Os Estágios Supervisionados na Educação Básica e suas modalidades do Curso de Licenciatura em Pedagogia à Distância/ Faculdade Iguaçu são normatizados pela Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008.

CAPÍTULO II

DA NATUREZA

Art. 2º Os Estágios Curriculares Supervisionados do Curso Licenciatura em Pedagogia à Distância compreendem a participação em atividades práticas de aprendizagem profissional e sóciocultural em situações reais existentes nas instituições de educação escolares especificamente, nas Instituições de Educação Básica.

§ 1º O estágio pressupõe atividades pedagógicas efetivadas em um ambiente institucional de trabalho e que se concretizam na relação estabelecida entre um docente experiente e o estudante estagiário, com a orientação, de um professor supervisor acadêmico representado pelo professor tutor e professor formador.

§ 2º O estágio é uma atividade intrinsecamente articulada com a prática e com as atividades acadêmicas constantes da estrutura curricular do curso.

Art. 3º Durante o estágio o estudante deverá proceder ao estudo e interpretação da realidade educacional do campo de estágio, desenvolver atividades relativas à docência produzindo uma avaliação desta experiência e sua auto-avaliação.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS

Art. 4º São objetivos do Estágio Supervisionado:

I – Conhecer a realidade educacional na qual se insere o campo de atuação profissional do futuro professor.

II - Oportunizar situações para que o estudante possa relacionar a teoria à prática educacional, no atual contexto sócio-político-econômico.

III - Proporcionar momentos para uma reflexão contextualizada por meio da vivência institucional, sistemática, intencional.

IV – Oportunizar situações para o estudante demonstrar iniciativa, decisão e criatividade.

V – Permitir ao estudante manifestar seu senso crítico, avaliando a realidade educacional, o curso Licenciatura em Pedagogia à Distância e o seu futuro desempenho profissional.

VI – Diagnosticar, executar e avaliar as atividades pedagógicas nas Instituições de Educação Básica.

VII - Refletir sobre a prática à luz das teorias estudadas, propiciando o referencial teórico-prático necessário para que o futuro professor desenvolva uma postura crítica sobre a educação.

CAPÍTULO IV
DO NÚCLEO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO – NES

Art. 5º O Núcleo de Estágio Supervisionado do curso de Licenciatura em Pedagogia à Distância, da Faculdade Iguaçu, terá como objetivos planejar, coordenar e avaliar o estágio curricular supervisionado relativo ao curso e será constituído pelos seguintes membros:

I - Coordenador do Curso de Licenciatura em Pedagogia à Distância**.**

II - Professor Formador do Estágio Supervisionado.

III **–** Professores tutores do Estágio Supervisionado.

Parágrafo Único - O mandato dos membros Núcleo de Estágio Supervisionado, exceto do Coordenador de Curso, deverá compreender o período de duração do estágio.

Art. 6º Compete ao NES:

I - Elaborar o Plano de Atividades do Estágio com apoio e orientação do Coordenador do Curso.

II - Acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades relacionadas ao estágio.

III - Elaborar Documento de Apresentação do estagiário à Instituição onde será desenvolvido o estágio, Fichas de Acompanhamento, Controle e Avaliação das atividades de estágio.

IV - Organizar e manter atualizado o cadastro das instituições escolares que servirão como campo de estágio.

V - Manter atualizada a documentação referente ao estágio e à organização do mesmo.

VI - Certificar-se da existência de seguro para os estagiários.

Art. 7º O NES fará reuniões ordinárias periodicamente para análise e avaliação do estágio.

CAPÍTULO V

DA PRESIDÊNCIA DO NES

Art. 8º O NES terá como presidente o professor Coordenador do Curso.

Art. 9º São atribuições do Presidente do NES:

I - Coordenar as atividades dos recursos humanos envolvidos na atividade de estágio.

II - Providenciar os recursos materiais necessários à execução do estágio.

III – Orientar e solicitar a elaboração do Relatório das atividades desenvolvidas

IV - Solicitar convênios que viabilizem o desenvolvimento das atividades de estágio supervisionado.

V - Convocar o professor de estágio e áreas afins sempre que necessário.

VI - Convocar e coordenar as reuniões do NES.

CAPÍTULO VI

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 10 O Estágio Curricular Supervisionado do Curso Licenciatura em Pedagogia à Distância, componente obrigatório do curso, terá uma carga horária de 400 horas, abrangendo a Educação Básica, sendo dividido em 200 horas para Educação Infantil e 200 horas para o Ensino Fundamental conforme o Projeto Pedagógico do curso.

CAPÍTULO VII

DO CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 12 O Estágio Curricular Supervisionado terá como campo de estágio as escolas de educação básica das redes pública e particular de ensino.

Art. 13 Estas instituições deverão contar com profissionais experientes que receberão, acompanharão e supervisionarão os estudantes estagiários em suas inserções pela prática educativa.

Art. 14 O estágio deverá pautar-se pela relação de cooperação entre a Faculdade e as Instituições/espaços escolares.

CAPÍTULO VIII
DOS PROFESSORES SUPERVISORES DE ESTÁGIO E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 15 Caberá ao Professor Supervisor de Estágio:

I - Definir a forma de realização do estágio, respeitando-se a carga horária prevista.

II - Elaborar a proposta de estágio seguindo o plano de atividades proposto pelo NES e encaminhar para a respectiva aprovação.

III - Estabelecer os critérios da distribuição dos estagiários no campo de estágio.

IV - Acompanhar sistematicamente as atividades de estágio através da orientação ao estudante, visitas, reuniões e encontros com os envolvidos.

V - Decidir sobre a forma de registro das atividades de estágio bem como sobre o tipo de texto final (relatório, portfólio, projeto, documentário) a ser encaminhado pelo estudante dentro dos prazos estabelecidos.

VI - Encaminhar para o NES o registro das atividades de estágio desenvolvidas sob sua supervisão, devidamente documentado.

CAPÍTULO IX
DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 16 O acompanhamento das atividades realizadas pelo estudante estagiário será de responsabilidade do Professor formador e tutor que procederá à supervisão das mesmas no horário destinado à orientação de estágio no curso.

Parágrafo Único - O acompanhamento do estágio será realizado durante o período letivo, sendo que cada Professor formador deverá definir os mecanismos de supervisão e manter registros próprios de controle e participação dos estudantes estagiários nessa atividade.

Art. 17 Na avaliação será considerada freqüência de 100% e aproveitamento conforme estabelecido no Anexo I deste regulamento.

Art. 18 O resultado final da avaliação do estágio será registrado com os termos “aprovado” e “reprovado” com anuência do professor formador.

CAPÍTULO X
DO APROVEITAMENTO DE EXPERIÊNCIA

Art. 19 Para efeito de comprovação de experiências deverá ser apresentada a Carteira de Trabalho e/ou Declaração de Órgão Público.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20 Os casos omissos serão resolvidos, em primeira instância, pelos Professores Supervisores de Estágios e em segunda instância pelo NES.

Art. 21 Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.

ANEXO III

PROJETO DE ATIVIDADES DE ENSINO COMPLEMENTAR - NIVELAMENTO E TUTORIA

Projeto extensivo e gratuito a todos os alunos do Curso de Pedagogia, Administração e Processos Gerenciais da FI, na modalidade EAD que necessitem de realimentação de conteúdos, aos quais serão conferidos, inclusive, certificados, pela participação voluntária na busca de melhoria de seus desempenhos como acadêmicos via formação continuada.

O PROJETO:

1-Fundamentação do Projeto:

Diante da introdução de novas tecnologias, do crescimento do conhecimento científico, das transformações culturais e sociais, atualmente é inquestionável a importância da educação permanente. Atualmente está mais claro a necessidades de transformação no processo de formação profissional, objetivando assegurar novas competências que permitam o exercício permanente da busca e da avaliação critica do conhecimento e o reconhecimento do quão é importante o *aprender de forma contínua e interdisciplinar*. Não há duvidas quanto à tendência de também incorporar comportamentos e atitudes de responsabilidades sociais às estratégias de ensino/aprendizagem.

Dentro dessa filosofia, a educação continuada e supervisionada representa uma nova alternativa de ensino, que por muito tempo fora vista como complemento para atualização do conhecimento após a formação/graduação. Hoje, entretanto, sabe-se que o processo de ensino-aprendizagem requer mudanças concomitantes àquelas ocorridas na ciência e na academia, isto requer atitudes permanentes de acompanhamento por parte dos profissionais da educação, para que os alunos sejam capazes de aprender melhor.

Esse conceito de educar fez com que as IES mudassem os seus Projetos de atuação quanto ao processo ensino-aprendizagem, atendendo as reais necessidades do aprendiz. Portanto, considerando que a qualidade do ensino-aprendizagem reside no fato do trabalho em conjunto entre Coordenação, corpo docente e discente, o Curso de Pedagogia, Administração, Processos Gerenciais - EAD propõe a realização do **Programa de Acompanhamento Acadêmico – Tutoria e Nivelamento**.

No programa os alunos são assistidos e orientados por professores do Curso com o propósito de atender as suas necessidades, não apenas no que se refere ao aprendizado da área de atuação, mas também quanto a problemas sociais, emocionais e/ou de adaptação, que possam comprometer a sua formação. Dessa forma objetiva a formação de profissionais críticos, adaptados e flexíveis às mudanças circunstâncias, e para tal, mister se faz, logo no início quanto ingressam na IES, se necessário, receberem atenções quanto ao **comportamento de entrada** para que supridas suas deficiências cognitivas, principalmente, possam ser capazes de acompanhar o desenvolvimento das atividades curriculares, sem maiores dificuldades.

.

2-0BJETIVOS:

Objetivo geral

Contribuir para que os alunos assistidos possam desenvolver atividades apropriadas à construção progressiva do saber, do saber fazer e do saber conviver, de forma orientada pelo corpo docente.

Objetivos específicos:

a. Orientar e assistir aos alunos **durante** o processo de formação profissional e pessoal;
b. Contribuir para a formação de profissionais conscientes e qualificados à realidade do mercado de trabalho;
c. Despertar o senso crítico dos alunos e o entendimento da necessidade do aprendizado contínuo.
d. Proporcionar a regulação dos pré-requisitos cognitivos visando para o acadêmico um *comportamento de entrad*a compatível às exigências curriculares iniciais.

3-CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:

Quando da realização de atividades complementares ao ensino-aprendizagem dos alunos, os professores e tutores trabalharão os conteúdos teórico-práticos abordados nos laboratórios, salas de aula ou on line nos quais necessitem de realimentação.

4-METODOLOGIA:

1º Levantamento dos problemas e comportamentos de entrada dos alunos: os professores envolvidos na organização do projeto se reunirão com a Coordenação do Curso para discutir os problemas gerais pertinentes ao processo ensino-aprendizagem e que possam estar comprometendo o aprendizado dos alunos e consequentemente a formação profissional.

2º Após analise geral, serão discutidos os problemas acadêmicos individualmente, tentando buscar uma forma de atuação para resolução dos mesmos.

3º Serão realizadas reuniões entre os alunos, professores ou Tutores, para ouvir reivindicações, problemas, dúvidas em busca de propostas de melhorias.

4º Com o propósito de solucionar os problemas levantados, os professores do Curso, mais o responsável pela orientação tutorial serão convocados e orientados pela coordenação do curso a trabalharem em beneficio da formação dos alunos, quer seja através:

- ✓ Da ação e atendimento tutorial discente;
- ✓ Estudo dirigido e supervisionado;
- ✓ Atividades tais como: palestras, seminários cursos ou ações de reforço para o aprendizado do conhecimento, no momento oportuno a ser definido

pela coordenação do curso sob a supervisão do (a) tutor (a);

- ✓ Atividades práticas complementares em sala de atendimento e/ou laboratório;
- ✓ Reuniões com os pais, quando necessário e possível.

5º Reuniões com o propósito de avaliar os resultados alcançados em face das propostas realizadas, quando necessárias.

6º Para os alunos em regime de EAD, a qualquer hora em que os mesmos necessitarem de orientações, encaminhamentos ou satisfação de suas dúvidas, o profissional Tutor, irá atendê-lo de acordo com o sistema de comunicação que estabelecerem.

5-REGULAMENTO DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE NIVELAMENTO

5.5 Justificativa

Em razão das dificuldades apresentadas pelos alunos ingressantes nos cursos de graduação, decorrentes de deficiências no ensino fundamental e médio como inadequações ortográficas, incoerências textuais, baixo desempenho em compreensão e interpretação de textos, além de lacunas em relação ao raciocínio lógico matemático, a Faculdade Iguaçu institui Programa Institucional de Nivelamento, como forma de apoio a estes discentes.

5.6 Definição

Art. 1º. Este regulamento tem por finalidade estabelecer as normas relativas ao Programa Institucional de Nivelamento dos cursos de graduação da Faculdade Iguaçu.

Art. 2º. O projeto de nivelamento tem como objetivo geral acolher os discentes para atendimento pedagógico oportunizando aos participantes uma revisão de conteúdos e construção de novos conhecimentos que são básicos para os cursos de graduação, de forma que as turmas mantenham um nível equitativo de aproveitamento.

Art.3º. São objetivos específicos do Programa Institucional de Nivelamento:

a) Suscitar nos alunos a necessidade de revisar os conteúdos estudados no ensino médio com o intuito de melhorar o aproveitamento das disciplinas da graduação.

b) Possibilitar aos discentes a oportunidade de melhorar a interpretação e produção de textos além de análise e resolução de problemas com a construção de um pensamento crítico diante das situações problemas.
c) Rever, com os novos discentes, conteúdos considerados imprescindíveis para o entendimento e acompanhamento das disciplinas do curso.
d) Oportunizar a igualdade de direitos considerando a diversidade cultural e sócio/econômica, oferecendo uma educação de qualidade sem distinção de classe;
e) Estimular a permanência do novo discente no curso superior; promovendo a inclusão universitária dos alunos com dificuldades em conteúdos básicos.
f) Reduzir problemas como a evasão ou reprovação do aluno já nos primeiros períodos do curso, ensejando, primeiramente, a adoção de métodos pedagógicos que permitam a reorientação do processo ensino-aprendizagem e o resgate dos conteúdos não assimilados pelo aluno advindo do Ensino Médio, essenciais ao aprendizado acadêmico.
g) Contribuir decisivamente na consolidação de políticas de acesso, permanência e sucesso na formação superior.

6-FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA

Art. 4º**.** A Faculdade Iguaçu proporcionará aulas de Nivelamento em Língua Portuguesa e Matemática, com um programa de conteúdos básicos para a formação acadêmica do aluno, que seja comum a todos os cursos de graduação da instituição.

Parágrafo Único - Poderão também ser ofertadas aulas de Nivelamento em outras disciplinas que fazem parte das Matrizes Curriculares dos cursos.

Art.5º. O Programa Institucional de Nivelamento será oferecido no início do semestre letivo, destinado exclusivamente aos alunos matriculados no 1° período dos cursos de graduação da Faculdade Iguaçu, quer na modalidade presencial, como em EAD, visando possibilitar ao acadêmico recém-chegado à Instituição, um contato com novas estratégias de atendimento e formato das atividades pedagógicas desenvolvidas para a superação de dificuldades de aprendizagem.

Parágrafo Único - Os alunos que participarem dos cursos receberão certificado na modalidade de Curso de Extensão, com carga horária de 20 horas, válido para cômputo como Atividades Complementares.

Art. 6º**.** As aulas, oferecidas gratuitamente aos alunos, ocorrerão aos sábados para os alunos da modalidade presencial e a qualquer período para os alunos matriculados na modalidade EAD, podendo ser ministradas tanto no período matutino quanto no período vespertino.

Art. 7º. Os Coordenadores de curso em conjunto com cada Colegiado de Curso serão os responsáveis pela organização dos cursos de nivelamento.

7- DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR RESPONSÁVEL PELO NIVELAMENTO

Art. 8º. As atribuições do professor responsável pela execução do Programa de Nivelamento compreendem:

I- Elaborar os Planos de Ensino;

II – Ofertar as atividades de nivelamento de forma a buscar o alcance de um conhecimento equitativo entre todos os acadêmicos;

III – Utilizar de diferentes metodologias de ensino e que estas sejam atrativas e motivadoras para o processo ensino-aprendizagem.;

IV – Realizar avaliações identificando melhorias no aproveitamento dos acadêmicos participantes do Programa de Nivelamento;

V- controlar a frequência dos alunos participantes do Programa de Nivelamento e encaminhar à Secretaria Acadêmica para emissão do certificado de extensão arquivamento.

Artigo 9.º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO IV

DA MONITORIA

A Faculdade Iguaçu, em consonância com o seu Plano de Desenvolvimento Institucional, em articulação com os Projetos Político-Pedagógicos de seus cursos de graduação, institui o Programa de Monitoria Acadêmica, com o intuito de oportunizar diferentes atividades acadêmicas complementares e assim, qualificar o processo de ensino-aprendizagem em seus diversos cursos.

O presente regulamento estabelece normas gerais para a política de organização e desenvolvimento da atividade de Monitoria nos cursos de graduação da Faculdade Iguaçu, ressalvadas as disposições específicas fixadas por cada curso e que não contrariem o quanto previsto neste regulamento.

1-DA CARACTERIZAÇÃO E DOS OBJETIVOS

Artigo 1º- A Monitoria Acadêmica nos Cursos de Graduação constitui atividade discente complementar, exercida por alunos que demonstrem aptidão para a realização das atividades de ensino, pesquisa ou extensão e selecionados pelos Coordenadores de Curso, sendo oferecida pela Faculdade Iguaçu de Capanema com os seguintes objetivos:

a) Estimular a participação dos alunos na vida acadêmica da Instituição, em atividades que envolvam o apoio à docência na graduação;
b) Propiciar aos alunos-monitores espaços de iniciação e formação específica na área de ensino, através da oportunidade de compartilhar com um professor o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;
c) Possibilitar aos alunos-monitores experiências de atuação junto aos demais alunos nas atividades de ensino, sob orientação do professor da disciplina.
d) Proporcionar aos acadêmicos o aprofundamento nos conhecimentos teóricos/práticos da disciplina, favorecendo a compreensão e complementação de seus estudos;
e) Apoiar o aprendizado dos discentes dos cursos de graduação que apresentem maior grau de dificuldade em disciplinas/unidades curriculares e/ou conteúdo.

Art. 2º- No Programa de Monitoria Acadêmica o aluno/monitor atua como auxiliar do professor orientador em tarefas didáticas e laboratoriais, inclusive na preparação e correção de aulas e trabalhos escolares, compatíveis com o seu grau de conhecimento e experiência no componente curricular.

2-DA PROPOSIÇÃO DA MONITORIA

Art. 3º - Cabe ao professor de cada disciplina apresentar, por escrito e com justificativa, à Coordenação do Curso, a demanda por Monitoria.

3-DA SELEÇÃO DAS DISCIPLINAS

Art. 4º - A seleção das disciplinas que farão parte do Programa de Monitoria é feita pelo Colegiado dos Cursos, considerando:

a) As disciplinas ou projetos de pesquisa nos quais os alunos apresentam dificuldade;
b) A necessidade de redução do percentual de reprovação nas disciplinas consideradas críticas, especialmente nas disciplinas dos primeiros semestres;
c) Outros casos considerados relevantes para atuação dos monitores, desde devidamente justificados.

4-DA APROVAÇÃO DAS VAGAS.

Art. 5º Após a definição do Colegiado do Curso sobre as disciplinas para as atividades de Monitoria, a coordenação encaminha, para deliberação da Direção Geral, a solicitação de abertura de vagas .

5-DO DIREITO À PARTICIPAÇÃO

Art. 6º Podem participar do processo seletivo para Monitoria Acadêmica, todos os alunos regulares da Faculdade Iguaçu, matriculados na graduação, que já tenham sido aprovados no componente curricular que tenham interesse em atuar como monitores e que apresentem elevado desempenho acadêmico.

Parágrafo único: Para efeitos de seleção de monitores, o elevado desempenho acadêmico será verificado a partir da indicação dos mesmos, pelos professores que ministram a disciplina em questão, observando se o aluno possui:

a) Aprovação na disciplina;
b) Média igual ou superior a 7,0 (sete) na disciplina pretendida;
c) Situação acadêmica regular.

d) Disponibilidade de, no mínimo, 12 horas mensais para o desenvolvimento das atividades de monitoria;
e) Pendência de encargos educacionais (mensalidades e outros) com a Faculdade.

6-DO PROCESSO DE SELEÇÃO PARA MONITORIA DISCENTE

Art. 7º- O processo de inscrição para seleção dos candidatos à monitoria será aberto, semestralmente, pela coordenação do curso, por intermédio de edital, após aprovação da Direção Geral.

a) Os Editais serão publicados e amplamente divulgados ao corpo discente;
b) Os alunos farão a inscrição diretamente na secretaria acadêmica, indicando para qual disciplina, entre as divulgadas, deseja a monitoria.
c) Cabe ao docente responsável pela disciplina, identificar e incentivar os alunos que tenham habilidades para atividades de docência a participarem do programa.

Art. 8º Na hipótese de haver mais de um candidato com as mesmas qualificações e interesse na mesma disciplina, será instaurado processo seletivo com realização de prova escrita sobre os conteúdos do componente curricular postulado à monitoria.

§ 1º A nota obtida no Processo seletivo não poderá ser inferior a 7,5 (sete e cinco).
§ 2º Será escolhido para a função de Monitor, o aluno que obtiver o melhor desempenho na prova escrita.
§ 3º Em caso de dois ou mais candidatos obterem a mesma nota na prova escrita, será selecionado o que apresentar a maior média semestral na disciplina desejada.

7-DAS RESPONSABILIDADES

Art. 9º – A realização do Processo Seletivo será responsabilidade de uma comissão composta pelos professores das disciplinas com vagas para monitoria e pelo coordenador do curso.

Art. 10 - O professor da disciplina se responsabilizará pela elaboração, aplicação e correção da prova .

Parágrafo Único: Cabe ao coordenador zelar para que a prova tenha um nível adequado e garanta a seleção de acadêmicos qualificados para a função.

Art. 11 - O número de vagas, o dia e o local de realização da prova, bem como o resultado final do processo de seleção de monitoria serão divulgados por meio de publicação em edital.

Parágrafo Único: cabe ao coordenador do curso homologar a classificação indicada pela Comissão do Processo Seletivo de Monitoria, bem como divulgar o resultado da seleção junto ao corpo discente do respectivo curso.

8-DA BOLSA DE MONITORIA DISCENTE

Art. 12 - Para o exercício de suas funções, ao monitor será concedida uma bolsa de 15% (quinze por cento) do valor da mensalidade, com validade para o período em que estiver exercendo a atividade de monitoria.

9-DAS ATRIBUIÇÕES DO MONITOR

Art. 13 - O monitor exercerá suas atividades sem qualquer vínculo empregatício, tendo as seguintes atribuições:

a) auxiliar o professor responsável pela disciplina objeto da monitoria, na preparação de aulas teóricas ou práticas, atividades técnicas e didáticas compatíveis com o seu grau de conhecimento e experiência no componente curricular.
b) auxiliar os alunos das turmas da disciplina sob sua monitoria, na preparação de pesquisas, experiências laboratoriais, relatórios e outras atividades atribuídas pelos docentes supervisores, sempre que compatíveis com o grau de experiência e conhecimento;
c) elaborar relatório de atividades desenvolvidas no final do semestre, com parecer do professor da disciplina.
d) cumprir a carga horária semanal da monitoria;
e) interagir com os alunos individualmente e/ou em grupos fora do horário das aulas, visando o nivelamento e o aprofundamento dos conteúdos da disciplina;
f) disponibilizar um horário específico para plantão de esclarecimento de dúvidas, fora dos horários de aula.

Parágrafo único: O descumprimento dos deveres anteriormente descritos, por parte do monitor, é considerado falta grave, incorrendo o mesmo na sanção de afastamento do Programa de Monitoria, sem direito à certificação de participação como monitor.

10-DOS DIREITOS E PROIBIÇÕES

Art. 14 - São direitos do Monitor Acadêmico:

a) ser orientado por um professor da disciplina;
b) receber, ao final do processo, um certificado expedido pela Secretaria Acadêmica, relativo ao desempenho da Monitoria.

Art. 15 – É vedado ao Monitor Acadêmico:

a) o exercício da docência;
b) a dedicação simultânea a mais de uma monitoria;
c) a realização de quaisquer atividades docentes.

11-DO HORÁRIO DE TRABALHO DO MONITOR ACADÊMICO

Artigo 16- As funções de Monitor serão exercidas em regime de 12 (doze) horas mensais, de efetivo trabalho, sob supervisão do docente responsável pela disciplina, objeto da monitoria.

§ 1º O horário de exercício da monitoria não pode ser coincidente com o de aulas normais do aluno-monitor.

§ 2º O exercício da Monitoria não isenta o aluno do cumprimento das atividades regulares do seu curso.

§ 3º O registro de frequência do aluno-monitor, nos horários estabelecidos, será feito em livro de registros existente para esse fim e sob a responsabilidade do coordenador do curso respectivo.

§ 4º A monitoria tem duração de 01 (um) semestre letivo, prorrogável por igual período apenas uma vez.

§ 5º Cada aluno-monitor deve cumprir 36 (trinta e seis) horas-aula de exercício, durante o semestre letivo.

§ 6º A qualquer tempo, mediante a avaliação de desempenho, o docente-supervisor pode suspender as atividades de monitoria, comunicando o fato à Diretoria Geral, sendo vedado ao aluno-monitor, retornar à monitoria da mesma disciplina.

§ 7º Uma vez decidido o desligamento de um aluno monitor, o Coordenador convocará o próximo colocado no processo seletivo em caráter de urgência.

12-DOS DEVERES E PROIBIÇÕES DO PROFESSOR ORIENTADOR DA MONITORIA

Art. 17 - A cada disciplina que fizer parte do Programa de Monitoria Acadêmica corresponderá um professor orientador.

Art.18- São deveres do Professor Orientador:

a) elaborar o Plano de Atividades de Monitoria contendo: definição, objetivos a serem alcançados, cronograma de acompanhamento, metodologias a serem utilizadas e avaliação do desempenho do monitor;
b) acompanhar, orientar e avaliar, periodicamente, a freqüência e o desempenho do monitor;
c) orientar o monitor na elaboração do relatório das atividades desenvolvidas no semestre na monitoria;
d) elaborar parecer com a avaliação da monitoria, até a data estipulada pela coordenação do curso.

Art. 19 - É vedado ao professor-orientador:

a) utilizar o monitor para ministrar aulas, teóricas ou práticas, correspondentes à carga horária regular de disciplina curricular;
b) exibir provas ou quaisquer outras modalidades de avaliação ao monitor, antes de sua realização;
c) transferir ao monitor a responsabilidade de correção de provas e trabalhos;
d) exigir do monitor atividades que não sejam próprias da monitoria.

13-DA COMPETÊNCIA DAS COORDENAÇÕES

Art. 20 - São atribuições do Coordenador de Curso:

a) organizar o processo de inscrição e seleção junto ao professor-orientador;
b) anunciar o número de vagas de monitorias e respectivas disciplinas em cada semestre;
c) enviar, logo após a seleção dos alunos, a relação dos monitores para o setor responsável pelo cadastramento e efetivação da bolsa-desconto, bem como para a secretaria acadêmica para emissão dos certificados ao final da atividade;
d) receber e arquivar toda a documentação referente ao desenvolvimento do Programa de Monitoria;
e) resolver possíveis conflitos;
f) desligar o monitor nos casos previstos neste regulamento.

14-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21 - Os casos omissos neste regulamento serão decididos pelo colegiado do curso.

Art. 22**.** Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, 01/12/2015.

ANEXO V

REGULAMENTO DA OUVIDORIA

CAPÍTULO I

DA OUVIDORIA

Art.1º- A Ouvidoria da Faculdade Iguaçu, órgão interno vinculado à Direção Geral, representa um mecanismo institucionalizado de interação entre a comunidade acadêmica: alunos, professores, egressos, funcionários e membros da sociedade civil organizada, com as instâncias administrativas da IES, visando contribuir para o aperfeiçoamento da gestão institucional e agilizar o atendimento das demandas das comunidades interna e externa.

Art. 2º Os objetivos da Ouvidoria da Faculdade Iguaçu são:

a) Estimular a prática da cidadania, mediante a participação crítica do corpo discente, docente, técnico-administrativo e da comunidade externa na qualidade dos serviços educacionais prestados
b) Interagir com todos os setores da Faculdade Iguaçu, na busca de otimização da qualidade de seus serviços, com o objetivo de torná-los mais eficazes, cuidando do compromisso ético da Instituição.
c) Estreitar os relacionamentos de uma comunicação organizacional aplicada na reflexão do fluxo das informações e tornar-se um agente de transformação, com o fim de subsidiar a auto-avaliação e o planejamento institucional.
d) Atuar com caráter mediador promovendo a melhoria contínua dos processos de trabalho e busca por soluções efetivas.

CAPÍTULO II

DO CARGO DE OUVIDOR E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 3º - O Ouvidor é um facilitador das relações entre o cidadão e a Instituição de Ensino. As atividades do Ouvidor são coordenadas pelo Diretor Geral que o nomeia para um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser destituído a qualquer momento se assim se fizer necessário, ou ser reconduzido por igual período para executar as atividades da Ouvidoria.

Art. 4º - São atribuições do Ouvidor da Faculdade Iguaçu

a. Facilitar e simplificar ao máximo o acesso do usuário ao serviço da Ouvidoria;
b. Atuar na prevenção de conflitos;
c. Atender as pessoas com cortesia e respeito, evitando qualquer discriminação ou pré-julgamento;
d. Agir com integridade, transparência e imparcialidade;

e. Resguardar o sigilo das informações;
f. Promover a divulgação da Ouvidoria, tornando-a conhecida dos vários públicos que podem ser beneficiados pelo seu trabalho.
g. Apresentar dados e informações para subsidiar e ou fortalecer as políticas universitárias.
h. Receber demandas – reclamações, sugestões, consultas ou elogios provenientes tanto de pessoas da comunidade acadêmica quanto da comunidade externa;
i. Encaminhar às unidades envolvidas as solicitações para que possam tomar as medidas necessárias:

- ✓ **no caso de reclamações:** explicar o fato, corrigi-lo ou não reconhecê-lo como verdadeiro;
- ✓ **no caso de sugestões:** adotá-las, estudá-las ou justificar a impossibilidade de sua adoção;
- ✓ **no caso de consultas:** responder às questões dos solicitantes;
- ✓ **no caso da necessidade de aperfeiçoamento da organização e do funcionamento da Instituição:** sugerir às instâncias administrativas as medidas pertinentes.

Parágrafo único: Todos os setores acionados pela Ouvidoria devem responder às solicitações do Ouvidor no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da solicitação, sob pena das responsabilidades administrativa e ética

CAPÍTULO III

DOS REQUISITOS PARA O CARGO DE OUVIDOR

Art. 5º-A função de Ouvidor da Faculdade Iguaçu exige os seguintes requisitos:

a) Ter curso superior completo.
b) Possuir capacidade para assumir as funções previstas, envolvendo responsabilidade, ética, discrição e organização.
c) Ter desenvoltura para se comunicar com os diversos setores da comunidade.
d) Ser sensível para compreender os problemas dos solicitantes e, ao mesmo tempo, reconhecer os limites impostos pelas normas institucionais.

CAPÍTULO IV

DO ATENDIMENTO

Art .6º - O atendimento da Ouvidoria dar-se-á às terças-feiras, das 19h30 às 20h50 para atendimento presencial e por via eletrônica, a partir do site da IES: www.faculdadeiguacu.edu.br

CAPÍTULO V

DOS USUÁRIOS

Art. 7º - A Ouvidoria da Faculdade Iguaçu pode ser utilizada:

a) Por alunos e ex-alunos.
b) Por funcionários técnico-administrativos .
c) Por docentes .
d) Por pessoas da comunidade externa.

Parágrafo único: A Ouvidoria não responde a solicitações anônimas. Será priorizado o atendimento das solicitações identificadas, buscando a veracidade dos fatos, via os canais competentes da Instituição, zelando pelos princípios da celeridade e segurança das informações.

CAPÍTULO VI

DO REGISTRO DAS SOLICITAÇÕES

Art. 8º**-** Todas as solicitações à Ouvidoria são documentadas em ordem cronológica, em cujo registro deve constar:

a. Data do recebimento da demanda; Data da resposta;
b. Nome do solicitante;
c. Endereço/telefone/*e-mail* do solicitante;
d. Proveniência da demanda – estudante, funcionário técnico-administrativo, docente ou comunidade externa;
e. Tipo de demanda – reclamação, sugestão, consulta ou elogio;
f. Situação apresentada;

CAPÍTULO VII

DOS SETORES ENVOLVIDOS

Art. 9º **-** São considerados setores da Instituição, sobre os quais a Ouvidoria pode receber reclamações, sugestões, consultas e elogios:

a) As instalações físicas, como salas de aula, laboratórios, recepção, cantina, dentre outros;
b) Os setores da Instituição e seus serviços, como Biblioteca, Serviço de reprografia, Secretaria Geral, Coordenação de Curso, Diretoria, Apoio Tutorial, dentre outros;
c) Os funcionários técnico-administrativos e docentes da Faculdade Iguaçu e funcionários da limpeza quando a solicitação for direcionada;
d) O curso, quando a solicitação for dirigida a ele como um todo;
e) A Diretoria da Faculdade Iguaçu, quando a solicitação for dirigida a ela.

CAPÍTULO VIII

DAS INSTÂNCIAS

Art.10.- Para fornecer respostas aos solicitantes, a Ouvidoria reporta-se às seguintes instâncias, dentro das unidades envolvidas:

Diretoria Geral:

a. demandas ligadas às instalações físicas;

b)demandas relacionadas a funcionário(s) técnico-administrativo(s);

Coordenação de curso de graduação:

a) demandas relacionadas especificamente a docentes;
b) questões acadêmicas relacionados especificamente ao curso;

Coordenação de Pós/graduação:

a) demandas relacionadas às atividades de pós-graduação;

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 11- As dúvidas e os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo Diretor Geral da Faculdade Iguaçu

Art12º - O presente Regulamento entre em vigor na data de sua publicação.

ANEXO VI

ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO DIDÁTICO/PEDAGÓGICA

Quanto ao Planejamento e execução do proceso Ensino/aprendizagem:

I - Verificar a necessidade de elaboração de Projetos de Ensino para as disciplinas a serem ministradas no período letivo, suscitando aos professores sua elaboração, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias antes do início do período letivo, em impresso próprio.

II - Analisar e aprovar, juntamente com o Diretor da IES e do Colegiado de Coordenação Didático-Pedagógica do Curso, os Projetos de Ensino elaborados pelos professores do curso.

III - Manter atualizado o Currículo do Curso, juntamente com o NDE, Diretor da IES e do Colegiado de Coordenação Didático-Pedagógica do Curso.

IV Certificar-se de que o Sistema Nacional de Avaliação Superior (SINAES) quando realizado na IES se referende no corpo docente, organização didático-pedagógica, infraestrutura e logística das disciplinas do curso segundo a orientação fixada nas Diretrizes Curriculares sugeridas pelo MEC, bem como, Informações atualizadas sobre as diretrizes curriculares, padrões de qualidade, “ENADE” e demais aspectos relacionados a ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, desempenho dos alunos, gestão da instituição.

V - Acompanhar e verificar o desenvolvimento das disciplinas, primando pela garantia do cumprimento dos conteúdos programáticos e carga-horária.

VI - Estabelecer equivalências de disciplinas (regras de transição), nos casos de alterações curriculares.

VII - Agir de forma proativa em prol da garantia, do ponto de vista da qualidade, das ações do processo ensino-aprendizagem das disciplinas do curso.

VIII - Coordenar as atividades de graduação, a fim de que elas se harmonizem com os objetivos da Faculdade como um todo.

IX - Zelar para que as atividades de graduação se enquadrem nas normas estabelecidas pela Faculdade e sigam a legislação em vigor.

X - Representar a Faculdade, no que se refere à graduação, junto aos órgãos competentes e em eventos e reuniões relativas ao ensino de graduação.

XI - Planejar, juntamente com a Diretoria da IES, as atividades de graduação, a fim de que elas sejam coerentes com o planejamento global e a longo prazo da Faculdade.

XII - Acompanhar, verificar e registrar o desenvolvimento das atividades extracurriculares, complementares e de estágo supervisionado.

XIII - Agir de forma a organizar, editar e incentivar as ações de monitoria Acadêmica.

XIV - Orientar professores e acadêmicos quanto ao Regulamento da Monitoria Acadêmica.

XV - Elaborar cronograma para eventuais reposições de aulas, providenciando substituições de professores, quando comunicado com antecedência.

XVI - Inscrever na época estabelecida pelo INEP/MEC, os formandos de seu curso para a realização do Exame Nacional de Cursos, de âmbito nacional, e prepará-los no que for necessário para que, em conjunto, obtenham para o curso um conceito suficiente.

XVII - Garantir a entrega à secretaria acadêmica das notas, freqüência e demais registros dos professores nos prazos previstos em calendário.

XVIII - Receber e gerenciar os encaminhamentos de requisições de 'desacordos' sobre notas e freqüências dos alunos do curso, protocolados pelos mesmos, junto aos professores das disciplinas do curso.

XIX - Promover e presidir as reuniões didático-pedagógicas e administrativas com os professores do curso.

XX - Sugerir e encaminhar ao Diretor da IES a relação de professores a serem contratados para o curso, observando se os atuais professores da instituição atendem ou não as exigências de perfil do futuro contratado.

XXI - Receber os novos professores do curso, expondo-lhes as normas e regulamentos.

XXII - Solicitar aos atuais professores do curso a atualização anual do *Curriculum Vitae* junto à plataforma Lattes/CNPQ

XXIII - Solicitar aos atuais professores do curso a comprovação das publicações dos últimos 3 (três) anos.

XXIV - Solicitar aos atuais professores do curso a comprovação da titulação concluída ou em andamento.

XXV - Planejar, antecipadamente, a utilização da infraestrutura (laboratórios, etc.) de suporte ao curso, para os períodos subseqüentes.

XXVI - Atualizar bibliografias por disciplinas e solicitar a aquisição das mesmas para a Biblioteca.

XXVII - Indicar periódicos a serem assinados pela Biblioteca e prover a disponibilidade de períodicos on line.

XXVIII - Solicitar aos órgãos competentes a compra ou atualização de equipamentos e materiais pedagógicos, necessários ao bom funcionamento do curso.

XXIX - Acompanhar e validar os estágios conveniados.

XXX - Recolher e vistar os Diários de Classe, devidamente preenchidos pelos professores, no prazo fixado e encaminhá-los à Secretaria Acadêmica, para a devida publicação.

XXXI - Elaborar e divulgar horário de atendimento da coordenação.

XXXII - Elaborar e divulgar horário de atendimento acadêmico dos professores para os alunos.

XXXIII - Zelar pela observância do regime acadêmico.

XXXIV - Resolver, em primeira instancia, os assuntos acadêmicos e pedagógicos do curso.

XXXV - Autorizar, quando for conveniente, a interrupção das aulas.

XXXVI - Solicitar ao Diretor da IES providências de interesse da coordenação e do curso.

XXXVII - Receber os “calouros” do curso, fornecendo-lhes as informações básicas, necessárias ao bom relacionamento entre alunos e instituição.

XXXVIII - Atender alunos, pais e outros responsáveis para esclarecimentos referentes aos procedimentos do curso.

XXXIX - Organizar e gerenciar as atividades de *nivelamento* junto aos alunos ingressantes visando proporcionar o suprimento de conteúdos necessários.

XL - Zelar pelo patrimônio da Faculdade.

Quanto à vinda de Comissões do MEC:

I - Organizar e fornecer à Diretoria da IES, a relação do corpo docente, por disciplina, oferecidos no curso.

II - Manter organizado, por período letivo, os documentos do curso: atas do Colegiado, Projetos de ensino, pesquisa e extensão, diários de classe, horários de aulas e provas, relatórios e trabalhos finais de estágio (pastas dos estagiários) e relação com informações diversas sobre PR, ações da monitoria e eventos.

III - Certificar-se de que toda a documentação docente e do curso esteja organizada e disponível para as comissões do MEC.

IV - Preencher o formulário padrão estabelecido pela Comissão de Especialistas no Emec/MEC ( ) para simular o reconhecimento, renovação de reconhecimeto ou a avaliação das condições da oferta do seu curso e tomar, com a devida antecedência, as providências necessárias para otimizar os resultados nos cursos dos tópicos analisados, visando a obtenção de, no mínimo, o conceito 3.

V - Preencher, revisar e encaminhar à Diretoria da IES, em encadernação espiral e em disquete, o formulário padrão para a avaliação, (item anterior).

VI - Convocar o corpo docente atual do curso para reunião com o MEC, realizando reunião prévia para esclarecimentos.

VII - Convocar alguns membros do corpo discente (5 por série) para reunião com o MEC, realizando reunião prévia para esclarecimentos.

VIII - Disponibilizar-se para acompanhar a Comissão do MEC em todas as suas atividades.

Quanto a avaliação da Aprendizagem

I - Elaborar, junto ao Colegiado de Curso, regulamentos específicos para a avaliação da aprendizagem para os casos de estágios supervisionados, práticas de ensino, trabalhos ou monografias de conclusão de curso, a serem submetidos para aprovação dos órgãos superiores, por exemplo: Conselho de Ensino.

II - Convocar professores para auxiliarem na fiscalização das provas, sendo obrigatório o comparecimento dos convocados, sob pena de advertência disciplinar e consignação de falta, caso a ausência se dê em seu horário de trabalho.

III - Encaminhar ao Diretor, para aprovação, no mínimo de 15 (quinze) dias antes do prazo fixado no Calendário Escolar para sua publicação, o cronograma das avaliações oficiais e a listagem dos professores convocados para auxiliarem na fiscalização das provas.

IV - Cuidar atentamente para com a análise dos resultados obtidos nas avaliações bimestrais, de forma que os mesmos sejam conseqüência de expedientes ou procedimentos diversificados de verificação das aprendizagens.

Quanto a Revisão de Provas e Recursos Contra Notas Atribuídas

I - Analisar o requerimento de revisão da nota atribuída, solicitada pelo acadêmico, indeferindo-o, liminarmente, se não contiver suficiente fundamentação, quanto ao conteúdo em que o aluno se julga prejudicado.

II - Encaminhar os requerimentos deferidos, dentro do prazo de 3 (três) dias, ao professor da disciplina para a devida análise e parecer.

III - Comunicar ao aluno o resultado da revisão feita pelo professor, e permanecendo a não concordância por escrito do aluno, encaminhar o requerimento à comissão de revisão de Provas.

IV - Comunicar ao aluno a decisão da comissão de revisão de provas, contra a qual não cabe recurso.

Quanto o registro e Matrícula

I - Editar catálogo das disciplinas que podem ser oferecidas para matrícula ao aluno especial, especificando a necessidade de satisfação dos pré-requisitos exigidos.

Quanto ao processo de Eliminação de Dependências

I - Elaborar e fixar os horários para as avaliações periódicas oficiais e substitutivas para disciplinas oferecidas em regime de eliminação de dependência com acompanhamento tutorial.

II - Elaborar e fixar os horários para as avaliações periódicas oficiais e substitutivas para disciplinas oferecidas em regime de eliminação de dependência com acompanhamento presencial.

III - Regulamentar o acompanhamento tutorial para as aulas práticas das disciplinas do curso.

IV - Supervisionar o Regime de Eliminação de Dependência com Acompanhamento Tutorial, através dos relatórios individuais dos alunos.

Quanto ao Regulamento, Inscrição e Realização dos Cursos Especiais em Período de Férias.

I - Solicitar do professor o Planejamento de Ensino e cronograma para as aulas do(s) cursos Especial(is) em Período de Férias.

II - Editar cronograma das disciplinas que podem ser oferecidas para matrícula dos cursos Especiais em período de Férias.

III - Auxiliar na definição da oferta e cronograma para os cursos Especiais em período de Férias Discentes.

Quanto ao Recebimento e Expedição de Transferências de Alunos de Cursos Superiores de Graduação

I - Analisar, deferindo ou não, juntamente com o Colegiado do Curso, os pedidos de transferência.

II - Processar e classificar, juntamente com o colegiado do Curso, os pedidos de transferência interna, observando os critérios de classificação estabelecida em Resoluções própria.

III - Analisar e estabelecer equivalências de disciplinas, juntamente com o Colegiado do Curso.

Quanto as Atividades Complementares nos Cursos de Graduação

I - Validar as atividades complementares comprovadas por documentação pertinente, para fins de registro nos históricos escolares dos acadêmicos.

II - Distribuir carga-horária e estabelecer critérios de equivalência para as atividades extracurriculares/complementares, realizadas na Instituição ou em locais externos, de acordo com as áreas estabelecidas em Resolução própria.

III - Regulamentar, com validação ou não, as horas de atividades extracurriculares/complementares excedentes no período.

IV - Analisar e validar as atividades extracurriculares/complementares de alunos transferidos.

V - Oferecer aos acadêmicos, como extensão de ensino, palestras ministradas por docentes da instituição e convidados.

Quanto ao Aproveitamento de estudos

I - Conceder aproveitamento de estudos, se verificada a equivalência de conteúdos e carga horária, após análise do currículo do curso de origem.

II - Elaborar, juntamente como o Colegiado do Curso, o Plano de Estudo para alunos transferidos.

III - Orientar o aluno no cumprimento do Projeto de Estudo.

Quanto aos Regimes especiais de acompanhamento

I - Solicitar ao professor, o Plano de atividades para o Regime Especial de Acompanhamento, a ser fornecido aos alunos de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando incapacidade física relativa e as gestantes a partir do 8.º mês de gestação.

Quanto à organização e Funcionamento do Colegiado de Curso

I - Chefiar o Colegiado didático-pedagógico do curso na orientação aos alunos quanto à matrícula e Planos de estudos e na solução de problemas relacionados;

II - Definir o perfil profissiográfico dos cursos de formação profissional;

III - Elaborar os currículos plenos do curso, bem como as reformulações que convierem;

IV - Definir o conteúdo programático das disciplinas que constituem o currículo do curso;

V - Organizar a lista de oferta de disciplinas em cada período letivo, observado o Projeto curricular e de acordo com os Departamentos que as ministram;

VI - Promover a supervisão didática do curso que lhe esteja afeto, exercendo as atribuições daí decorrentes;

VII - Decidir sobre o aproveitamento de estudos e adaptação de disciplinas, mediante requerimento dos interessados;

VIII - Propor ao Diretor da Faculdade providências necessárias à melhoria do ensino ministrado no curso.

IX - Indicar ao Diretor os componentes do Colegiado de Curso, que é constituído de no mínimo cinco (5) e um máximo de nove (nove) representantes dos Departamentos que participam do ensino de disciplinas decorrentes das matérias do Currículo mínimo, escolhidos, preferencialmente, dentre os docentes do Curso.

X - Convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso;

XI - Executar e fazer executar as decisões do Colegiado e normas emanadas dos órgãos superiores;

ANEXO VII

REGULAMENTO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO – NAPP

1-APRESENTAÇÃO

O processo de aprendizagem é exaustivo, tanto do ponto de vista pedagógico, quanto psicológico. A quantidade crescente de informação exige uma metodologia que não seja monótona.

Os estudantes recém-ingressantes, assim como os demais já matriculados, muitas vezes apresentam dificuldades de adaptação ao ambiente acadêmico. Para tanto, o Núcleo de atendimento psicopedagógico, propõe-se a estar atento a estas questões e a atuar nesta área, procurando examinar e orientar os alunos em seus eventuais tropeços no trabalho de aprendizagem.

Sob uma perspectiva mais preventiva, os alunos que apresentam excessivo número de faltas, ou persistente aproveitamento deficiente são convidados a comparecer, onde estará à disposição deles a possibilidade de terem acompanhamento profissional para revisão da metodologia de estudo ou para a investigação de outras dificuldades que eventualmente possam estar presentes.

Com esta mesma ótica preventiva são entrevistados todos os alunos que solicitam trancamento ou cancelamento de matrícula. Também são realizadas orientações profissionais e para o desenvolvimento de postura ético-humanística na tarefa educacional. Deste modo, os estudantes se adaptam à sua nova situação através de estratégias, de direcionamento e defesas psicodinâmicas, comportamentais e afetivas.

Aos alunos ingressantes é realizado atendimento especial para adaptação ao novo espaço físico e à nova turma de colegas, aquisição e domínio da linguagem acadêmica, incorporação de atitudes e valores próprios à carreira escolhida a fim de eliminar as dificuldades e estabelecer novos vínculos.

No início do período letivo são programadas: apresentação das Normas Gerais; apresentação do Corpo Docente do Curso; aula inaugural proferida por uma figura de renome da área técnica .

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente regulamento tem por finalidade renormatizar as atividades do Núcleo de atendimento psicopedagógico - NAPP, doravante assim denominado, da Faculdade Iguaçu.

CAPÍTULO II

FINALIDADE DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO

Art. 2º O Núcleo de atendimento psicopedagógico - NAPP deve prestar acompanhamento psicológico e didático, abrangendo as diversas atividades desenvolvidas no âmbito dos cursos de graduação mantidos pela Faculdade Iguaçu, segundo os seguintes preceitos:

a) Contribuir para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, na interação da formação acadêmica com o mundo do trabalho e a realidade social, visando uma formação profissional de nível superior de qualidade, democratização do saber e a participação cidadã;
b) Realizar um trabalho amplo, procurando construir um espaço de identificação das dificuldades, sejam elas de ordem institucional ou pessoal do discente, visando lhe possibilitar condições de ultrapassagem de forma eficaz, das tarefas resultantes da vida acadêmica;
c) Trabalhar em consonância com os propósitos da Instituição quanto a "formar profissionais para o mercado de trabalho, com elevado padrão de qualidade" visto que a reconstrução da identidade e descoberta de potencialidades dos alunos resulta no seu reconhecimento como pessoa integrada, quer cognitiva como emocionalmente, o que possibilitará um equilíbrio no processo de sua formação profissional;
d) Constituir-se num espaço aberto aos alunos, professores e pessoal técnico administrativo da IES;
e) Apoiar, acolher e orientar o aluno que busca ajuda para seus conflitos e dificuldades e, por meio de uma escuta qualificada, identificar algum comprometimento emocional e, se for o caso, orientá-lo a buscar ajuda profissional;
f) Minimizar, por meio de aconselhamento individual ou coletivo, as dificuldades naturais dos alunos encontradas no decorrer do curso, fornecendo-lhes apoio psicopedagógico para o resgate da autoestima e criar melhores condições pedagógicas para seu amadurecimento e aproveitamento individual;
g) Realizar projetos pedagógicos em parceria com a Coordenação de Extensão com vistas a realizar pesquisas a partir dos dados coletados nos atendimentos, relacionados à tipologia das dificuldades apresentadas pelos alunos e encaminhar relatórios junto à coordenação dos cursos e à

direção geral com a finalidade de desenvolver estratégias de intervenção institucional.

CAPÍTULO III

OBJETIVOS DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO

Artigo 3º O atendimento psicopedagógico tem como objetivos:

OBJETIVO GERAL

Prestar atendimento aos alunos, docentes, colaboradores, técnico administrativo e aos gestores de curso em caráter preventivo, informativo e de orientação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) atuar preventivamente, dando suporte ao aluno para minimizar possíveis dificuldades que possam surgir ao longo do curso;
b) proporcionar condições facilitadoras de autodesenvolvimento, visando à formação de um profissional ético e humano;
c) concorrer para diminuir as eventuais desistências e as resoluções inadequadas de conflitos que possam ter incidência em suas vidas profissionais e familiares, facilitando ao aluno a organização de sua vida acadêmica, promovendo melhores resultados quanto à sua formação;
d) realizar atendimento individual com o fim de diagnóstico e orientação no processo de integração acadêmica do corpo discente, docente e técnico administrativo;
e) atender as demandas dos alunos da IES, buscando soluções para problemas presentes nas relações do processo ensino-aprendizagem;
f) avaliar as situações relacionadas com problemas e dificuldades de aprendizagem;
g) acompanhar, em trabalho conjunto com os coordenadores de curso e equipe administrativa, questões relativas à frequência, rendimento de discentes em determinadas áreas, para posterior levantamento de propostas e ações conjuntas;
h) atender os funcionários técnico administrativos e docentes em suas demandas psico/sociais, promovendo um ambiente de trabalho com relações saudáveis e harmoniosas;
i) prestar atendimento à pessoa com Transtorno de Espectro Autista, Altas Habilidades/Superdotação ou com quaisquer outras dificuldades de aprendizagem.

CAPÍTULO IV

FUNÇÕES DO NAPP

Art.5º A intervenção psicopedagógica será sempre relacionada quanto à ordem psicológica e da aprendizagem, considerando o caráter indissociável entre os processos de aprendizagem e as suas dificuldades.

Art.6º A intervenção psicopedagógica se dará em diferentes âmbitos da aprendizagem, considerando a necessidade de:

a) oferecer suporte pedagógico às práticas escolares, atividades de estudo, acompanhamento e desenvolvimento dos alunos, elaborando plano de estudo individualizado para o aluno que apresentar dificuldade de aprendizagem;
b) elaborar oficinas pedagógicas e promover palestras sobre temas relacionados ao desenvolvimento intelectual e emocional dos alunos;
c) acompanhar o rendimento acadêmico das turmas e promover reuniões pedagógicas com as coordenações dos cursos e professores;
d) promover reuniões com representações de turmas e demais entidades estudantis;
e) atuar como mediador na solução de eventuais conflitos envolvendo alunos, alunos e professores, alunos e coordenação, alunos e funcionários, professores e coordenação e funcionários e coordenação;
f) prestar atendimento ao estudante com deficiência a fim de assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania;
g) desenvolver atendimento ao estudante com Transtorno do Espectro Autista, de forma a garantir seu acesso à educação e à profissionalização, atendendo-o nas necessidades e dificuldades referentes à sua vida escolar, à sua aprendizagem e à qualidade de relacionamento que mantém com seus pares na instituição, no trabalho e na família;
h) desenvolver ações preventivas em relação a práticas de intimidação sistemática (bullying), conforme disposto na Lei nº 13.185, de 06 de novembro de 2015, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying);

i) proporcionar a capacitação e a orientação para coordenadores de curso, corpo docente e colaboradores da Faculdade Iguaçu, quanto às ações de acolhimento, apoio e adaptações necessárias para melhor atender os estudantes que apresentem dificuldades emocionais, educacionais ou àqueles que apresentam deficiências.

CAPÍTULO V

NÍVEIS DE ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO

Art.7º A atuação do NAPP se dará de maneira organizada e científica, que atenda o critério de prioridade, com base em campos de estudos específicos, e que de acordo com a formação do profissional sejam dados os seguintes encaminhamentos:

a) Atendimento individual, com o fim de diagnóstico e orientação acadêmica e/ou profissional;
b) Atendimento em grupos de apoio, com o fim de contribuir com desenvolvimento de aspectos afetivo-emocionais e psicossociais que incidam sobre o processo de aprendizagem.
c) Atendimento on-line a alunos na modalidade EAD, proporcionando flexibilidade em seus contatos que podem ser realizados pelo e-mail NAPP@faculdadeiguacu.edu.br e, caso necessário, via skype, pelo mesmo endereço. O participante precisa informar (nome completo, RA, curso e motivos da participação).

CAPÍTULO VI

DOS CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO

Art.8º O alvo principal do Núcleo de Atendimento Psicopedagógico é o aluno, porém, como o processo ensino aprendizagem demanda o envolvimento interpessoal professor⇔aluno, bem como com outros funcionários dentro do âmbito acadêmico, serão atendidas as pessoas que estejam diretamente ligadas à vivência do aluno.

Parágrafo Único- Para ser atendido pelo NAPP o interessado deve estar devidamente matriculado em um dos cursos ou ter, comprovadamente, vínculo trabalhista com a Faculdade Iguaçu.

CAPÍTULO VII

ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO

Art.9º Os estudantes terão acesso ao serviço de modo espontâneo, ou pelo encaminhamento de um professor ou coordenador do curso, via agendamento de

atendimento individual ou em grupo, em horário disponibilizado, na secretaria da coordenação do curso.

§ Único – O atendimento aos alunos na modalidade à distância, será feito on-line, oferecendo flexibilidade em seus contatos que podem ser realizados pelo e-mail NAPP@faculdadeiguacu.edu.br e, caso necessário, via skype, pelo mesmo endereço.

Art.10 À coordenação do NAPP, caberá proceder o trabalho caso a caso, fazendo registro do atendimento e podendo encaminhar o mesmo para profissional ou serviço especializado, fora da IES, quando necessário.

Art.11º Semestralmente, a Coordenação do Serviço de Apoio Psicopedagógico apresentará relatório à Diretoria Acadêmica quanto a quantidade de casos atendidos, bem como quais os problemas mais frequentes e propostas de melhoria diante dos dados apresentados. O relatório incluirá propostas de melhoria à Comissão Própria de Avaliação (CPA), com base nas situações diagnosticadas.

CAPÍTULO VIII

REQUISITOS PARA O CARGO

Art.12. Para o cargo de Coordenador do NAPP é necessário que o profissional tenha curso superior na área de Psicologia ou na área de Pedagogia, com especialização em Psicopedagogia

CAPÍTULO IX

DO SIGILO PROFISSIONAL

Art.13 Os atendimentos e atividades do NAPP serão registrados em formulários específicos, respeitando, nos atendimentos individuais e/ou grupais, o sigilo profissional.

Art.14 Outros profissionais da instituição não terão acesso às informações confidenciais.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.15 O Núcleo de atendimento psicopedagógico atenderá a comunidade acadêmica e administrativa da Faculdade Iguaçu, obedecendo aos requisitos deste regulamento com foco na melhoria do processo de aprendizagem, condição psicossocial e interpessoal no ambiente institucional.

Art. 13 - Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Direção Acadêmica da Faculdade Iguaçu.